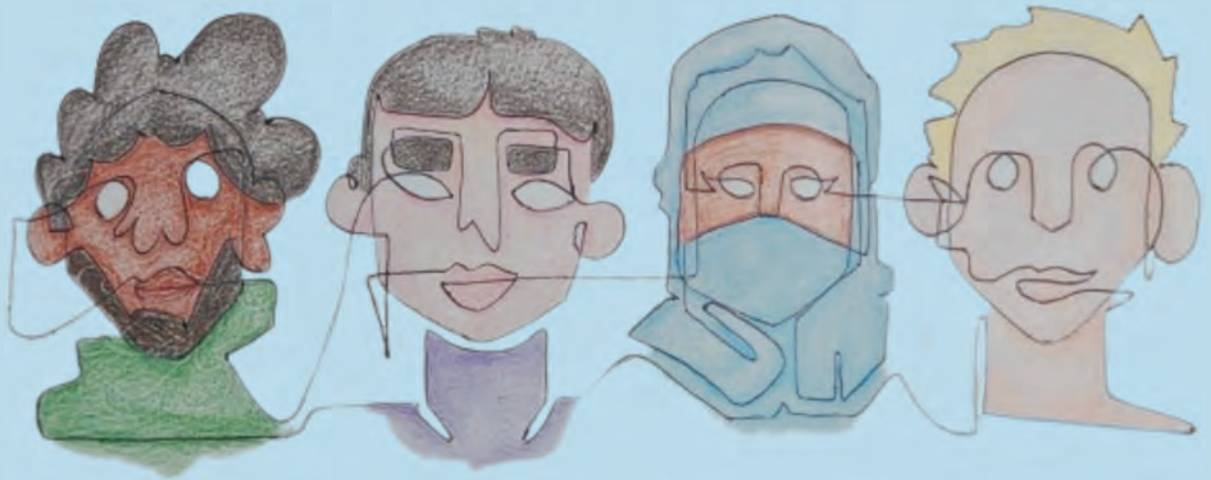


Sofia Gaspar  
Juliana Iorio

# Integração Social de Descendentes e Jovens Imigrantes

O caso do Concelho de Sintra



# Integração Social de Descendentes e Jovens Imigrantes

## O Caso do Concelho de Sintra



Sofia Gaspar e Juliana Iorio

# INTEGRAÇÃO SOCIAL DE DESCENDENTES E JOVENS IMIGRANTES

O CASO DO CONCELHO DE SINTRA



LISBOA, 2023

© Sofia Gaspar e Juliana Iorio, 2023

Sofia Gaspar e Juliana Iorio

**Integração Social de Descendentes e Jovens Imigrantes. O Caso do Concelho de Sintra**

Primeira edição: junho de 2023

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-84-6

Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Lina Cardoso

Foto da Capa: António Ampudia Fonseca

Revisão de texto: Ana Valentim

Impressão e acabamentos: Europress, Ld.<sup>a</sup>

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

**Editora Mundos Sociais**, CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 210 464 410

E-mail: [editora.cies@iscte-iul.pt](mailto:editora.cies@iscte-iul.pt)

Site: <http://mundossociais.com>

# Índice

Índice de quadros.....	vii
Agradecimentos .....	xi
Nota de abertura .....	xv
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 Integração social e imigração .....</b>	<b>3</b>
<b>2 A integração social dos descendentes de imigrantes em Portugal. A perspetiva sociológica .....</b>	<b>11</b>
<b>3 Notas metodológicas.....</b>	<b>15</b>
<b>4 Jovens imigrantes e descendentes de imigrantes no concelho de Sintra. Contexto empírico .....</b>	<b>19</b>
<b>5 Orientações de futuro. Aspirações profissionais e de residência</b>	
<b>Conclusões.....</b>	<b>71</b>
Recomendações públicas .....	83
Anexos .....	89
Referências bibliográficas .....	97



## Índice de quadros

4.1	Evolução dos estrangeiros residentes em Portugal (concelhos de Lisboa e Sintra) .....	19
4.2	Evolução dos estrangeiros residentes em Sintra por país de origem .....	20
4.3	Estrangeiros residentes em Portugal e em Sintra (2019 e 2021) .....	20
4.5	Indicadores demográficos de Portugal e Sintra (2010, 2019, 2021) .....	21
4.6	Nacionais e estrangeiros residentes nas freguesias de Sintra, 15 aos 24 anos (2011) .....	21
4.4	Evolução do número de residentes em Portugal e Sintra segundo o grupo etário (2010, 2019 e 2021) .....	21
4.7	Nacionais e estrangeiros residentes nas freguesias de Sintra, 15 aos 24 anos (2021) .....	22
4.8	Evolução no número de jovens entre os 15 e os 24 anos, residentes nas freguesias de Sintra em 2011 e 2021 .....	22
4.9	População residente com nacionalidade estrangeira no concelho de Sintra, por país e freguesia de residência em 2011 .....	24
4.10	Caraterísticas sociodemográficas dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes entrevistados .....	27
4.11	Alunos matriculados em Portugal e em Sintra nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino (2010/11, 2019/20) .....	32
4.12	Taxa de retenção e desistência no ensino básico em Portugal e Sintra ..	33
4.13	Taxa de retenção e desistência no ensino secundário em Portugal e Sintra (2009/10, 2019/20) .....	34
4.14	Taxa de abstenção nas eleições autárquicas em Portugal e Sintra (2001-2021) .....	46





*Deus não tem unidade,  
Como a terei eu?*

Fernando Pessoa



## Agradecimentos

Este livro nasce do projeto de investigação “Integração social de jovens imigrantes e descendentes de imigrantes no Concelho de Sintra”, solicitado pela Câmara Municipal de Sintra, inscrito no âmbito das atividades do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Sintra (2018-2020), e financiado pelos Fundos de Apoio para as Migrações e Integração (FAMI) (PT/2017/FAMI/215). Sem a colaboração ativa de várias pessoas, entidades e associações, a execução deste projeto não teria sido possível.

Em primeiro lugar, queremos agradecer à Câmara Municipal de Sintra (CMS), em concreto ao senhor vereador Eduardo Quinta Nova, pelo entusiasmo e interesse demonstrados desde o primeiro momento em entender as populações jovens com origem imigrante no concelho de Sintra, com o objetivo de melhor integrar estes grupos sociais no concelho.

Em segundo lugar, e muito especialmente, estamos muito gratas por todo o apoio e incentivo que tivemos da Divisão de Saúde e Ação Social (DSAS) da CMS, por parte da Dr.<sup>a</sup> Teresa Gomes, chefe da divisão, da Dr.<sup>a</sup> Margarida Santos e do Dr. João Cardoso, que se dedicam ao apoio aos imigrantes e minorias étnicas. O nosso mais sincero agradecimento ao acompanhamento de todo o projeto, assim como à conceção deste livro. Ainda no âmbito da DSAS, uma palavra de agradecimento também à Dr.<sup>a</sup> Susana Picado. Todos eles foram incansáveis e muito atentos na resposta às nossas solicitações e pedidos de articulação com outras entidades e associações do concelho.

Por outro lado, este estudo não teria sido possível sem o contributo e partilha da experiência de vários dirigentes de projetos do Programa Escolhas — 7.<sup>a</sup> geração que, direta ou indiretamente, nos ajudaram a recolher informações sobre o contexto social, educativo e cultural dos jovens de origem imigrante em Sintra e das suas famílias: Dr.<sup>a</sup> Raquel Azevedo, do “Viv@cidade”; Dr.<sup>a</sup> Patrícia Retrê, do “Inovação Social 4.0”; Dr. Pedro Botelho, do “Inovar ‘3E’”; Dr. André Caeiro, do “Desafios MS”; Dr.<sup>a</sup> Joana Ferreira Gomes, do “Orienta.Te”; Dr.<sup>a</sup> Hélia Filipa Grácio Alves, do “Raízes”; Dr.<sup>a</sup> Raquel Bispo, da “Meg@tivo”, e Dr.<sup>a</sup> Thaís Matela, do “KS Escolhas”.

De igual modo, agradecemos a ajuda dos interlocutores de várias associações: Dr. José Reis e Dr.<sup>a</sup> Patrícia Bruno, da ACAS — Associação Luso Caboverdeana de Sintra; Dr. Eduardo Jaló, da Associação dos Filhos e Amigos de Farim; Dr. Luís Andrada e Dr. André Pinto, da Academia Ubuntu Rugby; Dr.<sup>a</sup> Lurdes Pereira, da Academia de Música de Monte Abraão; Adriano Reis, da RJ ANIMA — Associação de Dinamização Ambiental, Social e Cultural; e à Chão de Oliva — Associação Cultural, ao Teatrosfera"e à ALAGAMARES — Associação Cultural. Também não poderíamos de deixar de agradecer à Dr.<sup>a</sup> Solange Aquino, da Casa Seis — Associação para o Desenvolvimento Comunitário; ao Prof. Carlos Grácio, da Associação CIAPA — Centro Aeroespacial; à Dr.<sup>a</sup> Patrícia Doro, da Associação Juvenil Ponte; ao Dr. Pedro Lucas, da Associação Estrela da Lusofonia; à Dr.<sup>a</sup> Flora Silva, da Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humano Olho Vivo; ao Domingos Marques (Gamboa), da 24 de Setembro — Associação do Ballet, Música e Teatro Africanos; ao Dr. Ricardo Soares, da Musgo Produção Cultural; à Dr.<sup>a</sup> Marta Santos, da APDJ — Associação para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil; à Dr.<sup>a</sup> Alexandra Santos e Dr. Marco Martin, da Fundação Aga Khan Portugal; e ao Sr. Mamadou Bah, da Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins.

Um reconhecimento especial é dedicado àqueles que muito se esforçaram na realização dos contactos com os jovens a serem entrevistados, nomeadamente o Prof. Carlos Grácio (CIAPA), a assistente social Dr.<sup>a</sup> Marta Santos (APDJ), os coordenadores e técnicos de projetos Escolhas — Dr.<sup>a</sup> Patrícia Retrê (Inovação Social 4.0), Dr. André Caeiro (Desafios MS), Dr.<sup>a</sup> Hélia Filipa Grácio Alves (Raízes) e Dr. Pedro Botelho (Inovar “3E”), e os presidentes das associações — Dr.<sup>a</sup> Flora Silva (Olho Vivo), Domingos Marques (Gamboa) (24 de Setembro), Dr. Lucas Pedro (Estrela da Lusofonia) e Dr. Ricardo Soares (Musgo Cultural).

O nosso sincero agradecimento a todas as entidades públicas, dirigentes e profissionais que se disponibilizaram a esclarecer as nossas dúvidas em diversos âmbitos da integração social dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes: Dr.<sup>a</sup> Ana Figueiredo (Divisão de Habitação e Serviços Comunitários); enfermeira Paula Filipe (Unidade de Cuidados na Comunidade Cruzeiro); Dr. Hugo Aleixo (Centro de Emprego e Formação Profissional de Sintra do Instituto do Emprego e Formação Profissional — IEFP); Dr.<sup>a</sup> Fernanda Lopes (Setor de Sintra/Unidade de Desenvolvimento Social/Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, IP); Dr.<sup>a</sup> Susana Pereira (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais — DGRSP); Dr.<sup>a</sup> Ana Pacheco, Dr.<sup>a</sup> Cristina Bugalho e Dr.<sup>a</sup> Iva Fragoso (União das Freguesias de Queluz e Belas); Dr.<sup>a</sup> Lurdes Cardoso (Junta de Freguesia de Casal de Cambra); Dr.<sup>a</sup> Catarina Ferreira (União das Freguesias de Sintra); Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia Varanda e Dr. João Francisco (União das Freguesias de Almargem, Pêro Pinheiro e Montelavar); Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Arruda e Dr. João Gonçalves (Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Sintra); Prof.<sup>a</sup> Cristina Frazão (Escola Escultor Francisco dos Santos); Prof. Feliciano Pinto (Escola D. João II); Prof. Luís Henriques, Prof.<sup>a</sup> Anabela Campos e Dr.<sup>a</sup> Paula Santos (Agrupamento de Escolas Agualva-Mira Sintra); Prof.<sup>a</sup> Conceição Peixoto, Prof.<sup>a</sup> Amélia Frazão e Prof.<sup>a</sup> Anabela Ovídio (Escola Secundária de Santa Maria); e Dr.<sup>a</sup> Susana Picado (DSAS/Observatório Social de Casal de Cambra).

Uma palavra de agradecimento aos nossos colegas e consultores do projeto, Rui Pena Pires, João Sebastião, Alejandra Ortiz, Sandra Mateus e Rita Cachado, assim como um agradecimento especial à Cláudia Pereira, que inicialmente partilhou a coordenação do projeto com a primeira autora do livro, antes de assumir funções como secretária de Estado para a Integração e para as Migrações (2019-2022).

O desenvolvimento deste estudo, que agora culmina em livro, esteve institucionalmente enquadrado no CIES-Iscte — Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, onde contámos com o apoio logístico e técnico de várias pessoas da equipa: Neide Jorge, Rita Gusmão, José Carlos Ferreira e Sofia Rocha. O nosso agradecimento sincero às inúmeras respostas às nossas solicitações e pedidos.

Não podemos ainda deixar de agradecer à Editora Mundos Sociais do CIES-Iscte, muito em especial à editora Susana da Cruz Martins por ter tão bem acolhido esta proposta, assim como à Lina Cardoso por todo o apoio técnico e logístico necessário para levar a bom porto a publicação deste livro.

Finalmente, o nosso sincero agradecimento aos jovens e às jovens que tão generosamente aceitaram partilhar connosco as suas experiências de vida. Esperamos que este livro tenha conseguido recolher a multiplicidade e complexidade das suas vivências, e de alguma maneira, lhes tenha feito justiça. É a eles e a elas a quem dedicamos estas páginas.



## Nota de abertura

Numa altura em que os países europeus, e Portugal em particular, registam *deficit* demográfico, serão justas as expectativas geradas em torno do contributo das migrações para o atenuar do problema. Na verdade, há no tempo presente uma oportunidade única para o encontro das aspirações dos migrantes na busca de *uma vida digna* para si e para os seus filhos com as necessidades das sociedades de acolhimento europeias. Tornar claro o interesse das “duas partes” constitui um desafio para as instituições.

Uma dimensão importante para corresponder com êxito a esse desafio consiste na observação e no acompanhamento dos processos de integração dos migrantes, através da recolha de informação e na pesquisa sobre o tema. Ciente da necessidade de aprofundar o conhecimento da realidade, a Câmara Municipal de Sintra inscreveu, sob a sua responsabilidade, o *Observatório das Migrações no Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Sintra (PMIM) 2018-2020*.

Durante a fase de diagnóstico do PMIM de Sintra, as dificuldades de integração dos jovens imigrantes e dos jovens descendentes de imigrantes foram assinaladas enquanto objeto de preocupação para as entidades responsáveis, sobretudo para aquelas mais focadas na coesão social dos territórios, como é o caso das juntas de freguesia e da câmara municipal.

As desigualdades de oportunidades de partida que marcam os percursos de vida dos migrantes tornam-nos, também, mais expostos à discriminação, para mais se atendermos a que, no país, a discriminação tem um fundamento de classe social muito forte. No concelho de Sintra, são os jovens afrodescendentes que revelam maior sensibilidade ao tema e mais se pronunciam sobre ele. Para além do seu valor próprio, o sentimento de discriminação poderá indiciar fragilidades na pertença/identificação com o todo social.

A questão da integração dos jovens imigrantes e dos jovens descendentes de imigrantes é central no âmbito do território concelhio. Daí não poder ser outro o tema escolhido para o primeiro estudo do Observatório das Migrações de Sintra.

Na verdade, afigura-se indispensável proceder a um aprofundamento do conhecimento sobre a realidade socioeconómica das comunidades migrantes. Nesse



sentido, apenas o trabalho de terreno e o contacto direto com os sujeitos provenientes dos mais diversos contextos socioeconómicos poderá corresponder de forma eficaz a essa necessidade de aprofundamento.

Dar voz aos jovens, escutar as suas histórias e refletir sobre elas, compreender os seus percursos é, pois, o contributo que este estudo aqui nos traz, não apenas para melhor conhecermos a realidade, mas para melhor podermos potenciar as oportunidades e orientar as políticas do município para a minimização dos constrangimentos à sua integração.

*Basílio Horta*  
*Presidente da Câmara Municipal de Sintra*

## Introdução

Em 2019, a Câmara Municipal de Sintra (CMS) lançava o desafio para um estudo sobre a integração social dos jovens de origem imigrante no concelho. Esse desafio, motivado por uma vontade genuína de conhecer melhor as oportunidades e os constrangimentos vividos por estes jovens naquele território, tinha como objetivo orientar as políticas públicas para melhor as adequar às necessidades de uma população que, nas últimas décadas, se sedentarizou — nalguns casos —, e nasceu — em outros —, no município. A ambição era, nas palavras do vereador Eduardo Quinta Nova, “conhecer tudo sobre estes jovens para fazer melhor”. Urgia, então, compreender qual era o seu percurso escolar, profissional e académico, se tinham ou não competências em língua portuguesa, se participavam em associações desportivas e culturais e se estas constituíam uma ponte sólida para a sua inclusão na sociedade envolvente, entre muitos outros temas. Era necessário, pois, ouvir as suas histórias e os seus discursos, e tentar compreender, além do óbvio, o que ainda não tinha sido compreendido em várias dimensões das suas vidas. Neste sentido, o nosso objetivo principal foi “dar voz” a este grupo de jovens e ouvi-los sobre aquelas áreas da sua vida que mais contribuem para a sua inclusão social no concelho de Sintra, desvendando zonas cinzentas ou menos claras do seu percurso de vida e migratório.

O tempo disponível para levar este estudo a bom porto era curto, tendo sido, aliás, a sua execução marcada pela imprevisibilidade da pandemia. Era fundamental dotar a investigação de ferramentas concetuais operacionalizáveis, capazes de fomentar a narração das visões e representações sociais dos jovens como elementos úteis para a análise sociológica. Esta abordagem empírica correu o risco de “sacrificar” uma discussão teórica aprofundada e normalmente concebida para abordar temas tão caros à sociologia como “integração social” e “jovens de origem imigrante”. Queremos, pois, advertir desde já para o tom “empírico” subjacente à natureza deste livro e ao seu carácter exploratório em alguns temas ainda escassamente abordados no estudo da integração social dos jovens de origem imigrante em Portugal (por exemplo, a participação religiosa, o acesso à participação política ou o acesso às práticas de saúde, para mencionar alguns). Esta abordagem permite,

contudo, ampliar o público do livro mais além do académico, e suscitar reflexões e conhecimentos sobre estes temas a um público mais geral.

Adotámos uma perspetiva multidimensional da integração social, recorrendo não só a várias dimensões utilizadas em trabalhos prévios no Observatório das Migrações (Oliveira, 2021 e anos anteriores), como também a outras dimensões para definir este conceito. Assim, este livro incorpora dimensões contempladas por Oliveira (2021) — demografia, educação e qualificações, aprendizagem da língua portuguesa, mercado de trabalho, condições de habitação, acesso à saúde, discriminação de base racial e étnica, e participação eleitoral —, assim como outras dimensões consideradas por nós necessárias para dar conta da multiplicidade de vivências destes jovens no concelho de Sintra — participação religiosa, acesso e práticas desportivas e participação cultural e associativa.

O manancial de informação empírica recolhida sobre cada uma das dimensões de integração social selecionadas poderá, por si só, e como sabemos, potenciar uma investigação futura. Contudo, nestas páginas, o nosso objetivo foi bastante mais modesto (leia-se “exploratório”), sem com isto minimizar a importância das narrativas destes jovens (contadas na primeira pessoa), as suas conquistas, e também as suas dificuldades e constrangimentos neste processo tão árduo que é a integração social. Por outro lado, estes discursos permitiram-nos identificar não só algumas regularidades e diferenças entre os grupos nacionais identificados, como também aquelas dimensões das suas vidas em que são mais bem-sucedidos ou em que essa integração é mais frágil.

Deste modo, este livro inicia-se no primeiro capítulo com um enquadramento sobre a integração social e a imigração, destacando, nas várias secções que o compõem, a origem dos estudos sobre o conceito de integração, a medição e modelos de integração social, e os planos de ação para a integração social dos imigrantes no contexto europeu e nacional. Em seguida, debruçamo-nos sobre a integração social dos descendentes de imigrantes em Portugal, procurando destacar aqueles estudos e autores que mais têm contribuído para enriquecer o nosso conhecimento nesta matéria. O capítulo metodológico pretende esclarecer as nossas opções quantitativas e qualitativas na recolha da informação, assim como explicar o contexto social no qual decorreu a investigação que sustenta este livro. Os capítulos seguintes apresentam uma reflexão analítica e expositiva sobre os resultados obtidos nos discursos dos jovens entrevistados, nomeadamente as suas experiências e visões sobre o contexto social, escolar, associativo e local dos territórios onde vivem e crescem. Antes de terminar, procurámos refletir, num capítulo dedicado às orientações futuras destes jovens, quais são as suas aspirações profissionais, bem como de residência. Num último capítulo, repensamos aqueles elementos que melhor caracterizam cada uma das dimensões evidenciadas neste estudo, com o objetivo de traçar o cenário das condições objetivas e subjetivas das vidas destes jovens de origem imigrante.

### **Origem dos estudos sobre integração social**

No âmbito da sociologia, o surgimento de preocupações sobre a integração social remonta aos Estados Unidos da América (EUA) no seio da Escola de Chicago (décadas de 1920 a 1940), onde nomes já clássicos como William I. Thomas e Florian Znaniecki (o camponês *polaco na Europa e na América*), e Robert E. Park e Ernest Burgess se destacam pelos estudos pioneiros sobre a imigração, relações raciais e assimilação no contexto urbano. Estes contributos seriam determinantes para marcar, nas décadas seguintes, a definição do paradigma clássico da assimilação. De um modo geral, o assimilacionismo defende que, ao longo do tempo, as várias gerações de imigrantes vão tendo comportamentos cada vez mais próximos dos indivíduos autóctones, até ao ponto de não se distinguirem deles. Assim, segundo a teoria assimilacionista clássica, a harmonização entre comportamentos e valores tenderia a decorrer naturalmente e de forma cíclica, após uma competição inicial por recursos económicos disponíveis, seguidos de fases de conflito, acomodação e, finalmente, assimilação de uns pelos outros. Esta última etapa, contudo, não anularia a confrontação, mas sim permitiria o ajustamento entre os grupos autóctones e os imigrantes, sob a forma de elaboração de leis e consensos que naturalizariam a convivência entre os grupos, quer pela aquisição da nacionalidade dos novos membros, quer pela aceitação da sua desigualdade (estrutural) na sociedade. Apesar do contributo da Escola de Chicago para as migrações, o seu enfoque principal foi a análise do papel das instituições na integração (ou melhor, na assimilação) social dos imigrantes no espaço urbano, deixando, contudo, por explicar certas questões básicas, como o acesso dos imigrantes ao mercado laboral e as posições profissionais por eles ocupadas nas sociedades de acolhimento (Fernández *et al.*, 2019).

A superação da teoria clássica assimilacionista aconteceria em 1964, com a publicação da obra de Milton M. Gordon *Assimilation in American Life: The Role of Race, Religion, and National Origins*, em que o autor procurou operacionalizar certos conceitos de integração social com o objetivo de os medir. Com efeito, o seu trabalho conduz à desagregação de várias dimensões relacionadas com o conceito de

“assimilação”, que incluem a “aculturação” (na qual os recém-chegados adotam a língua, valores e comportamentos da sociedade de acolhimento), assimilação estrutural (o acesso e participação dos imigrantes nas instituições sociais, como o mercado de trabalho e educativo), assimilação matrimonial, assimilação identitária (identificação com a cultura dominante), assimilação na atitude de recepção de imigrantes (ausência de preconceitos), assimilação no comportamento de recepção de imigrantes (ausência de discriminação) e assimilação cívica (ausência de conflitos entre valores e luta de poder). Estas dimensões questionavam a ideia de que, em certos casos, a assimilação é a última etapa a ser alcançada por um imigrante, uma vez que existem grupos sociais cuja assimilação estrutural, por exemplo, nunca é obtida. A obra de Gordon abre, assim, a crítica à teoria clássica do assimilacionismo, através da definição de várias categorias que permitem a medição e a operacionalização do conceito de integração (assimilação) social, sem, com efeito, estarem isentas de certas fragilidades analíticas.

As propostas teóricas posteriores apoiaram-se na crítica ao assimilacionismo, dando origem a correntes culturalistas e estruturalistas, cujo principal enfoque era explicar a reprodução das desigualdades sociais entre os grupos étnicos segundo a sua origem nacional. Para os culturalistas, as diferenças étnicas entre os grupos eram voluntárias, na medida em que cada um definiria a sua pertença social segundo características étnicas, culturais, religiosas ou raciais específicas. Num polo oposto, os estruturalistas iriam colocar o centro da explicação nas diferenças entre os grupos, isto é, na desigualdade social com base em características étnicas, o que resulta na segmentação da sociedade segundo distintos perfis. Neste sentido, para os estruturalistas, para alguns grupos sociais, a assimilação plena não é possível de alcançar, uma vez que certas dimensões da sociedade, como o mercado de trabalho ou a habitação residencial, por exemplo, reproduzem, de forma estrutural, a sua segregação étnica e social.

Estas duas correntes iriam, posteriormente, ser conjugadas nos trabalhos de Alejandro Portes e Rúben Rumbaut: assimilação (ou integração) segmentada (Portes e Rumbaut, 2001; Rumbaut e Portes, 2000). Nesta corrente teórica, o enfoque é dado ao carácter multidimensional da integração social e aos diferentes percursos que cada grupo de imigrantes desenvolve na sociedade de acolhimento. A proposta dos autores é importante e contribuiu, de alguma forma, para influenciar os estudos posteriores nesta área. Portes e colegas defendem um processo de assimilação em que vários atores (grupos étnicos de imigrantes, associações de imigrantes) e instituições desempenham um papel central e conjunto. Os autores destacam a importância dos fatores contextuais (isto é, a conjuntura económica e a política nacional e internacional, segmentação no mercado de trabalho ou segregação residencial e espacial) nas trajetórias de integração dos imigrantes. Neste processo, para eles existem três fatores centrais que condicionam decisivamente esta integração: as políticas de imigração promovidas pelos países de destino, o papel da sociedade civil em relação aos imigrantes e o peso das associações de imigrantes nos países de acolhimento. A articulação entre estes fatores motivou a elaboração de uma tipologia para diferenciar as distintas trajetórias que os imigrantes poderão percorrer no seu processo de integração social:

- *mobilidade social ascendente*, em que os imigrantes e os seus descendentes desenvolvem processos de aculturação progressivos, até adotarem os valores, normas e comportamentos da sociedade de acolhimento.
- *assimilação com baixa mobilidade social*, na qual os imigrantes e descendentes de um estrato socioeconómico mais baixo desenvolvem processos de aculturação e de assimilação às normas, valores e comportamentos da sociedade de acolhimento; sendo, contudo, impedidos de ascender socialmente devido à existência de preconceitos, estigmas e discriminação social (dificuldades de acesso ao emprego, à habitação, à educação, etc.) em relação aos grupos étnicos a que eles próprios pertencem.
- *pluralismo cultural*, em que é possível a convivência entre distintos grupos étnicos, resultando na sua integração económica e cultural na sociedade de destino. Nesta situação, tanto os grupos de imigrantes como os cidadãos autóctones da sociedade de acolhimento usufruem da integração económica e cultural, sem a existência de consequências negativas no acesso a recursos ou na manutenção das suas identidades étnicas.

Como vemos, os estudos sobre a integração social nos EUA foram pautados, desde então, pelos trabalhos de Alejandro Portes e colegas, tendo tido igualmente eco na Europa.

### **O conceito de integração social: medição e modelos de integração**

As correntes teóricas no âmbito da sociologia sobre a integração (assimilação) dos imigrantes procuravam, essencialmente, explicar *como estes se integram na sociedade de acolhimento*. Contudo, a questão de *como integrar esses mesmos imigrantes* através de políticas públicas dirigidas à sua receção e aculturação na sociedade é do domínio político específico, de cada Estado nacional. As políticas de imigração, referentes ao conjunto de objetivos, leis e normativas elaborados pelos Estados, com meios concretos mobilizados para atingir certos fins de controlo, regularização e integração dos imigrantes nas suas fronteiras, depende de dois tipos de condicionalismos. Em primeiro lugar, da *temporalidade da imigração*, isto é, de se a imigração é temporária ou permanente. Em segundo lugar, dos *motivos dessa mesma imigração*, que podem ser variados, incluindo motivações económicas ou laborais, familiares (reunificação familiar, casamento), políticas (refugiados, solicitantes de asilo), de estudo, ou mesmo de estilo de vida.

Se assumirmos que a integração social é um processo prático, podemos dizer que esta depende das *posições sociais que os imigrantes ocupam na sociedade*, assim como dos grupos sociais nos quais se inserem, dependendo estes, por sua vez, de certos *marcadores étnicos, de origem nacional, culturais ou políticos*. Essa mesma posição social irá, pois, determinar a trajetória da integração de cada indivíduo num tempo e num espaço concreto.

De um modo geral, existem três dimensões distintas que contribuem para este processo. Em primeiro lugar, o *marco jurídico e legal de um Estado*, isto é, as autorizações de residência temporárias ou permanentes, as perspetivas de naturalização ou

de adoção da nacionalidade desse país e a participação política. Em segundo lugar, a *dimensão socioeconômica* que corresponde ao acesso à habitação, mercado de trabalho, educação e serviços públicos, e que depende estreitamente da legalização desse imigrante na sociedade de destino. E, em terceiro lugar, a *dimensão cultural* que equivale ao domínio da língua desse país, assim como aos valores, normas, comportamentos e símbolos da cultura desse imigrante, que o coloca em interação com a ideologia e condutas do país de destino.

Neste sentido, existem alguns modelos de integração que têm sido associados a países “tradicionais” de recepção de imigração na Europa (França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Reino Unido e Suécia), e que definem e moldam os processos de adaptação e de inserção social dos imigrantes em distintos contextos de destino (Cebolla-Boado e Finotelli, 2015). Estes modelos podem ser concebidos como *tipos-ideais* referentes à integração social dos imigrantes: assimilacionista, multicultural e intercultural. O primeiro modelo procura que a integração cultural dos imigrantes nas comunidades de destino seja total, através da incorporação das suas tradições, costumes, valores, atitudes e comportamentos. Neste caso, existe uma *unidirecionalidade inerente ao conceito de integração*, uma vez que a cultura dominante deverá impor-se aos cidadãos estrangeiros e permitir a sua assimilação através da renúncia à sua cultura de origem (Sánchez, 2009). A integração de todos os cidadãos — nacionais e imigrantes — permite a criação de uma estrutura social homogênea, em que a responsabilidade última da integração cabe ao próprio imigrante. Este processo conduziria, inevitavelmente, à resolução de conflitos entre os distintos grupos sociais e à eliminação de preconceitos ou discriminação étnica. França é um exemplo de país onde o modelo assimilacionista se manteve por várias décadas (Cebolla-Boada e Finotelli, 2015).

O modelo multicultural baseia-se no respeito pela identidade cultural através da promoção da tolerância entre os distintos grupos sociais. Assim, este modelo preconiza a aceitação pública de que todas as culturas e coletivos de imigrantes têm os mesmos direitos que os cidadãos nativos, apesar de haver uma certa adaptação a valores universais. Este modelo engloba ideais liberais assentes em relações entre a democracia e os direitos humanos, preservando a identidade cultural e a singularidade de cada grupo. Contudo, uma das consequências da implementação deste modelo de integração reside na separação ou segregação dos grupos étnicos, com a consequente desigualdade de poder e do acesso a recursos, apesar da aceitação pública das suas diferenças. Países onde este modelo tem sido adotado são, por exemplo, o Reino Unido e a Alemanha (Wiesbrock, 2011).

Por fim, o modelo intercultural defende, igualmente, a diversidade e convivência de vários grupos étnicos, mas tem preocupações com a segregação dos grupos sociais, colocando ao mesmo nível os direitos civis e os direitos culturais. O enfoque deste modelo radica, essencialmente, no carácter bidirecional entre o imigrante e a sociedade de acolhimento, na troca e ajustamento de valores distintos, competências e recursos, mantendo, contudo, o direito à diversidade de cada grupo social (Sánchez, 2009; Wiesbrock, 2011). Este tipo de modelo pode ser identificado, segundo Sánchez (2009), nos Países Baixos ou na Suécia.

Estes modelos de integração de imigrantes são frequentemente concebidos como um instrumento necessário para enquadrar as políticas de integração e para medir a sua eficácia. Contudo, enquanto os países de imigração “tradicionais” europeus têm utilizado estes modelos para marcar as suas políticas migratórias dentro de uma dada filosofia, nos países europeus de imigração recente, como Portugal, Espanha, Itália ou Grécia, a existência destes modelos de integração e das suas práticas foram, até à década de 2010, condenados pela sua ausência (Arango, 2012; Cebolla-Boado e Finotelli, 2015). Como referem Cebolla-Boado e Finotelli (2015: 81),

é frequentemente sugerido que os países do sul da Europa têm um não modelo de integração ou um modelo *laissez-faire*, e que nestes países existe uma falta sistemática de modelos inspiradores de políticas de integração e de práticas, tal como acontece nos países europeus de imigração tradicional.

Esta perspetiva foi contestada pelos autores, mediante uma análise empírica comparativa entre “velhos e novos” países de imigração, em dois indicadores da integração: o desempenho escolar dos filhos dos imigrantes e a proporção do emprego/desemprego dos imigrantes nesses países. Neste sentido, os resultados obtidos pelos autores revelam que países como Portugal, Espanha, Itália e Grécia apresentam semelhanças nas suas perspetivas de integração da imigração, sem que estas representem modelos distintos dos dos países da Europa ocidental.

### **Planos de ação para a integração dos imigrantes em Portugal e na Europa: nível europeu, nacional e local**

A preocupação em elaborar políticas públicas que se ajustem à integração das comunidades imigrantes e dos seus descendentes remete, necessariamente, para a medição das dimensões consideradas essenciais a essa mesma integração, com vista à sua melhoria ou reformulação futura. Esta questão foi inicialmente abordada por Werner S. Landecker, em 1951, no seu artigo seminal “Types of integration and their measurement”, em que o autor já se referia ao carácter multidimensional do conceito e apelava à necessidade metodológica em medi-lo e operacionalizá-lo de forma rigorosa. A evolução desta questão progrediu ao longo de várias décadas, até se tornar numa tema central para a Comissão Europeia, visto a necessidade de monitorizar as políticas de integração dos imigrantes através de indicadores estatísticos que uniformizassem, na medida do possível, as eventuais diferenças nos instrumentos estatísticos de avaliação entre os Estados-membros.<sup>1</sup>

Esse foi o objetivo da Declaração de Zaragoza, assinada em 2010, em que os ministros responsáveis de cada Estado-membro consensualizaram a utilização de

---

1 Um breve resumo sobre este longo processo de uniformização dos indicadores da integração pode ler-se em Oliveira (2021: 14-17).



quatro dimensões de integração — *emprego, educação, inclusão social e cidadania ativa* — a serem medidos no futuro através de indicadores comuns de integração. A existência destes indicadores permitiria uma abordagem comparativa entre os vários Estados sobre os assuntos e políticas nacionais desenvolvidos para lidar com a integração dos imigrantes. A Declaração de Zaragoza possibilitou que o Eurostat realizasse, a partir daí, uma compilação e harmonização da informação estatística recolhida entre os diversos Estados-membros, para comparação. Desde então, a *medição ou avaliação da eficácia* das dimensões e indicadores de integração social é comparada entre imigrantes e nacionais de um dado país (Oliveira, 2021). Entre os Estados europeus, essa avaliação tem, pois, frequentemente, um carácter normativo, ao ser desenvolvida pelos poderes administrativos e políticos que definem a direção e a medida de integração a realizar, segundo padrões técnicos e administrativos previamente estabelecidos.

O desempenho de Portugal neste processo de medição tem sido sempre reconhecido a nível internacional. Com efeito, em 2017, o relatório da Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA) *Together in the EU. Promoting the Participation of Migrants and Their Descendants* indicava que, entre 15 países auscultados, apenas Portugal e a Alemanha incluíam, na sua monitorização da integração, mais indicadores do que aqueles acordados na Declaração de Zaragoza (Oliveira, 2021). Portugal tem, de facto, registado um trabalho muito positivo, quer no desenvolvimento das políticas públicas, quer na conceção de práticas de acolhimento e de integração dos imigrantes e seus descendentes, que perpassa por todos os níveis sociais. Este desempenho tem, além disso, sido realçado pelo trabalho estatístico produzido de forma sistemática pelo Observatório das Migrações do Alto-Comissariado para as Migrações, na recolha objetiva de fontes estatísticas ajustadas a várias dimensões da integração social dos imigrantes, sempre em comparação com os cidadãos sem origem migratória (Oliveira, 2021).

A nível nacional, Portugal tem desenvolvido diversas políticas com o objetivo de ajustar a conceção dos planos nacionais às práticas e realidades dos imigrantes, tendo em conta a crescente complexidade da vida social, moldada por inúmeras conjunturas políticas e económicas internacionais que caracterizam as últimas décadas. Neste sentido, a elaboração dos Planos Nacionais para a Integração dos Imigrantes (entre 2007-2009 e 2010-2013), assim como o Plano Estratégico para as Migrações (entre 2015-2020) e, mais recentemente, a transposição do Plano de Ação para a Integração 2021-2027 para o contexto nacional têm vindo a assegurar os instrumentos logísticos e as boas práticas neste domínio.

Além da sua vertente nacional, a integração social dos imigrantes e dos seus descendentes e a sua monitorização é, igualmente, concebida a nível local. Como refere Pires (2016: 46),

independentemente das diretrizes nacionais, é precisamente a nível local, nos lugares onde os imigrantes vivem, trabalham e têm acesso aos serviços, que o impacto das migrações se faz sentir com maior intensidade sobre o tecido socioeconómico e onde que se colocam os problemas diários de integração dos imigrantes e de convivência.

Com efeito, o trabalho realizado nas autarquias, em estreita colaboração com as organizações de imigrantes (e outras) e a sociedade civil permite implementar de forma mais eficaz e ativa as políticas desenhadas a nível nacional. Esta prática de seguir uma abordagem *bottom-up* na implementação das políticas públicas foi iniciada após o desafio dirigido pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) em 2014 a vários municípios para a criação dos Planos Municipais para a Integração de Imigrantes (PMII). Os PMII permitem incorporar, a nível local, várias medidas do Eixo I do Plano Estratégico para as Migrações, contribuindo para um melhor acolhimento e integração dos imigrantes, em várias áreas consideradas prioritárias: serviços de acolhimento e integração, urbanismo e habitação, mercado de trabalho e empreendedorismo, educação e língua, capacitação e formação, cultura, saúde, solidariedade e resposta social, cidadania e participação cívica, *media* e sensibilização da opinião pública, racismo e discriminação, relações internacionais e religião (Pires, 2016). Por outro lado, os PMII, atendendo à diversidade dos territórios onde são implementados, procuram utilizar os recursos humanos, físicos e logísticos a nível local para promover a integração dos imigrantes, acionando medidas e práticas que visem a resolução das suas necessidades. Como refere Pires,

os Planos não estão centrados apenas nos imigrantes, mas antes nas relações de convivência intercultural, abrangendo todos os cidadãos do território, prevenindo atitudes discriminatórias e favorecendo o conhecimento recíproco das diferentes culturas. Os destinatários dos PMII são, assim, todos quantos residem, trabalham, estudam ou que, de forma direta ou indireta, interagem com os territórios, a saber: os imigrantes, a sociedade de acolhimento, os técnicos, os dirigentes e decisores políticos e as instituições (2016: 50).

Neste contexto, Sintra é um dos municípios que regista uma presença extraordinariamente acentuada de estrangeiros e de jovens descendentes de imigrantes. Desde 2015, a CMS tem vindo a implementar o PMII, desenvolvendo uma estratégia integrada na área da imigração, reunindo diversos atores e entidades públicas e privadas que implementam ações e medidas que respondem às necessidades de acolhimento e integração dos migrantes e dos seus filhos no concelho. É o caso do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Sintra 2018-2020, que inclui várias dimensões analisadas anualmente pelo Observatório das Migrações (Oliveira, 2021), correspondendo aos serviços de acolhimento e integração; mercado de trabalho e empreendedorismo; urbanismo e habitação; educação e língua; capacitação e formação; cultura; desporto; saúde; solidariedade e resposta social; cidadania e participação cívica; *media* e sensibilização da opinião pública; racismo e discriminação; relações internacionais; religião e justiça, algumas das quais serão, como veremos, analisadas no estudo de caso que aqui apresentamos.



## Capítulo 2

# **A integração social dos descendentes de imigrantes em Portugal**

## **A perspetiva sociológica**

É já um lugar-comum dizer que, entre finais do séc. XX e o início do séc. XXI, Portugal passou de ser tradicionalmente conhecido como um país de emigração, para ser igualmente reconhecido como país de imigração. Vários fluxos migratórios têm vindo a observar-se desde então no país, com maior ou menor dinamismo, e obedecendo a conjunturas económico-políticas concretas. Entre os grupos de imigrantes que se estabelecem no país, encontram-se não só aqueles nacionais de países com fluxos migratórios mais antigos — PALOP (Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe) e Brasil —, mas também fluxos migratórios mais recentes vindos da Ucrânia, Roménia, Rússia e China. Neste contexto, dada a existência de uma sedentarização visível de várias comunidades imigrantes em Portugal, uma questão emergente é a integração social destes imigrantes e dos seus descendentes. No caso concreto da Área Metropolitana de Lisboa, onde se regista o maior número de imigrantes, o concelho de Sintra assinala uma presença extraordinariamente acentuada de estrangeiros. Fonseca e colegas já apontavam em 2007 que o padrão geográfico de sedentarização de imigrantes em Portugal apresenta uma forte polarização nas aglomerações urbanas mais importantes, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, onde também se inclui Sintra. Segundo a autora (2007), os imigrantes chegados há menos tempo, isto é, os originários da Europa de Leste, tinham um padrão mais disperso do que os imigrantes pertencentes aos fluxos mais antigos, como os provenientes dos PALOP. De igual modo, um estudo posterior de Beja Horta *et al.* (2011) refere a grande diversidade de perfil migratório no concelho de Sintra, onde, a par da existência de elites estrangeiras de classes sociais mais privilegiadas a residir em freguesias da vila e da serra de Sintra (sobretudo provenientes de países da União Europeia), residem migrantes laborais nas periferias da vila e zonas limítrofes, originários dos fluxos migratórios mais antigos (PALOP) e mais recentes (Brasil e Europa de Leste).

Por outro lado, a integração dos descendentes nas sociedades de acolhimento é um fenómeno muito presente na literatura científica. Como referido anteriormente, nos EUA, os trabalhos de Portes (1996) e colegas (Portes e Rumbaut, 2001) contribuíram para desenvolver, não sem controvérsia, linhas de investigação sobre

esse fenómeno, em vários países europeus (Crul e Vermeulen, 2003; Thomson e Crul, 2007). Neste sentido, o papel decisivo dos filhos dos imigrantes nas dinâmicas de sedentarização e na integração social dos pais nas sociedades de destino passou a ser sistematicamente sublinhado (Portes, 1996; Portes e Rumbaut, 2001; Machado, 2007). No entanto, os filhos de imigrantes têm uma socialização diferente da dos seus pais, particularmente nos seus padrões de comportamento, valores e estilos de vida, aprendizagem da língua, criação de redes de sociabilidade, inserção em instituições escolares e em contextos laborais; o que pode deixar antever, nalguns casos, a existência de descontinuidades intergeracionais nas suas trajetórias de vida, e noutros a continuidade intergeracional perante os seus pais (Portes e Rumbaut, 2001).

Em Portugal, vários autores têm contribuído para o estudo dos descendentes de imigrantes e da sua integração social em relação aos seus progenitores (Gaspar, 2019a; Machado, 2007; Mateus, 2014; Pires, 2009). Mais concretamente, as investigações sobre os jovens de origem imigrante em Portugal foram, até aos anos 1990, dominadas pelos trabalhos de Fernando Luís Machado sobre os afrodescendentes (Machado, 1994; Machado *et al.*, 2005) e, a partir de 2000, por uma diversificação de estudos centrados em outros grupos nacionais: europeus de Leste (Linares, 2011; Sivak, 2014), indianos (Seabra, 2010), cabo-verdianos, angolanos e descendentes de imigrantes em geral (Machado, 2007; Mateus, 2014; Roldão, 2015; Seabra *et al.*, 2016; Seabra *et al.*, 2011), brasileiros (Iorio e Fonseca, 2018; Seabra *et al.*, 2011; Togni, 2014) e chineses (Gaspar, 2018, 2019b). De facto, se há algumas décadas os afrodescendentes eram o grupo mais visível e mais estudado em Portugal, atualmente, com a sedentarização de outras comunidades imigrantes na sociedade portuguesa, assistimos à diversificação e convivência de grupos sociais com origens nacionais e étnicas diferentes.

Contrariamente à geração dos seus pais, a socialização e integração social dos jovens de origem imigrante tende a ser mais pautada por valores e comportamentos da sociedade de acolhimento, uma vez que detêm um maior conhecimento da língua nacional e conseguem desenvolver redes de sociabilidade mais próximas das do país de acolhimento. Se, em alguns casos, esta potencial proximidade entre duas culturas pode facilitar uma maior integração social destes jovens, noutros casos as suas trajetórias de vida são acompanhadas por maiores dificuldades de integração, como, por exemplo, serem vítimas de comportamentos racistas e xenófobos, pondo em causa uma verdadeira convivência multicultural.

Num texto já clássico, Fernando Luís Machado (1994) destaca a necessidade de se entender as “fronteiras da etnicidade” vividas por muitos destes jovens (referindo-se particularmente aos luso-africanos), através das quais as suas identidades são construídas nas interseções de categorias etárias específicas (como jovens), de categorias migratórias marcadas pelas pertenças de origem dos seus pais (imigrantes de primeira geração) e de categorias culturais híbridas decorrentes das suas identificações culturais familiares e as suas pertenças sociais partilhadas com os grupos de pares (africanos ou portugueses). Deste modo, destaca-se a importância de pensar, em primeiro lugar, estes jovens de origem imigrante como jovens que são mais além de categorizações essencialistas que tendem a reproduzir a sua

desigualdade social em relação a outros jovens sem origem migratória. De facto, impõe-se um olhar (nem sempre possível) que matize certas questões relativas aos jovens de origem imigrante através de uma perspetiva comparativa com outros jovens não imigrantes das mesmas condições sociais.

Em Portugal, os temas que têm sido abordados nas investigações centram-se, essencialmente, nas condições e experiências escolares, questões identitárias, expressões culturais e artísticas, no associativismo e capital social, nos processos de discriminação e racismo e na integração no mercado de trabalho. Isto tem permitido explorar várias dimensões fundamentais na transição destes jovens para a vida adulta. Apesar de se encontrarem em distintas etapas dos seus percursos de vida, vários desses jovens estão, neste momento, em idade escolar, frequentando o ensino básico, secundário ou universitário, ou já em idade de ingressar no mercado de trabalho. Estas duas dimensões — escola e trabalho — são, pois, essenciais para entender o percurso de vida desses jovens de origem imigrante e para indagar se esse mesmo percurso apresenta continuidades ou ruturas em relação aos seus progenitores.

Contudo, a integração social dos descendentes de imigrantes não se esgota nestas duas dimensões. Uma questão central é saber quais as outras dimensões a incluir na definição do próprio conceito de integração social. Além de aspetos relativos à educação, trabalho, identidade étnica ou redes de sociabilidade (Machado, 2007; Portes e Rumbaut, 2001), outros autores também defendem a necessidade de se articular este tema com uma análise macroestrutural que incida sobre o desenvolvimento das políticas públicas em matérias de imigração e juventude em cada contexto nacional (Marques *et al.*, 2007; Thomson e Crul, 2007). Assim, como já mencionado, no caso português, o ACM propõe uma série de indicadores que permitem aferir o grau de integração social dos imigrantes e dos seus descendentes, características sociodemográficas (sexo, origem nacional, nacionalidade, idade, estado civil), educação e qualificações, aprendizagem da língua portuguesa, mercado laboral, habitação, participação política e eleitoral, acesso à justiça, discriminação de base étnica e racial e acesso à saúde (Oliveira e Gomes, 2018) — os quais serão utilizados nesse estudo para aferir o grau de integração social dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes no concelho de Sintra.



## Capítulo 3

### Notas metodológicas

A metodologia utilizada para a recolha da informação sobre a integração de descendentes de imigrantes e de jovens imigrantes em Sintra centrou-se em dois tipos de fontes de dados empíricos: quantitativos e qualitativos.

Para contextualizar a informação sociodemográfica destes jovens e a sua pertença familiar, foram recolhidas fontes estatísticas secundárias, disponibilizadas por várias entidades oficiais. Em primeiro lugar, recorreremos ao Instituto Nacional de Estatística (INE — *Census 2011, Estatísticas Demográficas*). Esses dados foram importantes para comparar a situação destes grupos em Sintra e Portugal. Em segundo lugar, os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF — *Relatórios Estatísticos Anuais*, de 2016 a 2021) foram úteis para registar o número oficial de estrangeiros residentes no concelho de Sintra, por nacionalidade e por sexo. Contudo, estes dados apenas dizem respeito aos cidadãos estrangeiros em situação regular, tal como é previsto na Lei da Imigração e na Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, que regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional. Como tal, é importante clarificar que estes dados oficiais não incluem situações de irregularidade, situações estas que fomos, pontualmente, registando ao longo da nossa abordagem qualitativa no terreno. Em terceiro lugar, a recolha de dados de contextualização estatística foi igualmente sustentada pelos indicadores compilados pelo Observatório das Migrações (OM) do Alto-Comissariado para as Migrações (*Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual*, de 2016 a 2021), uma vez que os dados incluídos nestes relatórios são extremamente úteis ao incidirem, como já referimos anteriormente, em cada uma das dimensões de integração social dos imigrantes analisadas para a região de Lisboa (NUTS II) e para Portugal.

Complementarmente, e para o concelho de Sintra, foi consultado o *Diagnóstico Social do Concelho de Sintra*, que reporta uma análise demográfica no período intercensitário 2001-2011, assentando nos resultados definitivos dos Censos 2011. Visto que a reorganização do concelho de Sintra a partir de 2002 passou de 17 para 20 freguesias, e em setembro de 2013, de 20 para 11 freguesias,



em alguns momentos a comparação entre freguesias com dados mais atuais não pôde ser realizada.<sup>1</sup> Um outro documento consultado para obter dados estatísticos mais recentes (referentes a 2016), ainda no concelho de Sintra, foi o *Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Sintra, 2018-2020: (1) Diagnóstico*, tendo, contudo, uma limitação importante, ao não apresentar o número de estrangeiros e as nacionalidades mais representativas em cada freguesia. De igual modo, com base num outro documento — *Relatório de Execução 2018* — recolhemos informação de algumas das questões que foram incorporadas no trabalho qualitativo efetuado. Com efeito, estes dois relatórios permitiram-nos obter informação sobre os contextos territorial e institucional do concelho de Sintra.

Relativamente à recolha empírica qualitativa de informação, e para analisar a integração social dos descendentes de imigrantes e de jovens imigrantes a residir no concelho de Sintra, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade para caracterizar o perfil familiar e as trajetórias sociais, escolares e migratórias destes jovens. Como tal, foram considerados para análise três grupos distintos, já definidos em estudos anteriores (Machado e Matias, 2006; Mateus, 2021), e tendo por base o país de nascimento (naturalidade) de, pelo menos, um dos progenitores (diferente de Portugal).<sup>2</sup> Assim, 1) um grupo de jovens nascido fora de Portugal, mas imigrado na infância ao abrigo do reagrupamento familiar com, pelo menos, um dos progenitores imigrante; 2) um grupo de jovens nascidos em Portugal, mas filhos de, pelo menos, um progenitor imigrante; e 3) um grupo de jovens nascido fora de Portugal e cuja imigração ocorreu de forma individual e a uma idade mais avançada depois dos 18 anos (jovens imigrantes).<sup>3</sup>

É de notar, contudo, que a utilização da “naturalidade” para seleção dos indivíduos entrevistados difere da maioria dos dados estatísticos oficiais em Portugal, que normalmente fazem recurso da variável “nacionalidade”. Como clarifica Oliveira (2021:10)

embora a nacionalidade seja um critério objetivo e exclusivo na sistematização de dados e definição de indicadores, traduz apenas numa aproximação à realidade da imigração, não se sobrepondo ao universo de imigrantes no país. Por um lado, há cidadãos com nacionalidade estrangeira que já tendo nascido em Portugal não têm

- 
- 1 Neste âmbito, é importante referir que os dados desagregados por freguesia e independentes da situação de residência legal dos estrangeiros apenas são obtidos com os Censos.
  - 2 Convém desde já esclarecer o que entendemos aqui por “nacionalidade” e “naturalidade”. A nacionalidade do indivíduo refere-se ao vínculo jurídico existente entre uma pessoa e o Estado, podendo ser originária (no momento do nascimento) ou secundária (por meio da naturalização). A naturalidade é o mesmo que o “país de origem”, isto é, o país onde essa pessoa nasceu, e do qual pode ter adquirido ou não a sua nacionalidade. Em primeiro lugar, ao longo deste livro, os dois conceitos serão utilizados segundo o critério escolhido pelas entidades públicas para a recolha dados estatísticos. Por outro lado, e como iremos ver, sempre que nos referirmos aos dados qualitativos recolhidos nas entrevistas, estamos a referir-nos à naturalidade destes jovens em articulação com a naturalidade dos seus pais.
  - 3 Esta designação com base na naturalidade (país de nascimento) dos pais faz com que sejam considerados “autóctones” todos os jovens com ambos os progenitores nascidos em Portugal.

qualquer experiência migratória, correspondendo nomeadamente a descendentes de imigrantes que herdaram a nacionalidade estrangeira de origem dos seus pais. Por outro lado, verifica-se que dados de indivíduos com nacionalidade estrangeira podem excluir imigrantes de facto que adquiriram, entretanto, a nacionalidade portuguesa e que por isso deixaram de ser contabilizados nos dados da população estrangeira residente em Portugal.

Neste sentido, e considerando que a naturalidade identifica mais objetivamente a ascendência do indivíduo fora de Portugal, decidimos utilizar este indicador para seleccionar os potenciais jovens entrevistados.

As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2019 e abril de 2020, podendo sistematizar-se em duas partes: a) reuniões informais e entrevistas a representantes de entidades públicas e privadas (cargos dirigentes, associações de imigrantes ou afins); e b) realização de entrevistas a jovens imigrantes e descendentes de imigrantes.<sup>4</sup> Por outro lado, e tal como mencionámos anteriormente, a definição das dimensões de integração social utilizadas para estas últimas entrevistas foi baseada, em parte, nas definidas por Oliveira e Gomes (2018) e Oliveira (2021) e sistematizadas no guião da entrevista: a) competências e aprendizagem da língua portuguesa; b) inserção no meio escolar; c) inserção no mercado laboral; d) situação habitacional; e) participação política e eleitoral; f) condições de acesso à saúde; g) percepção de discriminação de base étnica e racial. Por outro lado, a inclusão de outras dimensões analíticas que poderiam dar conta de uma participação e vivências mais abrangentes em áreas como a religião e o lazer foram igualmente consideradas. Como tal, foram integradas no guião das entrevistas outras dimensões, como a h) participação religiosa; i) condições de acesso ao desporto; e j) acesso à cultura e participação associativa.

Entre agosto de 2019 e abril de 2020, procedemos à realização das entrevistas em duas partes: a) realização de reuniões e entrevistas a representantes de entidades públicas e privadas (cargos dirigentes, associações de imigrantes ou afins); e b) realização de entrevistas a jovens imigrantes e descendentes de imigrantes.

No total, foram realizadas 37 entrevistas válidas a jovens imigrantes e descendentes de imigrantes. A localização, seleção e recrutamento de jovens para entrevistar decorreu, fundamentalmente, através da técnica bola de neve. Trata-se de uma metodologia qualitativa que obtém uma amostra não representativa, na qual não é possível controlar a representatividade. Durante todo o trabalho de campo, foi sendo realizada a transcrição das entrevistas, assim como uma análise ao seu conteúdo, tendo em conta as dimensões analíticas definidas para o conceito de integração social.

---

4 É importante destacar aqui o papel central que assumiram como informantes privilegiados os coordenadores de alguns projetos Escolhas e de algumas associações. “O Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações — ACM, IP”. A sua missão é “promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.” Até 31 de dezembro de 2020 encontrava-se na sua 7.<sup>a</sup> geração e financiava 103 projetos (100 no continente e 3 nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores), em: <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>, acesso em 07/07/2020.

A maioria dos jovens de origem africana foi recrutada por indicação de projetos Escolhas e associações de intervenção social, mas não só. Através do contacto e de indicações dos próprios jovens entrevistados e de outras associações culturais (que não necessariamente de intervenção social e ligadas aos projetos Escolhas), conseguimos entrevistar jovens cujo perfil se diferenciou daquele encontrado nos projetos Escolhas. A Associação para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil — APDJ, por exemplo, permitiu entrevistarmos jovens cujo perfil social se distinguiu bastante dos outros, uma vez que incluiu pais jovens com filhos nessa associação, ou irmãos de crianças que frequentavam a creche dessa associação. Além da indicação dos próprios entrevistados, os jovens brasileiros também foram contactados através de um grupo de *WhatsApp*, indicado por um cabeleireiro sediado na Tapada das Mercês; e os jovens ucranianos foram contactados através de professoras a lecionar o curso de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) da Escola Secundária de Santa Maria (Portela de Sintra).

Contudo, os constrangimentos colocados pelo confinamento imposto pelo Governo português à população, devido à pandemia provocada pela COVID-19 entre março e junho de 2020, impossibilitaram concluir as entrevistas de forma presencial. Assim, a grande maioria das entrevistas foi realizada presencialmente, sendo que, durante o período de confinamento, duas entrevistas foram realizadas por *Skype*.

Ressalta-se, ainda, que o facto de a entrevistadora também ser brasileira contribuiu para que se estabelecesse uma relação de confiança entre entrevistador (estrangeiro) e entrevistado (estrangeiro). Carling *et al.* (2013) já haviam referido que, no campo dos estudos migratórios, atuar como um investigador *insider*, ou seja, um investigador que também é membro do grupo em estudo, é diferente de atuar como um investigador *outsider*, ou seja, que está “fora” deste grupo (e pertence à maioria da população do país de acolhimento). Estes autores afirmam que entrevistas em profundidade conduzidas por pessoas que, além de terem competência na língua materna do entrevistado, tenham experiência nas realidades do campo, são cruciais para a gestão da recolha de dados e os ajustes a estas realidades. No entanto, importa referir que se, por um lado, o investigador *insider* pode ser visto de forma positiva pelos seus informantes, sendo a sua condição considerada uma vantagem, por outro lado, este investigador também pode deparar com alguns desafios inerentes a esta posição, pois existem várias categorias sociais nas quais o entrevistado poderá enquadrá-lo. Por exemplo, se o investigador *insider* é visto pela comunidade à qual pertence como tendo uma posição privilegiada dentro da sociedade de acolhimento, pode, de igual modo, influenciar as respostas dos entrevistados, visto que estes tenderiam a considerar outras categorias do investigador, como o género, a idade, a ocupação, a posição na sociedade de acolhimento, a experiência migratória, entre outras, e não só a sua nacionalidade (Iorio, 2018). No caso em estudo, percebemos que o facto de a investigadora possuir outra nacionalidade, que não a portuguesa, foi positivo para a realização do trabalho de campo, já que conseguiu estabelecer não só uma relação de confiança, como também de empatia e solidariedade com os entrevistados no relato das suas histórias de vida.

## Capítulo 4

# Jovens imigrantes e descendentes de imigrantes no concelho de Sintra

### Contexto empírico

**Quadro 4.1** Evolução dos estrangeiros residentes em Portugal (concelho de Lisboa e Sintra)

Local/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Portugal	445 262	436 822	417 042	401 320	395 195	388 731	397 731	421 711	480 300	590 348	662 095	698 887
Concelho de Lisboa	44 784	45 626	45 915	46 426	50 047	51 690	55 212	63 967	79 700	98 841	107 238	108 894
Concelho de Sintra	37 133	36 099	34 350	33 478	32 707	31 245	29 688	29 345	31 807	37 840	41 155	42 475

Fonte: SEF (2010-2021).

Entre 2010 e 2021, em Portugal passou-se de 445 262 cidadãos estrangeiros (2010) para 698 887 (2021) (taxa de variação de 56,9%), como se pode observar no quadro 4.1. Este aumento fez-se sentir de forma muito pronunciada no concelho de Lisboa (taxa de variação de 143,1%), mas foi muito menos visível no concelho de Sintra (taxa de variação de 14,4%).

No âmbito do concelho de Sintra em concreto (quadro 4.2), observa-se neste período um aumento das nacionalidades brasileiras, chinesa e cabo-verdiana (ainda que em 2020 e 2021, as comunidades chinesa e cabo-verdiana tenham diminuído). Apesar de uma diminuição das nacionalidades ucraniana e angolana, observamos que nos últimos três anos (2019, 2020 e 2021) já se notava um ligeiro aumento em ambas nacionalidades, e um valor estável (com ligeiro crescimento nos últimos quatro anos) da nacionalidade guineense. Em 2019 (ano em que o trabalho de campo deste estudo foi realizado), as nacionalidades mais representadas (em números absolutos) no concelho de Sintra eram a (1) brasileira, (2) cabo-verdiana, (3) guineense, (4) angolana, (5) ucraniana e (6) chinesa. Estas origens nacionais foram, aliás, aquelas assinaladas anteriormente como as mais representativas no estudo realizado por Beja Horta *et al.* (2011). Observa-se, pois, uma

**Quadro 4.2** Evolução dos estrangeiros residentes em Sintra por país de origem

Pais de origem/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	8217	7 960	7 356	6 480	6053	5 658	5 351	5364	6 240	9 034	11 001	11 994
China	596	612	667	683	760	801	891	896	991	1 118	1010	875
Ucrânia	2185	2148	2009	1 873	1766	1 664	1 600	1 481	1426	1 471	1 496	1 452
Cabo Verde	7 748	7 910	7 939	8 101	8 127	7 873	7 366	7 291	7 408	7 930	7 855	7364
Guiné-Bissau	4 762	4 557	4 353	4 550	4 713	4 470	4 020	4 016	4 290	4 756	5 006	5 260
Angola	5 633	4 990	4 513	4 362	4 132	3 715	3 293	3 076	3 259	3 942	4 331	4 474

Fonte: SEF (2010-2021).

**Quadro 4.3** Estrangeiros residentes em Portugal e em Sintra (2019 e 2021)

Ano	2019	2021	2019	2021	2019	2021
Nacionalidade	Total de residentes estrangeiros em Portugal (N)		Total de residentes estrangeiros em Sintra (N)		Estrangeiros em Sintra relativamente ao total de estrangeiros em Portugal (%)	
Guineense	18 886	20 357	4 756	5 260	25,2	25,8
Cabo-verdiana	37 436	34 093	7 930	7 364	21,2	21,6
Angolana	22 691	25 802	3 942	4 474	17,4	17,3
Romena	31 065	28 911	2 186	2 059	7,0	7,1
Brasileira	151 304	204 694	9 034	11 994	6,0	5,9
Ucraniana	29 718	27 195	1 471	1 452	5,0	5,3
Chinesa	27 839	22 782	1 118	875	4,0	3,8

Fonte: SEF, 2019 e 2020.

continuidade destes grupos de migrantes no território de Sintra, com uma pequena diferença, em 2020 e 2021, para a comunidade proveniente da Roménia, que nestes anos ficou à frente da comunidade ucraniana; e para a comunidade chinesa, que em 2020 caiu para a oitava posição, e em 2021 para a nona posição.

No quadro 4.3, podemos observar o peso dos estrangeiros neste município relativamente ao total destas nacionalidades residentes no país.

Os dados do quadro 4.3 indicam que, em 2019, o maior peso de estrangeiros em Sintra, relativamente ao total dos estrangeiros em Portugal, encontrava-se entre os guineenses, seguidos dos cabo-verdianos, angolanos, romenos, brasileiros, ucranianos e chineses. Como tal, tendo em consideração esses dados, optou-se por entrevistar jovens imigrantes e descendentes de imigrantes pertencentes a essas nacionalidades.

Contudo, ao atualizarmos os dados para o ano de 2021, verificamos que praticamente nada mudou no peso dessas nacionalidades no concelho de Sintra, mantendo-se como principais as nacionalidades que já o eram em 2019. Portanto, esses valores sugerem que as comunidades africanas encontram-se mais localizadas no concelho de Sintra, quando comparamos o seu peso por todo o território nacional.

Relativamente à estrutura etária da população do concelho de Sintra, considerando tanto os cidadãos nacionais como os estrangeiros, podemos ver a sua distribuição no quadro 4.4. De um modo geral, podemos constatar que, entre 2010 e

**Quadro 4.4** Evolução do número de residentes em Portugal e Sintra segundo o grupo etário (2010, 2019 e 2021)

Anos	Grupos Etários	Portugal	Sintra
2010	0-14 anos	1 606 583	67 358
	15-64 anos	7 013 108	260 105
	mais 65 anos	1 953 409	49 838
2019	0-14 anos	1 402 276	62 859
	15-64 anos	6 621 663	259 250
	mais 65 anos	2 262 325	67 810
2021	0-14 anos	1 324 883	56 836
	15-64 anos	6 577 416	258 974
	mais 65 anos	2 449 743	69 967

**Fontes:** INE — Estimativas Anuais da População Residente (2010, 2019, 2021); INE — População residente (N.º) por local de residência (NUTS — 2013), sexo e grupo etário; Anual.

**Quadro 4.5** Indicadores demográficos de Portugal e Sintra (2010, 2019, 2021)

Indicadores	2010		2019		2021	
	Sintra	Portugal	Sintra	Portugal	Sintra	Portugal
Jovens (%) menos de 15 anos	17,9	15,2	16,1	13,6	14,7	12,8
População em idade activa (%) 15 aos 64 anos	68,9	66,3	66,5	64,4	67,1	63,5
Idosos (%) 65 e mais anos	13,2	18,5	17,4	22,0	18,1	23,7
Índice de envelhecimento idosos por cada 100 jovens	74	122	108	161	123,1	184,9

Fonte: INE — Estatísticas demográficas 2010, 2019 e Estimativas População Residente Portugal\_2020-2021.

**Quadro 4.6** Nacionais e estrangeiros residentes nas freguesias de Sintra, 15 aos 24 anos (2011)

Freguesia	Nacionais (N)	Estrangeiros (N)	Peso dos estrangeiros (%)
UF Cacém e São Marcos	4482	937	20,91
UF Aqualva e Mira-Sintra	5059	1057	20,89
Casal de Cambra	1619	278	17,17
UF Queluz e Belas	5760	938	16,28
Rio de Mouro	5813	946	16,27
UF Massamá e Monte Abraão	6177	969	15,69
Algueirão-Mem Martins	7552	1116	14,78
Colares	767	61	7,95
UF Sintra (Sta. Maria e S. Miguel, S. Martinho e Penaferriem)	3263	224	6,86
UF São João das Lampas e Terrugem	1645	95	5,78
UF Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelevor	1754	101	5,76

Fonte: INE, Censos da População (2011).

**Quadro 4.7** Nacionais e estrangeiros residentes nas freguesias de Sintra, 15 aos 24 anos (2021)

Freguesia	Nacionais (N)	Estrangeiros (N)	Nacionais + Estrangeiros (N)	Nacionais + Estrangeiros entre 15 e 24 anos (N)
Algueirão-Mem Martins	61 863	6 791	68 654	8 376
Casal de Cambra	12 080	1 268	13 348	1 744
Colares	7 091	655	7 746	772
Rio de Mouro	44 613	4 880	49 493	6 183
UF de Aqualva e Mira-Sintra	35 786	5 541	41 327	4 979
UF de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	16 235	1 029	17 264	1 791
UF de Massamá e Monte Abraão	42 701	5 110	47 811	5 825
UF de Queluz e Belas	47 127	5 290	52 417	6 367
UF de São João das Lampas e Terrugem	17 041	953	17 994	1 858
UF de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim)	27 803	2 104	29 907	3 405
UF do Cacém e São Marcos	34 867	4 826	39 693	5 313

Fonte: Dados Provisórios dos Censos 2021.

**Quadro 4.8** Evolução no número de jovens entre os 15 e os 24 anos, residentes nas freguesias de Sintra em 2011 e 2021

Freguesia	Total de jovens entre os 15 e os 24 anos (2011)	Total de jovens entre os 15 e os 24 anos (2021)
UF Cacém e São Marcos	5419	5 313
UF Aqualva e Mira-Sintra	6116	4 979
Casal de Cambra	1897	1 744
UF Queluz e Belas	6698	6 367
Rio de Mouro	6759	6 183
UF Massamá e Monte Abraão	7146	5 825
Algueirão-Mem Martins	8668	8 376
Colares	828	772
UF Sintra (Sta. Maria e S. Miguel, S. Martinho e Penaferrim)	3487	3 405
UF São João das Lampas e Terrugem	1740	1 858
UF Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	1855	1 791
Total	50613	46 613

Fonte: Censos 2011 e Dados Provisórios dos Censos 2021.

2021, houve um envelhecimento da população residente em Portugal e em Sintra, com um decréscimo neste período da população até aos 64 anos, e um aumento expressivo da população a partir dos 65 anos.<sup>1</sup> Contudo, observa-se que estes números são ligeiramente mais acentuados em Portugal do que no concelho de Sintra. Com efeito, enquanto a população do grupo etário dos 0-14 anos em Portugal

1 Optámos por incluir 2019, uma vez que foi o ano em que o estudo foi realizado.

diminuiu cerca de 17,5%, em Sintra este valor diminuiu 15,6%. Paralelamente, e relativamente ao grupo etário dos maiores de 65 anos, verifica-se um aumento considerável em Portugal (tal como se tem vindo a observar para o total da população portuguesa), visto que a população imigrante aumentou cerca de 25,4%, e no concelho de Sintra cerca de 40,4%.

Em consonância com estes dados sobre os grupos etários, o quadro 4.5 compara alguns indicadores demográficos entre Portugal e Sintra em 2010, 2019 e 2021. Como podemos observar pela sua leitura, a percentagem de jovens com menos de 15 anos em Sintra e Portugal decresceu, entre 2010 e 2021, 3,2 e 2,4 pontos percentuais, respetivamente. Relativamente à população em idade ativa, verifica-se que esta decresceu entre os anos indicados em Sintra e Portugal: 1,8 e 2,8 pontos percentuais, respetivamente. A percentagem de idosos (65 ou mais anos) aumentou no período considerado, como já indicámos, de 13,2% para 18,1% em Sintra, e de 18,5% para 23,7% a nível nacional. Finalmente, o índice de envelhecimento de idosos por cada 100 jovens também aumentou consideravelmente entre estes anos. Em Sintra passou de 74 para 123,1 e, a nível nacional, de 122 para 184,9.

Por fim, recolhemos os dados provenientes do *Projeto Educativo Local de Sintra (2018) – Enquadramento Demográfico e Socioeconómico* e da *Carta Educativa de 2.ª Geração* que apresentam um diagnóstico da educação a todos os jovens no concelho de Sintra. No que se refere à caracterização dos estrangeiros, esses documentos utilizaram dados do recenseamento do 2011. O *Enquadramento Demográfico e Socioeconómico* desenvolve uma análise prospetiva até 2031, tendo como referência os dados de 2011. Assim, estes dados estatísticos foram importantes para definirmos as freguesias a incluir no projeto (ver quadros 4.6, 4.7 e 4.8).

O quadro 4.9 permite verificar que, entre as oito nacionalidades estrangeiras com maior representatividade no concelho de Sintra, em 2011, a brasileira (24,6%), a cabo-verdiana (21,2%), a angolana (15,6%) e a guineense (12,5%) eram as que tinham maior representatividade, não só ao nível do concelho, como também ao nível da maior parte das freguesias.

### **Perfil sociodemográfico e familiar**

O perfil sociodemográfico, económico e familiar dos jovens entrevistados encontra-se sistematizado no quadro 4.10. Entre os 37 entrevistados, 21 são do sexo masculino e 16 do sexo feminino. De igual modo, 14 são jovens nascidos em Portugal, 18 são jovens nascidos no estrangeiro e imigrados em Portugal na adolescência, e cinco são jovens imigrantes (chegados a Portugal depois dos 18 anos). As origens dos pais destes jovens são cabo-verdiana (10), brasileira (8), angolana (7), guineense (7), ucraniana (4), são-tomense (2), moçambicana (1), chinesa (1), moldava (1) e romena (1).

O estatuto de residência/cidadania destes jovens varia do seguinte modo: entre os jovens nascidos em Portugal, 13 têm nacionalidade portuguesa e do seu país de origem (dupla nacionalidade) e apenas uma entrevistada de Cabo Verde não tem nacionalidade reconhecida.





Entre os jovens nascidos no estrangeiro, 12 têm autorização de residência, quatro têm nacionalidade portuguesa e dois entrevistados brasileiros apenas têm o passaporte, tendo dado entrada no SEF com o pedido de regularização.

Por fim, entre os jovens imigrantes, quatro têm autorização de residência e um apenas tem o passaporte, encontrando-se a aguardar a autorização de residência.

Estes dados permitem constatar que a quase totalidade dos jovens nascidos em Portugal detém a nacionalidade portuguesa; que dos jovens nascidos no estrangeiro a maioria possui a autorização de residência, e que apenas uma minoria possui a nacionalidade portuguesa; sendo que os jovens imigrantes possuem a autorização de residência.<sup>2</sup>

As freguesias de residência dos jovens entrevistados distribuem-se da seguinte forma: cinco residiam na união das freguesias de Agualva e Mira-Sintra, cinco em Algueirão-Mem Martins, cinco na união das freguesias Queluz-Belas, seis em Rio de Mouro, sete na união das freguesias de Massamá e Monte Abraão, quatro na união das freguesias do Cacém e São Marcos, dois em Casal de Cambra, um na união das freguesias de Sintra e um na união das freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar.

A análise dos discursos das entrevistas realizadas permite verificar, entre alguns jovens de origem africana, uma situação do seu grupo doméstico já identificada em outros estudos (Mateus, 2021): o facto de viverem no seio de famílias complexas e muitas vezes alargadas, isto é, famílias monoparentais em que muitas vezes só a mãe está presente (o pai está ausente), e em que corresidem, igualmente, outros membros do agregado familiar (tia, primos, avós, etc.). Esta situação familiar foi também identificada como sendo comum dos grupos domésticos de jovens afrodescendentes entre alguns dirigentes associativos, entidades públicas e professores entrevistados.

Em primeiro lugar, na população imigrante

há mais casos de famílias monoparentais (sobretudo monoparentais femininas), que têm dificuldades económicas, e que precisam de muita ajuda. (Professor 1)

Logo, os alunos provenientes dessas famílias,

já por si sentem-se diferentes, porque não estão em pé de igualdade em termos económicos [...] e as famílias] já por si têm mais dificuldade em fazer o acompanhamento escolar destas crianças. (Professor 3)

---

2 Convém esclarecer aqui que a Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º2/2018, de 05/07, que procede à alteração da Lei n.º37/81, de 03/10), em vigor atualmente em Portugal, procura conciliar o princípio de *jus sanguinis* e o princípio de *jus soli* (Cf. art.º 1.º (alínea f) e art.º 6.º (N.º 2). No entanto, o facto de um indivíduo nascer em Portugal não determina que lhe seja atribuída a nacionalidade portuguesa. Apenas se um dos pais possuir a nacionalidade portuguesa ou se estes residirem legalmente há mais de dois anos em Portugal é que é possível ao/a filho/a aceder à nacionalidade.

**Quadro 4.10** Características sociodemográficas dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes entrevistados

N.º Entrevista	Género	Idade	Nacionalidade	Naturalidade	Grupo de jovem dos pais	Origem dos pais	Local residência	Habitação	Trabalho da mãe	Trabalho num lar	Trabalho do pai	Educação	Trabalho
1	Masc.	23	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	S. Tomé	Mira-Sintra	Própria	Trabalha num lar	Camionista		Licenciatura	Desempregado
2	Femin.	22	Não tem	Portugal	Nascido em Portugal	Cabo Verde	Mira-Sintra	Arrendada - Bairro Social	Empregada de limpeza	Empregada de limpeza	Pedreiro	11.º ano	Empregada de limpeza ao fim-de-semana
3	Masc.	22	Portuguesa e guineense	Guiné-Bissau	Nascido em Portugal	Guiné-Bissau estrangeiro	Mira-Sintra	Própria	Trabalhou como empregada de limpeza		Pedreiro	Licenciatura	Desempregado
4	Masc.	18	São-tomense	S. Tomé	Nascido em estrangeiro	S. Tomé	Casal de Cambra	Própria	Empregada de limpeza		Não sabe	Curso profissional	So estuda
5	Masc.	16	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Angola	Casal de Cambra	Arrendada	Chefe de cozinha		Serralheiro	Curso profissional	So estuda
6	Femin.	18	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Angola	Rio de Mouro	Própria	Não trabalha		Não sabe	12.º Curso profissional	Desempregada
7	Masc.	17	Guineense	Guiné-Bissau	Nascido no estrangeiro	Guiné-Bissau	Massamá - Monte Abraão	Não sabe	Empregada de limpeza		Comerciante	10.º ano	So estuda
8	Masc.	16	Cabo-verdiana	Cabo Verde	Nascido no estrangeiro	Cabo Verde	Tapada das Mercês/Algueirão	Arrendada	Biblioteca (Cabo Verde)		Professor inglês (Cabo Verde)	9.º ano	So estuda
9	Masc.	19	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Cabo Verde	Rio de Mouro	Arrendada	Doméstica		Desempregado	11.º curso profissional	Estuda e trabalha ao fim-de-semana no Leroy Merlin
10	Femin.	18	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Cabo Verde	Massamá	Arrendada	Doméstica		Pedreiro	12.º ano	So estuda
11	Femin.	15	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Angola	Queluz	Arrendada	Doméstica		Não sabe, vive em Angola	9.º ano	So estuda
12	Masc.	15	Guineense	Guiné-Bissau	Nascido no estrangeiro	Guiné-Bissau	Massamá	Própria	Doméstica		Engenheiro civil (Guiné)	9.º ano	So estuda
13	Masc.	21	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Cabo Verde	Mira-Sintra	Própria	Doméstica		Pedreiro	1.º ano licenciatura	So estuda
14	Masc.	23	Cabo-verdiana	Cabo Verde	Imigrante	Cabo Verde	Queluz	Arrendada	Diretora de escola (Cabo Verde)		Tem oficina de mecânica (Cabo Verde)	Final da licenciatura (Eng.Mecânica)	Estuda e trabalha
15	Masc.	22	Angolana	Angola	Imigrante	Angola	Cacém	Arrendada	Trabalha num lar de idosos		Comerciante (Angola)	Licenciatura incompleta	Trabalha em <i>part-time</i> (música)
16	Masc.	19	Guineense e portuguesa	Guiné-Bissau	Nascido no estrangeiro	Guiné-Bissau	Queluz-Belas	Arrendada	Não sabe		Não sabe	12.º ano	So estuda
17	Masc.	20	Portuguesa e cabo-verdiana	Cabo Verde	Nascido em Portugal	Cabo Verde	Mira-Sintra	Própria - Bairro Social	Professora de português (Cabo Verde)		Pedreiro	12.º ano	Estuda e trabalha como ator
18	Femin.	19	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Cabo Verde	Queluz	Arrendada	Desempregada		Trabalha na construção civil	7.º ano	Trabalha no McDonald's
19	Femin.	17	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Moçambique	Cacém	Arrendada	Doméstica		Electricista (Mocambique)	11.º ano	Estuda e é estagiária (teatro)
20	Masc.	24	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Brasil e Portugal	Queluz	Própria	Desempregada		Era carpinteiro	12.º ano (Curso Profissional)	Desempregada
21	Femin.	17	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Cabo Verde	Monte Abraão	Arrendada - Bairro Social	Cozinheira		Não sabe	12.º ano (Curso Profissional)	So estuda
22	Masc.	19	Guineense e portuguesa	Guiné-Bissau	Nascido no estrangeiro	Guiné-Bissau	Monte Abraão	Própria	Empregada de limpeza		Era militar	9.º ano (Curso Profissional)	So estuda

23	Femin.	15	Portuguesa	Portugal	Nascido em Portugal	Cabo Verde e Guiné-Bissau	Queluz-Pendão	Arrendada	Reforma por invalidez	Não sabe	6.º ano	Só estuda
24	Femin.	21	Portuguesa, angolana e guineense	Portugal	Nascido em Portugal	Monte Abraão	Própria	Não sabe	Não sabe	Não sabe	12.º ano (Curso Profissional)	Cozinha
25	Femin.	15	Brasileira	Brasil	Nascido no estrangeiro	Algueirão	Arrendada	Cuidadora de idosos	Foi mecânico (Brasil)	Comerçiante	8.º ano	Só estuda
26	Femin.	18	Chinesa	China	Nascido no estrangeiro	Massamá	Não sabe	Comerciante	Comerçiante	Não disse	Não disse	Ajuda os pais na loja
27	Femin.	17	Angolana	Angola	Nascido no estrangeiro	Queluz-Pendão	Arrendada	Baixa de maternidade (trabalhava nas limpezas)	Pedreiro	10.º ano (Curso Profissional)	10.º ano (Curso Profissional)	Só estuda
28	Masc.	21	Angolano	Angola	Nascido no estrangeiro	Rio de Mouro	Arrendada	Empregada interna	Não sabe	1.º ano de licenciatura (televidas)	1.º ano de licenciatura (televidas)	Estuda e trabalha
29	Femin.	15	Brasileira	Brasil	Nascido no estrangeiro	Vila de Sintra	Arrendada	Empregada de mesa	Músico de rua	11.º Curso Profissional (teatro)	11.º Curso Profissional (teatro)	Só estuda
30	Femin.	19	Brasileira	Brasil	Nascido no estrangeiro	Tapada das Mercês-Algueirão	Arrendada	Inspetora da indústria farmacéutica	Empresa de Artesanato	11.º Curso Profissional	11.º Curso Profissional	Só estuda
31	Femin.	21	Brasileira	Brasil	Nascido no estrangeiro	Rio de Mouro	Arrendada	Cuidadora de idosos	Pedreiro	1.º ano Curso Agentes PSP	1.º ano Curso Agentes PSP	Só estuda
32	Masc.	18	Brasileira	Brasil	Nascido no estrangeiro	Monte Abraão	Própria	Gerente na Starbucks (Lisboa)	Não sabe. Era pescador (Brasil)	10.º ano Curso de Ciências e Tecnologias	10.º ano Curso de Ciências e Tecnologias	Só estuda
33	Femin.	18	Portuguesa e brasileira	Portugal	Nascido em Portugal	Algueirão-Mem Martins	Própria	Bacharelato em teologia (pastora na Igreja Evangélica)	Bacharelato em teologia (pastora na Igreja Evangélica)	12.º ano	12.º ano	Só estuda
34	Masc.	28	Ucraniano	Ucrânia	Imigrante	Rio de Mouro	Própria	Professora	Motorista de trator	Engenharia civil de azulejos	Engenharia civil de azulejos	Desempregado
35	Masc.	20	Brasileira	Brasil	Imigrante	Algueirão-Mem Martins	Arrendada	Licenciatura/Representante de filtro para água e também missionária na Igreja Evangélica	Funcionário público no Brasil em Portugal a fazer doutoramento. É coach e pastor na Igreja Evangélica	Superior incompleto	Superior incompleto	Desempregado
36	Masc.	27	Ucraniana	Ucrânia	Imigrante	Rio de Mouro	Arrendada	Contabilista	Bancário	Licenciatura	Licenciatura	Designer
37	Masc.	16	Romena	Roménia	Nascido no estrangeiro	Montelavar	Arrendada	Empregada de café	Empregado numa empresa de pesados	10º ano (Curso Profissional de Mecatrónica)	10º ano (Curso Profissional de Mecatrónica)	Só estuda
38	Fem.	20	Ucraniana	Ucrânia	Nascido no estrangeiro	Cacém	Própria	Esteticista	Trabalha numa empresa de janelas	12.º ano de Turismo	12.º ano de Turismo	Rececionista num hotel
39	Fem.	21	Ucraniana	Ucrânia	Nascido no estrangeiro	Cacém	Arrendada	Cabeleira	Obras	12º Turismo	12º Turismo	Trabalha num hotel

Nota: As entrevistas 11 e 27 são aquelas em que não foi possível obter o formulário de consentimento.

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas

Como têm menos recursos económicos, dedicam grande parte do tempo ao trabalho, e têm menos tempo para dedicar às crianças e jovens.

Tudo isto faz com que eles [crianças e jovens] estejam mais sozinhos, menos acompanhados, mais na rua... E, portanto, eles não estão com estas mães. (Professor 3)

Sobre este aspeto em concreto, uma técnica de um projeto Escolhas também confirmou ter muitos jovens provenientes de famílias monoparentais, que

vivem com a mãe, ou com a mãe e com outros familiares, mas com o pai ausente... Estamos a falar de famílias que, também, muitas das vezes, as senhoras trabalham em limpezas, e trabalham em uma, duas, três casas, e quando chegam a casa estão esgotadas...

Por outro lado, foi igualmente referido que, devido a essa situação de desacompanhamento familiar, e ao facto de algumas destas crianças “crescerem na rua”,

há uma maior propensão destes jovens imigrantes ou filhos de imigrantes, mais do que dos portugueses, para se juntarem em grupos, os chamados gangues... E são sobretudo de etnia africana. É algo que me chateia bastante, porque depois acaba por alimentar o preconceito relacionado com esta questão de que são os africanos que roubam, pronto... Há uma taxa de criminalidade muito elevada de jovens africanos... Nas nossas escolas também sentimos que quando há situações de furtos, de grupos que se organizam, e que sabemos que vão causar algum tipo de problema, normalmente são meninos de origem africana. (Professor 3)

Portanto, segundo estes entrevistados, é necessário encontrar formas para estimular e reforçar mais o acompanhamento familiar. Com efeito, a ausência parental no quotidiano extraescolar de jovens de origem africana já foi reportada em estudos anteriores (Seabra, 2010) como potencial motivadora de comportamentos alvo de procedimentos disciplinares ou causadores de desempenhos escolares mais fracos.

Finalmente, e ainda dentro do contexto familiar destes jovens, é necessário ter presente as diferenças culturais e estratégias de correção educativas existentes entre os PALOP e Portugal. Sobre a repressão na educação familiar, diz-nos uma entrevistada:

Eles [os jovens] vêm de lá com os pais... com esta forma de estar, de serem batidos e de ser normal, e portanto, a violência é a forma de impor o respeito. Depois chegam cá, e sabem que os pais não podem bater da mesma maneira... porque cá, quando batem, obviamente há uma consequência... Então, quando chegam, são meninos muito submissos... que têm alguma dificuldade em olhar nos olhos, têm alguma dificuldade até em falar diretamente para a pessoa. Mas, rapidamente, com esta falta de acompanhamento, e uma vez que estão muito na rua... perdem rapidamente esta forma de estar...

Segundo esta professora, eles passam de submissos a “completamente desligados” da escola. Portanto, se por um lado, em Portugal

nós temos o dever de proteger as nossas crianças e de não permitir que eles sejam bati-dos como forma de punição... Por outro lado, não temos capacidade de alterar a forma de estar destas famílias [africanas], dando outras hipóteses, outras estratégias de lidar com as crianças e jovens... (Professora 3)

Relativamente ao perfil familiar identificado entre os entrevistados brasileiros, estes vivem em grupos domésticos nos quais os pais têm vários tipos de qualificações, tendencialmente mais elevadas do que os pais dos jovens dos PALOP, e profissões diversas. Observa-se que o nível socioeconómico das famílias destes jovens é algo mais elevado. Estes jovens vivem em famílias nucleares, em que o pai se encontra mais presente, apesar de existirem também casos de vivência monoparental com a mãe.

Por fim, os jovens do Leste Europeu e a jovem chinesa entrevistados vivem em grupos domésticos mais tradicionais (pai e mãe) ou então com o seu companheiro/a sentimental (como acontece num dos casos). O nível socioeconómico destes jovens é mais elevado e quase todos têm licenciatura ou cursos técnicos.

## **Contexto escolar**

### *A importância da escola na integração social*

A educação é um fator fulcral na integração social dos imigrantes, permitindo abrir pontes entre a família e a comunidade envolvente. Consciente da forte presença e implementação de imigrantes no concelho de Sintra, a câmara municipal encarregou uma análise diagnóstica — o Plano Educativo Local de Sintra (PELS, 2018) — para identificar, apurar e compreender melhor este fenómeno a nível local, nomeadamente a existência de recursos humanos e logísticos entre os vários agrupamentos do concelho. Apesar do PELS abranger toda a vertente educativa e incluir uma caracterização dos alunos migrantes e não migrantes, foi dada alguma atenção a questões relacionadas com as comunidades imigrantes, “capazes de contribuir para um Município multicultural, inclusivo, inovador e educativo, propiciador dos mesmos direitos, deveres e oportunidades para todos” (PELS, 2018: 12). Assim, algumas áreas que o PELS tem implementado e prevê continuar a implementar passam pela integração dos alunos de origem imigrante através de adaptação de currículos e pedagogias; fortalecer as medidas de acolhimento e integração de diferentes culturas; promover maior participação da comunidade educativa; o apoio a projetos e iniciativas das escolas e de outros parceiros associativos e o reforço dos projetos Escolhas.

Neste âmbito, a importância da escola no acolhimento e integração de jovens de origem imigrante tem sido alvo de alguns estudos. Por exemplo, Hortas (2018) refere que a maior limitação para o sucesso da educação dos descendentes de

imigrantes (com a consequente diminuição do abandono escolar e das taxas de retenção) é a falta de compromisso entre professores, estudantes e as suas famílias, o que exige a implementação de uma educação intercultural. Num trabalho anterior, a autora e outros colegas (Hortas *et al.*, 2014) defendem a abertura das escolas à comunidade local envolvente, através da colaboração e parcerias estratégicas entre vários atores que participam na educação formal e não formal. Esta dinâmica institucional colaborativa potenciará a inclusão dos imigrantes aos novos territórios, enriquecendo também os contextos educativos formais através do aumento da diversidade cultural e étnica.

O estudo de caso de Hortas e colegas (2014), realizado na Tapada das Mercês em Sintra, ilustra como estas sinergias poderão ser frutíferas. Esta freguesia suburbana reflete alguma segregação espacial, concentrando uma população etnicamente heterogénea, com particular expressão dos cidadãos africanos, e gerando várias interações sociais ao nível da vizinhança, que derivam numa maior inclusão ou exclusão dos residentes. Como afirmam os autores,

é neste sentido que os agentes que operam à escala local e que contribuem para o processo de integração devem organizar-se em rede, uma rede na qual a escola deve ser um dos parceiros fundamentais numa lógica de valorização das suas linhas de atuação e da sua abertura ao exterior (Hortas *et al.*, 2014: 13).

Na Tapada das Mercês, observa-se que nos espaços de educação formal — as escolas públicas — a presença de jovens de origem imigrante é frequentemente sinónimo (nas palavras dos entrevistados) de dificuldades no domínio da língua portuguesa e da consequente dificuldade por parte dos professores para desenvolver estratégias adequadas de aprendizagem. De igual modo, e apesar das estratégias de inclusão de alunos imigrantes estarem contempladas nos projetos educativos das escolas, ainda é bastante complicada a operacionalização dessas mesmas estratégias de inclusão nos agrupamentos.

A par da educação formal, existem projetos de educação não formal na Tapada das Mercês (com destaque para os do programa Escolhas e o programa K' Cidade) que desenvolvem uma estratégia articulada contra a exclusão social e de integração da população imigrante nesta localidade, nomeadamente na melhoria da escolaridade e do aumento das qualificações destes residentes. A presença de parcerias entre o agrupamento de escolas e associações permite desencadear uma série de benefícios individuais, organizacionais e comunitários (Hortas *et al.*, 2014). É neste sentido que os autores indicam que

o desafio que se coloca à escola passa pela sua afirmação no contexto local, pela capacidade de conhecer e de se adaptar ao meio, de se articular com os parceiros/instituições locais, organizando-se em rede, rentabilizando e potencializando os recursos endógenos e as relações sociais no sentido de ajudar a construir comunidades social e culturalmente diversas que recorrem à escola como espaço de aprendizagem mas que reclamam, à escala local, a sua integração (Hortas *et al.*, 2014: 34).

*Percursos e desempenho escolar: motivações e constrangimentos*

Analisando agora alguns indicadores educativos que medem o desempenho escolar dos alunos (de origem imigrante e não imigrante) no concelho de Sintra, podemos observar que, em geral, existe uma melhoria desse desempenho ao longo dos últimos anos. Em primeiro lugar, e quanto ao número dos alunos matriculados em Portugal e em Sintra, nos ensinios pré-escolar, básico e secundário em 2010 e 2019, o quadro 4.11 ilustra esta evolução. Como se pode constatar, houve um decréscimo acentuado nos alunos matriculados em Portugal e em Sintra, entre 2010 e 2019, de 2 016 257 para 1 618 609 alunos e de 66 580 para 57 461 alunos, respetivamente. Todos os níveis de ensino registaram um decréscimo acentuado no número de alunos matriculados.

No que equivale às taxas de retenção e de desistência no ensino básico (1.º ao 9.º ano) entre 2009 e 2019 (quadro 4.12), observamos que no caso de Sintra (em que dispomos de todos os dados), houve um decréscimo de 1,4 pontos percentuais no 1.º ciclo do ensino básico, 4,8 pontos percentuais no 2.º ciclo, e 7,4 pontos no 3.º ciclo. Esta diminuição da taxa de retenção e abandono reflete os resultados obtidos da implementação de políticas públicas dedicadas ao insucesso escolar.<sup>3</sup>

Relativamente às taxas de retenção e desistência no ensino secundário em Portugal e Sintra para o mesmo período (quadro 4.13), observa-se que para o caso de Sintra também houve uma redução importante de 24,7% para 19,7% no ensino secundário e de 19,2% para 13,8% no ensino tecnológico e profissional.

No caso dos jovens entrevistados, a grande maioria encontra-se a estudar no ensino secundário. Assim, 21 estão no secundário, cinco encontram-se a frequentar uma licenciatura (Sociologia, Turismo, Gestão de Aeronáutica, Contabilidade e Gestão e Engenharia Mecânica) e 11 não estudam (trabalham ou encontram-se à procura de emprego). Vários dos jovens que estão no ensino secundário encontram-se a frequentar cursos profissionais (Automação e Comando, Mecânica Automóvel, Apoio à Gestão, Gestão e Reparação de Computadores, Teatro, Auxiliar de Saúde, Formação de Agentes da PSP, Ciências e Novas Tecnologias, Mecatrónica).

Esta tendência, presente sobretudo entre os jovens de origem africana, já foi reportada em outros estudos, tendo sido entendido como “mais adaptado aos estudantes com baixos resultados e em risco de abandono escolar precoce, as vias profissionais tornaram-se a norma em contextos com elevados riscos de segregação curricular e escolar” (Abrantes e Roldão, 2019: 32). No entanto, os autores chamam a atenção para a segregação curricular e escolar ser furto da segregação residencial. O PER — Programa Especial de Realojamento, lançado em 1993, foi um programa que através da

---

3 De acordo com os dados apresentados no Projeto Educativo (PE) de Sintra, existe uma certa dicotomia entre a população estrangeira residente em Sintra, em que, por um lado, também se encontram grupos pertencentes a classes sociais privilegiadas (nomeadamente de origem europeia) e, por outro, se encontram imigrantes laborais, nomeadamente dos PALOP ou de países da Europa de Leste. Portanto, a organização do planeamento estratégico de educação em Sintra teve em conta a dimensão demográfica e territorial presente no concelho (P. 26, do projeto Educativo Local de Sintra — Carta Educativa de 2.ª Geração — Volume II). Contudo, não temos indicação de que o PE também tenha considerado as diferenças de classes sociais e culturais presentes nestes grupos multiculturais.



**Quadro 4.11** Alunos matriculados em Portugal e em Sintra nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino (2010/11, 2019/20)

		Nível de ensino											
Anos	Total	Educação pré-escolar		1.º ciclo do ensino básico		2.º ciclo do ensino básico		3.º ciclo do ensino básico		Ensino secundário		Cursos de educação tecnológica	
		2010/11	2019/20	2010/11	2019/20	2010/11	2019/20	2010/11	2019/20	2010/11	2019/20	2010/11	2019/20
Portugal	2 016 257	1 618 609	274 387	479 519	393 793	273 248	218 907	503 695	357 529	483 982	399 386	1 426	5 275
Sintra	66 580	57 461	8 213	18 762	15 492	10 319	8 074	15 507	13 082	13 779	12 272	-	42

Fonte: DGEEC/ME-MCTES — Recenseamento Escolar (2010/11, 2019/20).

**Quadro 4.12** Taxa de retenção e desistência no ensino básico em Portugal e Sintra

	1.º ciclo do ensino básico		2.º ciclo do ensino básico		3.º ciclo do ensino básico	
	Total		Total		Total	
Anos	2009/10	2019/20	2009/10	2019/20	2009/10	2019/20
Portugal	--	2,1	--	3,8	--	4,7
Sintra	3,7	2,3	9,6	4,8	14,2	6,8

Fontes: DGEEC/ME-MCTES — Recenseamento Escolar (2009, 2019).

segregação residencial acabou por influenciar a distribuição etno-racial dos estudantes ao longo da rede de escolas, concentrando os de origem africana nas escolas da periferia. Esta situação, juntamente com algumas políticas nacionais, levou a transformações drásticas na política de acompanhamento nestas escolas, adaptadas aos alunos com baixo aproveitamento e em risco de abandono escolar precoce, o que tornou os “percursos profissionais” como sendo a norma nestes contextos.

Deste modo, os cursos vocacionais reemergiram como um percurso seguido por um maciço número de estudantes no ensino secundário. Nos anos 1990, sob o argumento da necessidade de elevar os níveis educativos e facilitar transições para o trabalho, também foram introduzidas escolas profissionais privadas (Azevedo, 2014). De facto, desde 2005, houve um aumento dos cursos profissionais sob uma política de promoção da “mistura social” (Rodrigues, 2010), o que fez com que as taxas de participação neste tipo de ensino aumentassem.<sup>4</sup>

Relativamente às escolas que frequentam os jovens entrevistados, estas distribuem-se entre a Stuart Carvalhais (três jovens), Santa Maria (três), Padre Alberto Neto (dois), Miguel Torga (um), Visconde de Jurumenha (um), Vasco da Gama (um), Matias Aires (um), Ferreira Dias (um), EB2 Ruy Belo (um) e Centro de Formação Profissional Aldeia de Santa Isabel (um).

De um modo geral, os entrevistados referem que a família insiste para que estudem, porque “estudar é importante para ter um futuro”. Contudo, é frequente que estes jovens estejam a frequentar cursos profissionais ou superiores para os quais foram compelidos a ir, embora sem motivação ou vontade própria. Segundo contam em certos relatos, a frequência de um certo curso profissional deriva

4 É importante diferenciar aqui os Cursos Profissionais dos Cursos de Educação e Formação e dos Cursos Vocacionais (criados em 2012). Enquanto os primeiros são orientados para uma qualificação profissional; os segundos foram explicitamente criados como uma ferramenta para que as escolas pudessem incluir estudantes com mais de 15 anos, em situações de insucesso e abandono escolar; e os terceiros foram criados para incluir estudantes com mais de 13 anos de idade e com (pelo menos) duas retenções. Nesse sentido, o reconhecimento pelo mercado de trabalho dos Cursos de Educação e Formação e dos Cursos Vocacionais é geralmente baixo, o que conduz os seus estudantes a profissões pouco qualificadas e de baixa remuneração. Além disso, uma vez que os currículos são diferentes, estes estudantes não estão preparados para os exames nacionais, e por isso, a capacidade de prosseguir para o ensino superior também é baixa.

**Quadro 4.13** Taxa de retenção e desistência no ensino secundário em Portugal e Sintra (2009/10, 2019/20)

Anos	Ensino secundário		Cursos tecnológicos e profissionais	
	2009/10	2019/20	2009/10	2019/20
Portugal	--	13,1	--	10,3
Sintra	24,7	19,7	19,2	13,8

Fontes: DGEEC/ME-MCTES — Recenseamento Escolar (2009/10, 2019/20).

da existência de vagas, possibilidade de emprego, ou mesmo por estar perto de casa. Sobre este ponto em concreto, como referiram Abrantes e Roldão (2019), ainda que entre 2011 e 2015 o governo português tenha retirado a morada residencial como fator de seleção dos alunos nas escolas secundárias públicas, e tenha passado a financiar, diretamente, as escolas privadas, até então não se sabia qual seria o seu impacto relativamente à segregação escolar. Nesse sentido, podemos dizer que esses estudantes, tendencialmente, continuam a escolher as escolas mais próximas de casa, até devido ao custo inerente com as deslocações. Desta forma, a segregação habitacional continua a contribuir para a segregação escolar. À exceção de certos casos, em que a frequência de uma licenciatura ou curso profissional é vocacional, na sua maioria, estes jovens encontram-se a frequentar cursos por ser a “única alternativa existente” e estarem “perto de casa”. Noutros casos, a inscrição num curso pode derivar também de uma estratégia de conciliação com um trabalho em *part-time* que estão a fazer:

Era o único curso que tinha vaga na altura, e eu só fui para esse curso porque era o único que ia abrir da parte da manhã, das 8 às 2 horas. E como eu queria fazer um *part-time*... (Entrevista 9, masculino, Cabo Verde)

Apesar de a escola ser um espaço de socialização e de aprendizagem entre iguais, especialmente entre os jovens de origem imigrante nascidos em Portugal e naqueles casos em que a imigração dos entrevistados e da família ocorreu mais tarde (jovens de origem imigrante nascidos no estrangeiro), a integração no espaço escolar é mais difícil. Os motivos são vários: não compreensão da língua portuguesa (cabo-verdianos, guineenses, ucranianos, romenos, chineses), dificuldades nos processos de aprendizagem do ensino oficial português quando comparado com os países de origem, falta de redes sociais de identificação, ou comportamentos xenófobos e racistas. Como é referido por um aluno angolano:

Eu que não entendia, principalmente alguns testes, a forma como uma pergunta era formulada, eu ficava sem saber o que queria... definitivamente, acho que nas perguntas eles davam muita volta... (Entrevista 28, masculino, Angola)

O relato deste entrevistado vai ao encontro do que já havia sido referido por Iorio e Nogueira (2018), em que os conteúdos e os termos técnicos utilizados no ensino

português são os grandes obstáculos que, além das diferenças linguísticas, estes jovens têm de ultrapassar.

As estruturas são bem diferentes, a educação é bem diferente... é bem diferente a forma de ensino, o jeito da escola, as programações da escola, é bem diferente. Lá no Brasil eu entrava ao meio-dia e saía às cinco da tarde... Tinha o intervalo às três da tarde, onde eles me davam um lanche... Aqui, o meu irmão entra às nove da manhã, sai às cinco da tarde... tem uma aula até às onze e tem o intervalo. Aí eles dão leite e bolacha. Aí, ao meio-dia, tem o almoço. Os pais pagam o almoço e as crianças almoçam no refeitório da escola... Eu não vejo a infância do meu irmão como uma boa infância... No Brasil, quando [eu estava] na escola... eu comecei a fazer *ballet* desde os sete aninhos. Então, eu tinha esse meio período para estar numa escola de dança, para brincar com os meus amigos na rua, para fazer as tarefas de casa, para fazer os trabalhos da escola. (Entrevista 30, feminino, Brasil)

Os motivos relatados de abandono escolar são igualmente diversos: não gostar de estudar, necessidade de trabalhar para ajudar no orçamento familiar e necessidades de independência dada através do trabalho e da posse de dinheiro.

Por outro lado, como refere Mateus (2020:18) é importante salientar que

em Portugal, 94% dos professores não considera que os desafios colocados por turmas com grande diversidade cultural e étnico-racial constitua uma dificuldade profissional significativa (a média da OCDE é de 67%). Esta maior autoconfiança pode ser sinal de um alheamento relativamente às necessidades dos estudantes.

Neste sentido, de acordo com a autora, a experiência escolar da maioria dos decisores, dirigentes escolares e docentes em exercício tem obedecido a imperativos de homogeneização que, numa sociedade multicultural como a portuguesa, já não tem mais lugar. É urgente que as abordagens pedagógicas tradicionais deem lugar a mais autonomia e flexibilidade nos processos de ensino e aprendizagem, algo que teve início com a política curricular dos ensinos básico e secundário, lançada pelo XXI Governo Constitucional no ano letivo de 2017/2018, mas que ainda necessita de muitas mudanças (as quais implicam um acréscimo de sensibilidade).

Como referiu a técnica de um dos projetos Escolhas entrevistados, “os jovens, em contexto escolar, passam muito tempo sentados em sala de aula, a escrever, em livros...”. Portanto, quando se identificam pontos prioritários que precisam ser trabalhados em determinadas turmas, isto é desenvolvido “através de dinâmicas de grupo” que procuram “fugir” às dinâmicas impostas pelo ensino tradicional.

O relato anterior exemplifica uma situação experienciada no âmbito de um projeto Escolhas, mas se as escolas e docentes tivessem mais autonomia e flexibilidade na utilização de outras dinâmicas educativas e curriculares, também poderiam trabalhar os aspetos necessários de cada jovem, através de métodos menos tradicionais e culturalmente mais aliciantes.

### *Trabalho a tempo parcial: estratégias laborais juvenis*

Como foi mencionado anteriormente, a grande maioria dos entrevistados estuda no ensino secundário ou na universidade. Esta situação não surpreende, uma vez que o grupo etário dos nossos entrevistados se encontra entre os 15 e os 26 anos. Apesar de o nosso estudo não incluir uma amostra representativa, este dado vai ao encontro dos resultados obtidos por Beja Horta e colegas (2011: 95), em que a população jovem estudante tinha entre 0-9, 10-19 e 20,29 anos (98,7% no total). Contudo, alguns dos entrevistados do nosso estudo encontram-se a desempenhar algum tipo de atividade laboral, ainda que na maioria das vezes de forma complementar aos seus estudos: seis desempenham trabalhos com algum nível de qualificação (ator, cozinheira, *designer*, comercial e rececionista de hotel), seis desempenham trabalhos precários ou em *part-time* (limpezas, manutenção em grande armazém, transportador de aplicativos como o Glovo ou Uber Eats, restaurantes, etc.) e cinco encontravam-se desempregados à data da entrevista.

Assim, a maioria dos entrevistados que trabalha fá-lo para ajudar a família com as despesas ou então já desistiu de estudar. Os trabalhos desempenhados enquadraram-se, como vimos, em atividades precárias e de pouca qualificação, normalmente desempenhados por jovens em regime de *part-time*. De facto, esta precariedade laboral também foi assinalada por Beja Horta e colegas (2011: 100) entre a população imigrante residente em Sintra, em que 49,3% tinha contratos de trabalho sem termo e 7,4% trabalhavam sem contrato, situação esta que seguia a tendência predominante no mercado de trabalho português. Deste modo, e aparte de alguns jovens entrevistados que já estão a exercer a sua profissão, a maioria dos jovens não contempla o atual trabalho como uma carreira profissional, mas sim como um instrumento para auxiliar a família nas despesas quotidianas. Como refere uma entrevistada com origem cabo-verdiana, que trabalha no McDonald's e que começou a trabalhar aos 16 anos para ajudar a família:

Eu trabalhava e estudava, eu parei de estudar para ficar com 3 trabalhos... Eu não me importo porque na situação que eu 'tou agora, o trabalho que vier eu aceito, eu encaixo o meu horário, nem que seja para dormir só 2 horas. (Entrevista 18, feminino, Cabo Verde)

### **Competências e aprendizagem da língua portuguesa**

Como em qualquer outro país de acolhimento, a aprendizagem da língua é um dos fatores mais importantes para a integração social dos imigrantes. No estudo desenvolvido por Beja Horta *et al.* (2011), grande parte dos imigrantes inquiridos (primeira geração) considerava que tinha um bom nível de competência do português, e que esse fator tinha contribuído, manifestamente, para a sua inclusão social. Neste estudo, esta competência demonstrou também ser da maior relevância. Assim, tal como identificado em estudos anteriores (Mateus, 2021; Seabra, 2010), os entrevistados com origem africana, e sobretudo os cabo-verdianos, são na sua maioria bilingües em português e crioulo (ou outra língua do país de origem dos pais). O

bilinguismo ou a competência numa norma da língua portuguesa distinta da europeia foi igualmente abordado em instituições do ensino superior. Matias e Pinto (2020) referem a importância de se compreenderem os fatores de incompreensão da língua portuguesa entre estudantes africanos no ensino superior, e da necessidade de se adotarem medidas para superar estas dificuldades.

Entre os nossos entrevistados, a presença diária destas competências bilíngues manifestam-se em contextos e locais específicos e diferenciados entre os jovens de origem africana: na escola falam português com os professores e colegas, e em casa e com amigos africanos falam crioulo. O domínio falado de duas línguas encontra-se tão presente entre os jovens que nasceram como nos que não nasceram em Portugal. Contudo, e como seria de esperar, é entre os jovens nascidos no estrangeiro que a prática do crioulo é mais frequente e predominante. De facto, os jovens nascidos em Portugal de origem africana, por terem nascido e socializado em Portugal, não apresentam dificuldades em falar português apesar de, nalguns casos, o domínio escrito ser objeto de maiores dificuldades.

A minha família toda fala crioulo, menos a geração do pessoal que nasceu em Portugal... Eu sinto que sei falar, só que quando tento falar com amigos meus sou meio gozado porque não é fluido. (Entrevista 13, masculino, Cabo Verde)

Como foi mencionado acima, um dos motivos que mais recorrentemente surgem nos discursos dos entrevistados — e falamos dos descendentes nascidos no estrangeiro ou jovens imigrantes que vieram para Portugal depois de terem frequentado o ensino básico no seu país de origem — é a dificuldade em falar e compreender a língua portuguesa. Por exemplo, Seabra (2010) constatou que alunos de origem cabo-verdiana bilíngues tinham um pior desempenho escolar quando comparados com alunos indianos, devido, entre outros fatores, a uma continuidade linguística entre o português e o crioulo que pode gerar uma maior confusão entre o uso de ambos idiomas. Nos casos em que a aprendizagem da língua portuguesa é desenvolvida de forma concomitante com a aprendizagem de outras disciplinas, a integração escolar destes estudantes torna-se, por vezes, mais difícil. É frequente a repetição de ano, uma vez que é necessário um período de adaptação para aprender português. Em quase todos os casos dos jovens entrevistados, nem o pai nem a mãe falavam português quando emigraram, o que dificultou ainda mais a integração social dos filhos. Com o decurso do tempo, foram os filhos aqueles que desempenhavam o papel de tradutores entre os pais e a sociedade portuguesa, comportamento este várias vezes identificado entre outros grupos de descendentes (Gaspar, 2019b).

Neste sentido, como Iorio e Nogueira (2019: 209) já tinham constatado, “não dominar a língua portuguesa, o modo como a mesma é falada e escrita no país de destino, representa para os interlocutores não dominar os estilos de vida e os códigos culturais desse país”, dificultando a integração social. Por isso, enquanto para alguns as diferenças linguísticas podem ser vistas como “um desafio a ser superado”, para outros pode transformar-se num elemento de segregação e isolamento social (Nogueira e Iorio, 2019). No caso dos brasileiros, ainda que a língua portuguesa

apresente algumas diferenças (sotaque, vocabulário, gírias, etc.), a compreensão do idioma não é tão complicada como no caso dos provenientes dos PALOP — já que, apesar de o português ser a língua oficial nesses países, muitos ainda utilizam outro idioma para comunicarem. Portanto, um dos grandes obstáculos à aprendizagem da língua portuguesa encontra-se no facto de estes indivíduos conviverem, maioritariamente, com outros conterrâneos, e comunicarem através do idioma que mais utilizavam nos seus países de origem. Como relata uma das entrevistadas, bilingue em português e crioulo:

Desde que era criança, sempre tive problemas em português, porque em casa só falavam comigo crioulo. Mas eu respondia em português. Não sei como é que funcionava a minha cabeça, mas a minha mãe não me deixava falar crioulo, por causa da escola... Então, tipo, na escola, quando era para ler e quando era para interpretar as frases e isso tudo, nunca me soava bem na minha cabeça, porque estava habituada àquelas duas coisas, em falar em crioulo e eu responder em português... Em casa falo português com os meus irmãos, e às vezes crioulo com a minha mãe. E na escola, com as minhas amigas, falamos crioulo entre nós e com os professores e com o resto dos meus colegas falo português. E no meu bairro falo crioulo da Guiné, crioulo de Cabo Verde, tudo misturado... Português... Tudo. (Entrevista 21, feminino, Cabo Verde)

A utilização do português europeu na escola por parte destes descendentes de imigrantes, entendida como o uso correto da língua e legitimada pela instituição escolar, remete para a proposta de capital linguístico de Pierre Bourdieu (1996). Segundo o autor, dentro de um mercado linguístico (no qual as trocas são desiguais como em qualquer mercado), os agentes possuidores de maior capital (conhecimento de um maior número de línguas ou um maior conhecimento da norma-padrão da língua oficial) acabam por ser favorecidos, deixando em desvantagem os indivíduos carentes desse capital. Por este motivo, segundo Bourdieu (1996), o sistema escolar, através do reconhecimento social e político atribuído à escola e aos professores, colabora com o processo de legitimação e imposição de uma língua oficial, com o intuito de formar cidadãos linguisticamente competentes. Deste modo, perante crianças ou jovens que falam outros idiomas ou dialetos, cabe às escolas, enquanto instituições legitimadas pelo Estado, fazê-las ver e sentir o mundo através de uma linguagem oficial, pois só através da aquisição deste capital linguístico “puro” seria possível obter um lugar na sociedade.

Se transportarmos este conceito para os jovens originários do Brasil e dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), a situação torna-se ainda mais complexa porque, além de em cada um desses países a competência da língua portuguesa estar implícita à sua origem social, quando estes emigram para Portugal, o facto de fazerem parte de uma “elite transnacional” e de serem portadores de uma “linguagem mais erudita” nos seus países de origem, não é garantia de que irão “auferir mais lucros”, pois terão de ultrapassar as variações linguísticas encontradas no português europeu (norma-padrão) utilizado em Portugal. Nesse sentido, as crianças ou jovens das elites oriundas de outros países de língua oficial portuguesa não são favorecidas no

contexto escolar português, uma vez que não é a carência desse capital o fator determinante, mas sim as diferenças inerentes à utilização da língua portuguesa adquirida em seus países a responsável por esta desvantagem linguística e social. Temos, portanto, dentro de cada país, (1) as diferenças linguísticas inerentes às diferenças de classe social; e, no contexto de migração, (2) o aumento dessa diferenciação devido às variações linguísticas específicas da língua oficial portuguesa que cada país possui. Com efeito, no contexto português, o facto de se impor no mercado linguístico o uso da norma-padrão do português europeu, entendida como a forma mais correta de se falar o idioma, estabelece uma clara assunção de dominação frente a outros indivíduos não nacionais (*dominados*, nas palavras de Bourdieu) e que não partilham esses referenciais linguísticos, entendidos aqui como entoação, sotaque, uso de certas palavras ou construção das frases.

Assim, a dificuldade em falar o “português de Portugal” por parte destes jovens de origem africana e brasileira que vieram para Portugal no início da adolescência prende-se bastante com dificuldades na adaptação a sotaques distintos:

A gente querendo ou não, é um português diferente, a gente não entende muito bem... E os professores não entendiam que a gente veio do Brasil. A gente fala português também, só que não entendem que o nosso português é diferente. Eles exigiam que a gente, ao mesmo tempo que a gente entrasse na escola, falasse que nem eles. Só que não é assim! Falavam que eu estava falando errado... Então, nas aulas deles eu tinha que falar português daqui... eu forçava falar... Eu falava e falo o português do Brasil, só que na aula de português, eu me forçava para falar português de Portugal. (Entrevista 31, feminino, Brasil)

A falta de aceitação da língua portuguesa como é escrita e falada no Brasil também já havia sido apontada como um fator de limitação no acolhimento e integração social em Portugal (Iorio e Nogueira, 2019; Nogueira e Iorio, 2019). Por exemplo, numa investigação sobre os estudantes brasileiros e timorenses no ensino superior português, Nogueira e Iorio (2019:189) referiram que “a não aceitação da língua portuguesa falada e escrita por esses estudantes e os casos de discriminação sofridos em sala de aula por parte de alguns professores foram os principais problemas apontados”.

No âmbito da discriminação linguística, um dos conceitos mais inovadores para pensar as interações sociais estabelecidas entre dominadores (falante da norma-padrão do português europeu) e dominados (falantes da norma-padrão do português do Brasil ou de variantes da língua portuguesa não normatizadas) é, no campo da sociolinguística, aquele proposto por Philippe Blanchet (2017) como *glotofobia*. A glotofobia é “uma forma de discriminação linguística aplicada às pessoas cujo vocabulário ou pronúncia não corresponde à norma dominante da língua” (Santos, 2019). E, nesse aspeto, de acordo com Bagno (2007: 9), é preciso, antes de mais, desfazer a “confusão criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa”. Desse modo, a glotofobia enquadra-se no aspeto da alterofobia, ou seja, do desprezo, ódio, agressão, rejeição e exclusão pelas pessoas, com base nas suas alteridades, ou seja, nas suas diferenças, classificando algumas



formas linguísticas de incorretas ou inferiores. A glotofobia pode aparecer em diversas interações sociais (escola, trabalho, desporto, cuidados de saúde), sob a forma de brincadeiras, piadas e/ou “bocas” por parte de profissionais e até mesmo de amigos ou colegas que, consciente ou inconscientemente, não aceitam e depreciam a maneira como determinadas pessoas ou grupos imigrantes utilizam a língua (norma-padrão) do país de acolhimento, uma vez que as palavras nunca são “apenas palavras”, especialmente quando são ditas pelo grupo que detém o poder (Zapata, 2018).<sup>5</sup>

Com efeito, como vimos anteriormente, os jovens imigrantes de origem africana, bem como os jovens imigrantes e descendentes brasileiros, reclamaram a não aceitação dos seus sotaques, interpretando tal facto como “microinsultos” por parte da sociedade portuguesa” (Harrison e Tanner, 2018; Sue, *et al.*; 2007). Este é um exemplo claro de que, como já havia identificado Bourdieu (1996), existe um poder institucional que impõe a língua dominante (através do Estado/sistema educativo/professor) a um grupo dominado (de alunos/imigrantes ou descendentes/falantes de português não europeu). Este poder acaba, portanto, por legitimar a glotofobia e determinados tipos de microagressões dirigidas àqueles que não falam o português-europeu, além de não considerar as dificuldades que estes falantes podem ter não só para falar com o sotaque da língua portuguesa praticada em Portugal, como também para compreender aqueles que falam com tal sotaque e que utilizam gírias e vocábulos que não pertencem ao português dos seus países de origem.

No caso da aprendizagem da língua portuguesa por parte de jovens procedentes de países de Leste (Ucrânia e Roménia) ou da China, verifica-se que também existem dificuldades na aprendizagem na língua no momento de imigração. Essas dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa por parte destes grupos étnicos já tinham sido constatadas por Beja Horta e colegas (2011: 90). De facto, a falta de competências linguísticas em português pode conduzir a uma mobilidade social descendente, ou seja, à ocupação de posições socioeconómicas e profissionais inferiores ao nível de qualificação que o indivíduo possui.

É o caso do entrevistado 34, ucraniano, e que emigrou da Ucrânia para Portugal já no início da idade adulta, e que quando chegou, apesar de ter o bacharelato em Finanças, teve de ir trabalhar para a construção civil por causa do seu desconhecimento da língua. Fala russo, ucraniano e polaco, sendo que esta última língua teve de aprendê-la devido ao trabalho que tem atualmente. Participa no PFOL (Português para Falantes de Outras Línguas) porque está a pensar pedir a nacionalidade portuguesa e considera ser “um bom curso”.

Com efeito, vários destes entrevistados frequentaram a disciplina Português como Língua Não Materna (PLNM).<sup>6</sup> De acordo com Beja Hortas e colegas (2011), o projeto dos Cursos de Português Língua Não Materna e Alfabetização foi criado com base no diagnóstico feito no território português, para consolidar as competências linguísticas da população imigrante, e como forma de facilitar a

---

5 Em <https://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2018/03/06/hablemos-de-racismo>, acedido em 10/01/2021.

integração na sociedade de acolhimento, nomeadamente no que diz respeito ao acesso ao emprego ou à melhoria da condição profissional. Este projeto teve início em 2008 e funcionava como um curso de 100 horas para adultos.

Se, por um lado, este curso pode ajudar como transição linguística na aprendizagem da língua portuguesa e integração social, por outro, com o tempo, pode trazer desvantagens que contribuem para reforçar as desigualdades escolares e profissionais entre os falantes nativos de português e os falantes nativos de outras línguas. Como explica um dos entrevistados,

No início o português era um português muito difícil... com muito vocabulário e coisas do género, e eu não estava muito habituado a essas coisas. Na turma de PLNM achei que estava enquadrado e achei mais fácil. Eu acho que é bom eles fazerem isso para alunos estrangeiros porque o português daqui é mesmo complicado. Eu acho que é bom eles fazerem isso, mas também nos privam de algumas coisas... Por exemplo, nós não nos conseguimos inscrever na universidade com a disciplina de português não materno... Se tivermos um curso na universidade que pede a disciplina de português, nós que fizemos o português não materno, não conseguimos entrar... (Entrevista 28, masculino, Angola)

Na opinião de uma das coordenadoras de um projeto Escolhas, “as escolas têm os currículos adaptados. Agora, eu não sei até que ponto é que estão mesmo adaptados para a integração das crianças”. De acordo com esta entrevistada, dependendo da idade com que essas crianças ou jovens vêm para Portugal, deveriam ou não ter um apoio mais personalizado ao nível da língua portuguesa. Nesse sentido, considera que “os pequeninos normalmente têm mais dificuldades do que os mais velhos”, porque quando vêm para a primária, o português é igual para todos. “É importante que eles aprendam, porque vão ficar cá no país, mas têm dificuldades” e, por isso, deveriam ter um apoio mais personalizado. E continuou:

Nós criamos um recurso, que está ali, foi proposto na 4.<sup>a</sup> geração do programa Escolhas, que basicamente é um conjunto de fichas de português, que é em crioulo de Cabo Verde, porque depois depende das regiões, são fichas de português em que as

---

6 Os programas atualmente existentes em Portugal que promovem a aprendizagem da língua portuguesa são de carácter voluntário e disponibilizados em território português. O PLNM (Português Língua Não Materna) (Decreto-Lei n.º 139/2012, 5 de julho) é uma oferta educativa da escola pública durante a escolaridade obrigatória, para os alunos cujo português não é língua materna. O Português para Todos (PPT), veio substituir o Portugal Acolhe, e engloba o Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) e o Português Técnico que é uma oferta formativa para adultos (Despacho n.º 18478/2008, 10 de julho). As ações de formação neste âmbito são organizadas pelos centros de formação do IEFP e/ou pelos centros de formação das escolas públicas. No caso do concelho de Sintra, essa formação é desenvolvida pelos dois tipos de entidades. Além destes cursos, e através de uma via não presencial (online), Portugal também promove a aprendizagem da língua portuguesa através da Plataforma de Português Online (Oliveira e Gomes, 2018: 130)

crianças pequeninas que chegam aqui e têm dificuldade em assimilar logo as palavras têm a associação entre a palavra em crioulo e a palavra em português.

Também para a técnica de outro projeto Escolhas, estes jovens não devem perder o vínculo com as suas línguas maternas, mas devem ter em atenção a importância de se falar português corretamente:

É raro, felizmente, as situações em que eles só falam português, porque aí também já não estão a desenvolver a língua materna dos pais. (...) Nós valorizamos a diversidade cultural e linguística, no entanto, no projeto, não falámos crioulo. (...) Temos de ter em consideração, e isto é-lhes explicado muitas vezes: “se tu não falares regularmente em português, tu não só esqueces, como não desenvolve o teu português, e é muito importante, porque quando estiveres a trabalhar, quando estiveres na escola num nível mais avançado, tu vais precisar muito do português”.

### **Situação habitacional**

O acesso à habitação e a qualidade do alojamento é um tema central na integração social. Os dados do relatório de Oliveira e Gomes (2018) referem a existência de desvantagens no acesso à habitação por parte dos imigrantes comparativamente aos nacionais de diversos países da UE. A situação e condições da habitação dependem de vários fatores estruturais, entre os quais o ordenamento do território de um país, o mercado da habitação, políticas de apoio ao realojamento e a situação socio-económica nacional.

Quanto ao regime de ocupação dos alojamentos (própria ou arrendada), verifica-se que, em geral, os imigrantes detêm uma percentagem inferior de propriedade da habitação, uma vez que vários fatores intervêm aqui: a permanência no país de acolhimento dos imigrantes poderá ser temporária, não justificando a aquisição de casa; constrangimentos financeiros e logísticos na aquisição de casa própria (limitação de concessão de crédito à habitação), ou ainda devido à existência de rendimentos mais baixos entre os grupos imigrantes (Oliveira e Gomes, 2018: 225).

Os Censos de 2011 permitem apurar que, entre os estrangeiros residentes em Portugal, aqueles pertencentes a fluxos de imigração mais recente (brasileiros, ucranianos e romenos) tendem a optar pelo arrendamento; enquanto os imigrantes de fluxos mais antigos (angolanos, cabo-verdianos e guineenses) revelam percentagens mais elevadas de habitação própria (Oliveira e Gomes, 2018: 229). Neste sentido, o tempo de permanência em Portugal parece determinar claramente a aquisição ou não de casa própria.

No caso do concelho de Sintra, Beja Horta e colegas (2011: 112) já tinham identificado o predomínio de arrendamento (48,3%) sobre a aquisição de casa própria (17,4%) entre a população imigrante. Os resultados do inquérito realizado por estes autores indicaram que os motivos que levaram os imigrantes a instalarem-se e localizarem-se em Sintra variavam entre a proximidade a familiares e amigos

(35,9%), o preço mais baixo da habitação (35,6%), proximidade com pessoas da mesma nacionalidade (17,9%), proximidade ao emprego (17,5%) e bons acessos a Lisboa (comboio) (10,4%).<sup>7</sup>

De facto, entre os jovens entrevistados, 14 viviam em casa própria, 20 em casa arrendada e três não responderam. Daqueles entrevistados que vivem em casa arrendada, alguns residem em bairros de realojamento social (por exemplo, a urbanização da Fundação D. Pedro IV, em Mira Sintra). Segundo alguns autores (Cachado, 2013; Raposo *et al.*, 2019:12), paralelamente à promulgação do Programa Especial de Realojamento — PER (Lei n.º 163/93, de 7 de maio) no início dos 1990, foi sendo construída uma representação social que estes são espaços de precariedade habitacional e, fundamentalmente, racializados, onde prolifera a visão de “negritude — pobreza — delinquência”.

Segundo uma dirigente da Câmara Municipal de Sintra (CMS), estes bairros de realojamento social, pertencentes ao parque habitacional municipal, têm-se mantido estáveis no número de pessoas que aí residem:

Nós não viemos a crescer, em termos de número de habitações. E, portanto, nós atribuímos as habitações que vão ficando devolutas a conta-gotas... E como o mal de uns é o bem dos outros: quando existem ações de despejo, quando há um falecimento e a habitação fica vaga, nós atribuímos a alguém. Mas, portanto, não há aquela fluidez de estar sempre a rodar. Não acontece muito. E, portanto, ainda temos essas pessoas todas que há 20 anos, talvez, com o PER entraram e foram ficando... (Dirigente 1)

Como explica esta mesma dirigente, entre as famílias afrodescendentes que vivem em alojamento municipal têm vindo a aumentar, sobretudo após a crise de 2011, casos de sobrelotação da habitação, provavelmente motivada por um nível mais baixo de rendimentos do agregado familiar, e pela existência de famílias complexas, em que convivem várias gerações. Esta situação vai ao encontro dos resultados obtidos por Oliveira e Gomes (2018: 224), que revelam que existe uma distância de 19,4% entre a sobrelotação encontrada entre os nacionais e os imigrantes.

Apesar desta situação, de um modo geral, os jovens entrevistados sentem-se identificados com o seu bairro/freguesia e manifestam o seu desejo de continuar a lá viver. Entre os pontos positivos referidos encontram-se as redes de sociabilidade do bairro (família, amigos, colegas), o ambiente multicultural (referido nalguns casos) e a proximidade com a escola. Como mencionou um jovem de Monte Abraão:

---

7 A Divisão de Habitação e Ação Social da Câmara Municipal de Sintra (CMS) faz a gestão do parque habitacional municipal (cerca de 1600 habitações), as vistorias do parque privado, vistorias de segurança e salubridade e, recentemente, a gestão dos serviços comunitários (as hortas comunitárias). O parque habitacional municipal aloja, sobretudo, imigrantes provenientes dos PALOP, e não imigrantes de fluxos mais recentes como brasileiros, ucranianos ou chineses. Complementarmente, a CMS também tem um programa de arrendamento jovem gerido pela Divisão de Gestão de Património Móvel.

O meu bairro é tudo que existe no mundo [Bairro 1.º de Maio]. Somos todos unidos... Aqui sinto-me bem. (Entrevista 22, masculino, Guiné-Bissau)

De facto, entre os pontos positivos, os jovens destacaram o “espírito de união”, o que confirma a tendência referida por Beja Hortas e colegas (2011) de sedentarização num espaço geográfico onde coexistem as redes familiares e de amizade interétnicas. Como referem alguns entrevistados:

Damo-nos, felizmente, todos bem [em Mira-Sintra]. (Entrevista 1, masculino, São Tomé)

A melhor coisa é a união que nós temos. Tanto com os ciganos e os indianos [no bairro de realojamento social, em Mira-Sintra]. (Entrevista 2, feminino, Cabo Verde)

Entre os pontos negativos, os jovens referem a falta de infraestruturas nos bairros adequadas à sua faixa etária (espaços para jovens, espaços verdes, espaços lúdicos) ou o mau estado em que se encontram alguns equipamentos (campos de jovens por asfaltar, balizas e cestos de basquete danificados, etc.):

antes, quando era mais novo, tinha campo de futebol e tinha condições para isso. Agora cresci e parece que já não há, assim, tantos campos de futebol... houve melhorias... mas parece que perdeu alguma coisa... coisas para os jovens fazerem [em Mira-Sintra]. (Entrevista 3, masculino, Guiné-Bissau)

Um ponto fundamental expresso pelos jovens que vivem em casas arrendadas é a dificuldade crescente em encontrar arrendamentos a um preço razoável de mercado. Segundo Cachado e Frangella (2019), esta dificuldade de acesso à habitação por parte dos imigrantes é um fator crucial na reprodução das desigualdades sociais e na integração social destas populações. Entre os relatos dos jovens entrevistados, foram referidos casos em que algumas famílias tiveram de sair do local onde viviam para encontrar outras a melhores preços, facto que dificultou o acesso à escola dos filhos e aos trabalhos dos pais. Esta pressão atual do mercado imobiliário no concelho de Sintra (e na Área Metropolitana de Lisboa, em geral) foi igualmente referida por vários dirigentes de associações, entidades públicas e professores, que sublinham que esta é uma das maiores dificuldades atuais em salvaguardar a estabilidade emocional, familiar e geográfica destas populações. Como é referido por um jovem:

Agora estão a pôr as pessoas na rua para poder vender, porque as casas estão muito caras e os proprietários estão a aproveitar para vender. (Entrevista 8, masculino, Cabo Verde)

Este jovem ainda revelou que veio para Portugal para morar com a tia, nas Mercês, mas que em 2018 a tia resolveu mudar-se e ele passou a viver só com a tia. A casa onde vivia na altura em que foi entrevistado (2019) também se localizava nessa freguesia, mas era mais pequena e do mesmo preço do que aquela em que havia vivido anteriormente:

o que me deixa mais impressionado é que a casa onde eu vivia custava o mesmo preço, ou até menos, quatrocentos e tal euros, e tinha [três] quartos grandes, grandes mesmo, cozinha, corredor, varanda... e tem o mesmo preço dessa, que só tem dois quartos [...] a renda agora aqui... 'tá muito cara. É impressionante, mas até um quarto chega a custar 400 euros! (*idem*)

Assim, disse que a tia ganhava cerca de 600 euros por mês e tinha de pagar à volta de 400 euros de renda, mais água, luz, alimentação e outros gastos por mês. Por isso, e conforme explicou um dos dirigentes entrevistados:

Nós estamos a ter dezenas de pedidos por dia, porque, de facto, as pessoas não aguentam. Ainda estamos com os ecos da crise, ainda há muita gente a perder habitação... Portanto, é assim, é muito complicado, porque estamos a receber todos os dias dramas humanos, não é? (Dirigente 1)

Como também foi confirmado por uma técnica de projeto Escolhas,

nós temos famílias que têm casa arrendada, e já nos aconteceu três ou quatro casos, em que ficam à rasca porque estão à procura de uma nova casa para mudar e as rendas estão muito elevadas no território... As rendas por aqui, no mínimo, estão a volta dos 600 euros...

Além disso, esta técnica explicou que os apoios sociais para a habitação pressupõem que o requerente já tenha uma casa arrendada e que haja um contrato de arrendamento, o que muitas das vezes não acontece.

Ainda segundo esta técnica, o facto de muitas pessoas que viviam em Lisboa ou Oeiras se terem mudado para Sintra (porque este concelho passou a oferecer um valor mais baixo, comparativamente a outras zonas, quer em termos de rendas, quer em termos de compra), fez com que os preços das casas fossem inflacionados no concelho e, por isso, quem já nele vivia passou a ter menos alternativas habitacionais.

### **Participação política e eleitoral**

A importância que reveste a participação política e o exercício de voto nas eleições por parte dos imigrantes é central para o seu processo de integração social. Contudo, convém desde já clarificar que para um cidadão estrangeiro votar não basta possuir a autorização de residência. É também necessário possuir uma das nacionalidades da EU27 ou, relativamente aos Estados terceiros, possuir uma das nacionalidades com as quais o Estado português celebrou acordos de reciprocidade, como, por exemplo, Cabo Verde, Brasil ou Venezuela. Mesmo na posse deste direito, os cidadãos dos Estados terceiros só podem votar nas eleições autárquicas, os cidadãos da EU27 nas eleições autárquicas e europeias, e os cidadãos brasileiros detentores do estatuto de igualdade de direitos políticos podem também votar nas legislativas, autárquicas e europeias.

**Quadro 4.14** Taxa de abstenção nas eleições autárquicas em Portugal e Sintra (2001-2021)

Anos/ Regiões	Taxa de abstenção					
	2001	2005	2009	2013	2017	2021
Portugal	39,9	39,0	41,0	47,4	45,0	46,3
Sintra	51,2	48,7	52,1	59,6	57,7	59,7

Fonte: SGMAI — Base de Dados do Recenseamento Eleitoral.

A participação política e eleitoral dos jovens entrevistados é, tal como o resto dos jovens sem origem imigrante, extremamente baixa em Portugal (Ferreira, 2018). O quadro 4.14 ilustra a evolução da taxa de abstenção nas eleições autárquicas em Portugal e em Sintra, entre 2001 e 2021. Como podemos observar, a taxa de abstenção em Portugal aumentou entre 2001 e 2021, de 39,9% para 46,3%; enquanto em Sintra os dados daqueles eleitores que não foram votar nas autárquicas foram ainda mais elevados: 51,2% em 2001 (mais 11,3 pontos percentuais que no âmbito nacional) e 59,7% em 2021 (mais 14,7% pontos do que em Portugal). De igual modo, os resultados obtidos por Beja Horta e colegas (2011: 155) no inquérito à população imigrante que realizaram em Sintra indicaram uma expressão muito baixa no exercício do direito a voto nas eleições autárquicas (apenas 19,1%).

Os discursos obtidos nas entrevistas destes jovens quanto ao seu nível de participação política vão ao encontro destes níveis elevados de abstenção. Assim, entre os jovens entrevistados, aqueles jovens que votam são quatro rapazes e duas raparigas. Por um lado, e porque grande parte deles não tem idade para votar (cerca de 17 entrevistados), uma vez que tem idades inferiores a 18 anos, o interesse pela política e a crença de que esta pode modificar a vida das pessoas é praticamente nulo. Como revela uma entrevistada que nunca votou,

É-me indiferente, porque eles dizem coisas que não fazem, por isso é indiferente eu votar ou não. Se eu votar não vai acontecer nada, e se eu não votar não vai acontecer nada. (Entrevista 18, feminino, Cabo Verde)

Por outro lado, entre aqueles que podem votar, quatro do grupo de jovens de origem imigrante nascidos em Portugal e dois do grupo daqueles que nasceram no estrangeiro votam, comparativamente a quatro jovens do primeiro grupo e 11 do segundo grupo que não votam. Parece existir uma diferença muito ténue entre o primeiro grupo de jovens que vive em Portugal desde o nascimento e que parece demonstrar um maior interesse na política, em comparação com aqueles jovens que chegaram a Portugal no início da adolescência, e para quem a participação política se encontra muito afastada da sua realidade:

Não estou muito ligado na política de Portugal. (...) Estou mais ligado na minha vida do que na política. (Entrevista 36, masculino, Ucrânia)

As entrevistas realizadas permitem constatar que muitos destes jovens não votam, tal como as suas famílias. A falta de comportamento político-eleitoral pode estar igualmente motivada pela falta de representação das minorias étnicas nos programas eleitorais dos partidos políticos. A inexistência, até há pouco tempo, de candidatos políticos com quem estas populações se pudessem identificar poderá ter contribuído para o afastamento ideológico e a falta de interesse político-partidário. Por outro lado, a falta da nacionalidade portuguesa ou a autorização de residência pode também não lhes permitir votar e, por isso, podem viver mais afastados da vida política.

Finalmente, apesar de alguns projetos Escolhas terem referido a existência de iniciativas que procuram trabalhar as competências cívicas e comunitárias dos jovens, parece que estas não têm sido suficientes. De acordo com a técnica de um dos projetos Escolhas no concelho de Sintra, “quando nós estivemos a discutir, num grupo, as eleições europeias e as autárquicas, alguns dos jovens não sabiam o que era votar e o que era ter o direito a voto.” Isto evidencia a necessidade de continuar a educar para a cidadania, quer no meio escolar, quer entre associações de imigrantes estabelecidas no terreno.

### **Condições de acesso à saúde**

De acordo com Fonseca e colegas (2007), o acesso aos cuidados de saúde pode ser compreendido como um conceito multidimensional, em que a primeira dimensão inclui os direitos aos cuidados de saúde consagrados na lei (direitos de uso dos serviços, mas também a capacidade financeira para lhes aceder) e a segunda relaciona-se com a capacidade que o indivíduo tem de usufruir desses serviços. Portanto, na opinião das autoras, existe uma diferença entre o acesso e a utilização dos serviços de saúde.

Ao analisar as condições de acesso dos serviços de saúde pelos jovens de origem imigrante em Sintra, verifica-se que estas se adequam à universalidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS), isto é, todos os cidadãos que deles necessitam têm as mesmas oportunidades de os utilizar. No entanto, não se observa uma utilização efetiva desses serviços, uma vez que é preciso considerar as práticas dos diferentes indivíduos e grupos aos quais pertencem (além da legislação) para que se possa medir a equidade no acesso (Dixon *et al.*, *apud* Fonseca *et al.*, 2007).

Em geral, o grupo dos jovens imigrantes e descendentes entrevistados revela que o acesso aos cuidados de saúde é realizado esporadicamente, visto que apenas recorrem aos centros de saúde ou aos hospitais quando existe um problema identificado. Ainda assim, 15 jovens afirmaram ter médico/a de família. Deste modo, parece não existir um acompanhamento anual e contínuo da sua saúde, no âmbito da prevenção e dos cuidados primários. Com frequência, os entrevistados revelaram que apenas tinham ido ao centro de saúde para se vacinar. Esta situação ilustra uma falta de atenção dada à saúde primária, que poderá, com o tempo, contribuir para deteriorar a saúde destes grupos. Como explica um entrevistado que está inscrito no Centro de Saúde de Linda-a-Velha mas sem médico adscrito:



Eu não tenho médico de família porque perdi e quando comecei a dar conta da importância que é em ter o médico, e a ir frequentemente ao médico, foi aos meus 19 anos, quando já tinha perdido o médico de família há uns 5 [anos]. E depois a minha mãe sempre foi uma pessoa muito ocupada, sempre a trabalhar e coisas assim, não tinha tempo, e depois nós também fomos deixando, deixando, deixando... Acho que fui duas vezes no máximo ao Amadora-Sintra e depois ia sempre ao São Francisco Xavier, porque o serviço de São Francisco Xavier é melhor que o do Amadora-Sintra. O Amadora-Sintra é um hospital muito complicado. Tem lá falta de pessoal, isso é notório... (Entrevista 13, masculino, Cabo Verde)

Como já haviam referido Fonseca e colegas (2007: 30), diversas investigações mostram que

os indivíduos dos grupos socioeconómicos mais desfavorecidos, incluindo os imigrantes, tendem a depender mais dos médicos de clínica geral e dos serviços de urgência, indo ao médico mais tarde e reduzindo, deste modo, as hipóteses de receber todos os tratamentos necessários e as expectativas de melhorar o seu estado de saúde.

A dificuldade que algumas famílias revelam (sobretudo por parte das mães) em conseguir ter disponibilidade para acompanhar os filhos às consultas periódicas dos centros de saúde poderá também contribuir para que o acesso à saúde por parte destes jovens seja intermitente e apenas realizado em casos urgentes.

As queixas dos entrevistados em relação à demora e falta de atenção dos profissionais vivida nos centros de saúde e no Hospital Amadora-Sintra (um dos hospitais de referência do concelho, sendo o outro o Hospital de Cascais) é evidente em vários discursos. Como expressa este entrevistado que frequenta o Centro de Saúde de Monte Abraão, mas não tem médico/a de família:

A médica de família da minha tia não me deixou, tipo, me meterem lá. É demorado... e depois é a despachar. As médicas, às vezes, parece tu é que 'tás a obrigar a trabalhar, ficam a falar mal contigo... (Entrevista 16, masculino, Guiné-Bissau)

Contudo, tirando a demora, o discurso altera-se quando outro entrevistado revela ter médica de família no mesmo centro de saúde:

Estou inscrito no Centro de Saúde de Monte Abraão e tenho médica de família. O atendimento às vezes é demorado, mas é... agradável. Os médicos, os enfermeiros tratam-nos com respeito e são simpáticos. (Entrevista 22, masculino, Guiné-Bissau)

A grande maioria dos jovens recebe cuidados de saúde exclusivamente públicos. Contudo, um caso particular que se destaca das entrevistas realizadas é o da jovem de origem chinesa. Segundo ela, os cuidados de saúde que recebe em Portugal são privados (tem seguro da Médis) e quando vai à China é acompanhada por médicos de lá. Como ela própria explica, não gosta do seguro privado, uma vez que demora muito a fazer marcações e, por vezes, existem questões de saúde que têm de ser

tratadas com urgência: “Até lá, a pessoa pode morrer, por exemplo!”.

No entanto, quanto ao acesso ao SNS, também referiu que:

Muitos benefícios que o Estado português oferece, nós não temos consciência... Nós não sabemos como é que funciona o centro de saúde... Muitas vezes, mesmo os portugueses, acho que existem alguns benefícios que eles não sabem! (Entrevista 26, feminino, China)

O estudo de Fonseca e colegas (2007: 37) também observou que “o desconhecimento da informação sobre os serviços de saúde e dos seus direitos por parte dos próprios imigrantes” pode acontecer devido à barreira da língua. Como referiu um dos entrevistados ucranianos, que também utiliza serviços de saúde privados:

Agora não vou [ao SNS], porque vou sempre para a CUF. Por exemplo, eu tenho uma gripe e não tinha possibilidade ou, se calhar, não estou informado, como é que se deve fazer para marcar uma consulta... Sempre tinha de ir muito cedo, antes do centro de saúde abrir, estar na fila, depois entrar lá e ficar na fila, tirar uma senha e só assim eu podia ter uma consulta. Não podia marcar e sempre tinha complicação, porque tinha que pedir um dia no trabalho... tinha que faltar no trabalho e era sempre complicado... não sabia quando ia ser atendido. (Entrevista 36, masculino, Ucrânia)

Por isso, como explicou uma entrevistada também de origem ucraniana, talvez seja necessário fazer como o Centro de Saúde do Cacém:

já temos uma médica de família, por acaso ela também fala russo... sim, porque os portugueses os meus pais não falam muito bem, e é melhor para eles explicarem o que sentem. (Entrevista 38, feminino, Ucrânia)

Quanto à qualidade do serviço prestado, é preciso ter em conta que, contrariamente à jovem de origem chinesa que referiu não gostar do sistema de saúde em Portugal, os jovens afrodescendentes e da Europa de Leste elogiaram-no. Como é natural, ambos tiveram como referência o serviço de saúde prestado pelos seus países de origem:

Do que eu oiço, as pessoas que têm problemas de saúde lá na África, vêm todos para aqui porque lá não há as condições necessárias para pessoas que têm problemas de saúde. Então, eu acho que foi bom a minha mãe ter vindo aqui para Europa. (Entrevista 24, feminino, Portugal)

O plano de saúde nacional [ou seja, o SNS] em Portugal é dos melhores que existe. É das melhores coisas de Portugal. O plano de saúde daqui é ótimo. P’ra mim sempre foi. Quando eu precisei, sempre foi bom. (Entrevista 17, masculino, Cabo Verde)

Entende-se, portanto, que o acesso nem sempre garante a utilização dos serviços de saúde, uma vez que, apesar da maioria dos jovens imigrantes/descendentes terem

acesso ao SNS, alguns grupos não sabem como aceder a ele, e outros, por não terem práticas de prevenção, não usufruem com frequência do acesso que lhes é conferido. Assim, ainda que indivíduos pertencentes aos grupos socioeconómicos mais desfavorecidos, e não apenas os imigrantes, possam sofrer de mazelas semelhantes, a forma como os diferentes grupos usufruem dos cuidados de saúde também é diferente.

Deste modo, tal como Fonseca e colegas (2007) já tinham constatado, a utilização que os imigrantes fazem dos centros de saúde e hospitais do SNS depende, em grande medida, da duração das suas residências em Portugal e dos seus estatutos legais. De facto, na comparação que realizámos entre os diferentes grupos, observámos que os cidadãos dos PALOP, estabelecidos há mais tempo em Portugal, são os que utilizam com maior frequência os serviços públicos de saúde e que as comunidades brasileiras e da Europa de Leste, estabelecidas em Portugal há menos tempo (principalmente os indocumentados), recorrem mais ao SNS em casos de urgência (Fonseca *et al.*, 2007: 35).

Além disso, noutro estudo desenvolvido por Fonseca e Silva (2010), verificou-se que alguns profissionais de saúde não estavam cientes de que determinados serviços eram gratuitos para os imigrantes (como os cuidados incluídos na saúde infantil e as vacinas), sugerindo uma ausência ou falha na transmissão de informação pelos níveis superiores da administração central para as entidades locais que atendem estes pacientes. Talvez isso explique porque uma entrevistada, que estava em situação de regularização, disse que nunca conseguiu ser atendida em nenhum centro de saúde no concelho de Sintra:

Eu precisava tomar uma vacina e tal, há muito tempo, e nunca me deram, porque sempre implicavam com essa situação de ter residência ou... de ter documentação...  
(Entrevista 31, feminino, Brasil)

Contudo, no concelho de Sintra, além do acesso aos cuidados de saúde assistenciais dos centros de saúde, existem outros programas de saúde preventiva que representam uma das boas práticas existentes nesta área no concelho. O programa Sorri Jovem inclui consultas abertas a qualquer jovem na área da medicina geral, ginecologia, psicologia, acompanhamento clínico e enfermagem. Uma das práticas de abordagem aos jovens é através da liberdade de expressão que lhes é concedida, não havendo imposição de nenhuma ação ou comportamento na área da saúde. Como explica uma profissional envolvida neste programa:

A nossa postura é de escuta ativa, de ganhar a confiança dos jovens... Transmitir-lhes realmente que aqui respeitamos muito a confidencialidade e o sigilo porque muitas vezes eles vêm a medo, não é? E até porque nesses grupos, por vezes, há jovens que ainda não têm os seus documentos em dia, não é? (...) Porque nestas consultas, o que nós percebemos é: temos uma pessoa à nossa frente e vamos escutá-la e vamos ver o que é que ela nos traz, em que é que nós conseguimos intervir... Por vezes vêm garotas buscar a pílula. Pronto. Se calhar no centro de saúde vão buscar a pílula, levam a pílula, fazem a educação para a saúde sobre a pílula e contraceção e ponto... Nós aqui, vêm

buscar a pílula, sim senhora, e perguntamos: “Então, e como é que as coisas estão a correr na escola ou em casa?...” Percebemos que há um peso que tem estado a aumentar e perguntamos: “Então, e há aqui alguma alteração na alimentação, em termos de exercício físico, como é que têm sido as coisas?”. Pronto e depois aí tentamos intervir... (Profissional de saúde 1)

Além de jovens portugueses, os grupos de jovens imigrantes que frequentam estas consultas são dos PALOP, Brasil e da Europa de Leste e normalmente vão recomendados pelas escolas públicas do concelho de Sintra, que se encontram articuladas com este programa. Os motivos que os levam a estas consultas são aqueles próprios da adolescência, e que os preocupam nalgum momento: consumo de drogas, gravidezes não planeadas, violência no namoro, depressão, problemas com a família, problemas na integração social, automutilações, entre outros.<sup>8</sup>

Por outro lado, os jovens que frequentam estas consultas são originários de várias procedências socioeconómicas e culturais. De facto, sobre os jovens pertencentes a classes sociais mais elevadas, e contrariamente às representações sociais que muitas vezes estão associadas a estes grupos, foi-nos explicado que

Temos muitos pais com alguma diferenciação social e até económica que os meninos estão entregues às empregadas, e que a nível emocional estão exatamente no mesmo barco e ao mesmo nível que os outros que não têm essas condições sociais. Às vezes até enfrentam riscos maiores porque têm capacidade financeira para comprar coisas como drogas... E aos pais nem lhes dá o cheiro, nem se apercebem porque foram viajar não sei para onde e estão não sei onde em trabalho, e estão aqui, estão acolá... E eles estão entregues a eles próprios e às empregadas... (Profissional de saúde 1)

Contudo, a falta de recursos públicos nos últimos anos na área da saúde tem dificultado uma utilização mais frequente e continuada deste tipo de consultas entre os jovens, uma vez que reduziram as unidades de cuidados comunitários existentes no concelho, assim como diminuíram o número de horas dedicadas às consultas:

Aqui temo-nos aguentado heroicamente, já tivemos quase fases de fecho, mas pronto, lá temos conseguido... Já tivemos quatro dias de consulta médica e tínhamos procura para tal. Neste momento, temos quatro horas por semana, o que não é nada porque para as consultas médicas estes jovens não deveriam esperar mais do que uma semana.... Porque eu acredito que no futuro este tipo de programas acaba por poupar muito em termos de doenças. (Profissional de saúde 1)

Em suma, e na linha com o estudo de Fonseca e Silva (2010), sobressaem algumas regularidades nos comportamentos dos jovens imigrantes ou descendentes de

---

8 Apesar deste programa de saúde comunitário ser extremamente inovador, nenhum dos jovens entrevistados referiu conhecê-lo. Esta situação ilustra a necessidade de divulgar ativamente estes programas entre os jovens.

imigrantes no acesso à saúde no concelho de Sintra: (1) falta de informação sobre os direitos e deveres como utentes no acesso aos cuidados de saúde; (2) acesso esporádico no acesso aos cuidados de saúde, devido à ausência de doença ou inexistência de médico de família em alguns casos; (3) dificuldades de comunicação na transmissão das questões de saúde, devido a dificuldades com a língua portuguesa e (4) dificuldades na relação médico-paciente, devido a desconhecimento cultural de alguns profissionais de saúde. Contudo, programas de saúde preventiva comunitária, como o Sorri Jovem, revelam-se bastante úteis para colmatar algumas fragilidades técnicas e institucionais dos centros de saúde do concelho de Sintra, e acompanhar mais de perto e com um atendimento mais personalizado vários jovens.

Apesar de se reconhecer que as comunidades imigrantes tendem a apresentar taxas de imunização (vacinação) mais baixas, quando comparadas com a população autóctone (Moura e Martins, 2019; Tankwanchi *et al.*, 2021), neste estudo deparamos com jovens que procuram o SNS, sobretudo quando se querem vacinar. Além disso, alguns reclamaram, inclusive, não o poder fazer, devido ao facto de não estarem regularizados em Portugal. Não foi por acaso que, durante a pandemia provocada pela COVID-19 (a partir de março de 2020), o Governo português permitiu que todos os imigrantes em situação irregular, que já tivessem iniciado o seus processos de regularização, tivessem acesso total aos benefícios sociais, incluindo os cuidados de saúde gratuitos. Portanto, ainda que em Portugal o acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde seja mais amplo, quando comparado a outros Estados-membros europeus, algumas dificuldades nesse acesso ainda persistem (Raposo e Violante, 2021).

Neste sentido, se observarmos o tipo de uso que os jovens imigrantes fazem atualmente do SNS, talvez este esteja em consonância com aquele que os jovens de origem não imigrante também fazem. Ou seja, quando e para quê os jovens, de um modo geral, procuram o SNS? É importante aprofundar e explorar esta questão em estudos futuros, clarificando a existência ou não de especificidades no uso destes serviços pelos jovens portugueses, imigrantes e descendentes de imigrantes, e de que modo estes serviços conseguem chegar, de forma igualitária, a todos os jovens.

### **Perceção de discriminação étnica e racial**

Nas últimas décadas, vários estudos têm abordado a questão da discriminação étnico-racial dirigida a filhos de imigrantes em Portugal (Abrantes e Roldão, 2019; Chintoan-Uta, 2014; Gaspar, 2019b; Raposo *et al.*, 2019). Este fenómeno social, invisibilizado durante muito tempo na sociedade portuguesa pela presença de uma ideologia lusotropicalista ligada à história do colonialismo (Cardoso, 1998; Vala *et al.*, 2008) tem, contudo, ganho uma expressão crescente, não só entre a comunidade científica, mas também entre a opinião pública. Apesar de existirem órgãos institucionais criados para combater o racismo e a discriminação, nomeadamente a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) de 1999 (Lei n.º 134/99, 28 de agosto), e da Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações de

2019, alguns autores advertem, criticamente, para a persistência de racismo institucional em Portugal, nomeadamente no contexto escolar (Abrantes e Roldão, 2019; Araújo, 2016) ou na regulação da ordem pública mantida pelas forças policiais (Raposo *et al.*, 2019).

Como tal, e com o objetivo de expandir o conhecimento sobre as perceções e experiências de discriminação étnico-racial vividas pelos jovens descendentes de imigrantes em Sintra, e de que forma essas mesmas experiências podem contribuir para desenvolver sentimentos de exclusão e afastamento em relação aos grupos de pares e comunitários, incluímos neste estudo várias questões sobre essa situação.<sup>9</sup>

Entre os discursos analisados dos jovens, das 37 entrevistas validadas, apenas três consideram que não existe discriminação étnica e racial em Portugal (dois ucranianos e um brasileiro). Entretanto, do total de entrevistados, 17 desculpabilizaram ou não valorizaram os atos discriminatórios que viveram ou observaram, e seis admitiram que também já discriminaram outros grupos étnicos. Estes dados, apesar de não serem representativos, apontam para uma perceção distinta da discriminação frente aos encontrados por Beja Horta e colegas (2011: 212) há uma década, em que os autores constataram que para a maioria dos imigrantes inquiridos (cerca de 63,4%) o racismo e a discriminação não era entendido como um problema. Um dos motivos desta diferença de perceção pode ser o facto de, no momento de realização das entrevistas, estes temas estarem dentro da agenda política e da opinião pública, tendo vindo a ser dada, progressivamente, mais visibilidade a este fenómeno social. Por outro lado, os inquiridos do estudo de Beja Horta e colegas (2011) eram imigrantes de primeira geração, tendo possivelmente por isso um menor domínio da língua portuguesa e, em consequência, uma menor perceção de práticas e comportamentos discriminatórios dirigidos a si próprios.

Uma outra questão que ressalta do discurso dos entrevistados é a distinção entre racismo (discriminação socialmente construída com base na diferença racial) e xenofobia (discriminação socialmente construída com base na origem nacional). Em vários casos, e sobretudo em contexto escolar, existe uma indiferenciação por parte de alguns jovens entre *bullying* ou “microagressões sobre a raça” e racismo. Enquanto este último conceito é entendido como uma agressão verbal explícita e violenta sobre a raça do indivíduo, o conceito de “microagressões sobre a raça” é ainda pouco explorado na literatura científica, sendo interpretado como brincadeiras, piadas e “bocas” por parte dos amigos e colegas, manifestando-se em vários contextos: escola, trabalho, desporto, hospitais, etc. No entanto, um e outro podem frequentemente sobrepor-se, uma vez que fazem parte da mesma estrutura mental de discriminação ideológica. Segundo Li (2019), as microagressões são subtis e não são facilmente reconhecidas pela sociedade. Contudo, escondem um sistema de racismo mais amplo e institucionalizado, e podem afetar quotidianamente as pessoas às quais são dirigidos. Sue e colegas (2007) referem que as microagressões

---

9 Destacamos aqui as questões incluídas no guião da entrevista: “Achas que existe discriminação em Portugal? Porquê?”, “Alguma vez viste alguém ser vítima de discriminação? Como foi?”, “E tu, alguma vez foste vítima de discriminação? Como foi? E já alguma vez discriminaste alguém? Como foi?” (ver Anexo).

decorrem de três formas: microataques (verbais ou não verbais, isto é, comentários desagradáveis); microinsultos (comunicações que implicam falta de sensibilidade); e microinvalidações (comunicações que negam os sentimentos da pessoa alvo dessas agressões). Alguns discursos de jovens afrodescendentes ilustram a “normalização” das microagressões verbais experienciadas frequentemente e assumidas como “naturais” em contextos informais. Como explica uma das entrevistadas nascida em Portugal, mas cujos pais têm origem em Angola e na República Democrática do Congo, quando era pequena teve

alguns probleminhas na escola... Tinha mais a ver com racismo e tudo mais... Mas não é nada assim, muito sério. Era mais aquelas bocas dos meninos, que as crianças ficam a mandar em cima das outras, mas acho que quando a gente é criança, a gente diz sempre aquilo que ouve em casa, não é que a culpa seja mesmo da criança em si, porque é um reflexo do que está em casa... Mas eu não ligo muito a isso, a gente aceita; nada que a pessoa não aguento. Mas existe discriminação em Portugal: na rua, por exemplo, eu lembro quando eu ia para casa, nunca ia sozinha, ia sempre acompanhada com um grupo de amigos, a maioria também era angolana, até tinha uma mistura, tinha alguns portugueses, mas a maioria era sempre africana. E a gente ali na rua, às vezes aparecia uma pessoa dizendo “voltem p’rà vossa terra!”, assim, do nada, a gente nem dizia nada e já começavam com esses comentários. É claro que nós não ligávamos, continuávamos no nosso caminho. Já estamos tão habituados que já nem ligamos. Só mandamos ir dar uma curva. (Entrevista 6, feminino, Angola/República Democrática do Congo)

Contrariamente, outros entrevistados interpretam essas microagressões verbais como atos de racismo e de discriminação étnica por parte dos portugueses:

Eu acho que as pessoas levam muito para brincadeira. Na escola, às vezes ficam lá a brincar, a chamar “Mamadu”, essas coisas, que eu lá sei... eu sou cabo-verdiano, não sou angolano, não sou isso não, não sei... “madé”, “madu”, “nega”, essas coisas... mas é na brincadeira. Mas essa brincadeira é que eles não entendem que isso é racismo. Acho que o pior do português é não ter vergonha na cara de ser racista... com povos que eles mesmo escravizaram e ganharam dinheiro... Dá um nó aqui na garganta, o que eles fazem [fizeram], e ainda são racistas! (Entrevista 8, masculino, Cabo Verde)

A normalização de algumas expressões recorrentes dirigidas, sobretudo, a afrodescendentes, simboliza a reprodução social de uma contínua desidentificação entre “nação” e “raça”/“etnia”. De facto, tal como Raposo e colegas (2019: 7) clarificam, “a ideia de ‘raça’ revelou-se essencial no processo de construção da nação enquanto comunidade histórica, cultural e racialmente imaginada, empregue para estabelecer critérios de inclusão e exclusão que determinam o (não) acesso a um conjunto de direitos e recursos”, contribuindo, assim, para estigmatizar e segregar populações de afrodescendentes, residentes, sobretudo, na periferia de Lisboa. Como se observa nas palavras de uma entrevistada com origem angolana, que alega existir racismo em Portugal,

Racismo, não só da cor, como com os *gays*... A frase mais dita é: “vai para a tua terra!”. Eu, por exemplo, nasci aqui, vivo aqui, sou daqui. Não é porque sou preta que vão dizer “vai para a tua terra”. A minha resposta é: “eu nasci aqui, sou daqui!”. Mas é porque a pessoa é preta ou castanha, tem que ir para a terra dela. (Entrevista 10, feminino, Cabo Verde)

O relato de comportamentos de discriminação étnica e racial dirigidos a afrodescendentes é ainda visível em meios institucionais como o ambiente escolar. Segundo Cardoso (1998: 200), o facto de o regime colonial português e a ideologia lusotropicalista terem durado até meados de 1970, implica ainda a existência de ideologias e práticas de professores, no âmbito escolar, afins ao “pensamento colonial”. Assim, alguns discursos dos entrevistados apontam para comportamentos discriminatórios e microagressões verbais por parte de professores e outros atores (administrativos, auxiliares) perante alunos (sobretudo) de origem africana. Como relata outro entrevistado,

Um dia, estávamos na aula, né?, a conversar na boa, tranquilo, e a professora vem com o assunto do tipo “ah, nós somos assim, se vocês — pretos — são assim lá, então vão pra vossa terra fazer essas coisas”. E eu comecei a discutir com a professora! “Vou p’rà minha terra porquê?” E fui à direção, falei — aí eu ganhei raiva desse diretor — falei e o diretor disse, “ah, não foi por mal!” Deu uma desculpa e passou a mão por cima da professora. Por exemplo, nas lojas, sempre que eu entro, todos os dias, qualquer loja, sempre que eu entro o segurança prende a atenção em mim. Sempre, sempre... Eu não posso entrar com mochila que ele vai ter comigo e diz: “Mete a mochila ali!” Eu meto o capucho e ele tem de ir atrás de mim... Acho que isso é um estereótipo que vem de casa porque há muitos pais que dizem aos filhos: “Ah, não olhes para os pretos porque eles são isso, são aquilo!...” (Entrevista 17, masculino, portuguesa e cabo-verdiana)

Neste aspeto concreto, o discurso de alguns professores entrevistadas parece evidenciar aquilo que Cardoso (1998: 204) adverte ser necessário desconstruir na sociedade portuguesa (e também, no contexto escolar): o mito nacional do antirracismo. Como revela o professor entrevistado,

Eu acho que, às vezes, se intitula de racismo, mas que é um falso racismo, que é o próprio [jovem] dizer que está a ser tratado de forma diferente porque é preto... Porque ele próprio acha que é uma perseguição contra ele. (Professor 1)

Eles próprios... vou utilizar uma expressão que não sei se é a mais correta, mas eles próprios são muito racistas. Eles dizem que “tratam-nos assim porque somos pretos”, mas depois, entre eles, de cor, dizem: “foi o preto”. Eles próprios [os jovens] potenciaram a segregação. (Professor 2)

Mais ainda, o excerto seguinte vem reforçar esta ideia, ilustrando como uma determinada colocação dos alunos em turmas específicas pode servir de justificação para o comportamento de determinados professores:



Este ano, em ar de piada com a Dra. X, disse que não me lembro de ter uma turma tão escura, uma turma única, não é? Porque temos muitos meninos de várias nacionalidades dentro do agrupamento, mas quando olhamos para as fotografias são turmas normais, não é? (Professor 1)

Assim, e tal como Araújo (2016) já havia identificado noutra contexto, este último discurso indica uma certa naturalização (ocasional) de segregação étnica dentro do espaço escolar, sendo a sua constatação motivo de “brincadeira” por parte do próprio professor. Episódios de discriminação étnico-racial institucional também foram relatados por outros jovens entrevistados, nomeadamente casos de violência policial com afrodescendentes e comportamentos de microagressões generalizados no âmbito escolar. Os casos de violência policial são expressões de racismo institucionalizado existente na sociedade portuguesa. Segundo alguns autores (Li, 2019; Raposo *et al.*, 2019), este racismo envolve ou justifica a crença em hierarquias raciais, e pode ser entendido como mecanismos formais ou informais/subtis que reforçam os estereótipos e os diferentes tratamentos de grupos étnicos. Como foi proferido por outros jovens entrevistados:

Só mesmo o racismo e a maioria vem da parte da polícia mesmo. Isso eu digo, porque tenho visto, e vi à frente da minha escola um indivíduo de raça negra, que não fez nada, nada, e a polícia mesmo assim meteu-o no chão, bateu nele... Entretanto, também vejo casos de discriminação com pessoas de outros países: tenho visto, mas é só quando a pessoa ainda não sabe falar como deve ser, e as pessoas gozam muito com ela. Na minha turma há um árabe ou indiano (sinceramente não sei, porque eu também não tenho conexão com ele para saber de onde é ele) e a minha turma goza, já o ouviu falar e depois goza sempre com isso. Além disso, a turma faz isso... com os chineses também lá na escola... falam que... supostamente, eles [os chineses] comem cão... eles [a turma] gozam com isso, dizem sempre: “aqui não há cão!” Ou então “volta mesmo para o teu país” ou uma cena assim. (Entrevista 37, masculino, Roménia)

Eu já presenciei algumas situações, mesmo comigo, que foram mesmo discriminação, com polícias e tudo mais. Sim, já se deu o caso de... estava num grupo, eu e os meus amigos, chegaram [os polícias]... e estávamos todos com o telemóvel na mão, éramos para aí seis, e como eu era o único preto no grupo na altura, pediram-me o telemóvel. Foi em Mira-Sintra. Pediram-me o meu telemóvel e perguntaram: “Isto é teu? E eu disse: “Sim, é meu”. “Não te importas que a gente faça uma chamada para a esquadra a perguntar se isto foi participado?”, algo assim do género, “por acaso não tens nada a esconder”... Eu disse: “Não, façam o favor”. Ligaram, “tava tudo limpo, como é óbvio, e deixaram passar. Eu tinha amigos com telemóveis idênticos ao meu, mesmo ao meu lado, e pronto, foi uma questão que vimos mesmo que parece que foi direcionado. (Entrevista 1, masculino, São Tomé)

Este último caso, ilustra aquilo que Raposo e colegas (2019) denominam por “ferramentas básicas de suspeição” por parte da polícia em meios de *bairros problemáticos*. Esta suspeição faz parte do saber quotidiano das forças policiais e é um instrumento

de controlo da repressão policial. Neste sentido, “os jovens negros dos chamados bairros problemáticos, mais do que outros, são submetidos a identificações e revistas (*stop-and-frisk*), numa lógica de perfilamento racial (*racial profiling*) que associam os corpos negros à ilegalidade e ao crime” (Raposo *et al.*, 2019: 12).

Por outro lado, a perceção de comportamentos discriminatórios étnico-raciais não é apenas avaliada por afrodescendentes. Jovens de outras origens nacionais como os brasileiros ou chineses referem terem sido alvo de comportamentos xenófobos, sobretudo sob a forma de “microagressões” verbais. No entanto, e como temos vindo a referir, tais comportamentos são, por vezes, relativizados ou entendidos como algo esporádico ou pontual. Como referiu uma entrevistada brasileira:

Na escola chamavam-me de “Zuca”. Eu quando cheguei a Portugal não entendia, porque não sabia o que era zuca, mas achava “um nome legal”. Acho que muitos portugueses gostam muito de brasileiros, assim, por causa de músicas e essas coisas, desses factos de Youtubers não sei quê... Por outro lado, existem pessoas que não gostam de brasileiros, não é? Não gostam de imigrantes, eu não sei como é que eu posso dizer, porque há pessoas que tratam muito mal e outras bem, então... é uma coisa, tipo, depende... (Entrevista 25, feminino, Brasil)

A entrevistada de origem chinesa foi bastante explícita em relatar as denominações dos portugueses para a comunidade chinesa e a comparar o grau de discriminação étnica existente entre Portugal e outros países (nomeadamente Espanha). Como ela própria referiu, a discriminação em Portugal é menos pronunciada do que no país vizinho, onde também já viveu. Por outro lado,

É normal eu ouvir as pessoas chamarem “chinocas”, na boa... E acontece muito mais nas escolas públicas... Os meus pais perguntaram-me qual era a melhor opção para o meu irmão, e eu disse logo que era a escola privada porque as pessoas são mais educadas. Não estou a ofender as pessoas da escola pública mas eles, sinceramente, são mais racistas, mesmo que sejam estrangeiros também... Tivemos uma professora nova e eu falei logo com a professora que tinha dificuldades em português, e pedi para ela, tipo, não ficar zangada se eu tivesse dito alguma coisa mal, porque aquilo não era com intenção própria... É que eu não percebia português. Mas ela virou-se para outra professora e disse “Esta é chinesa!”... Não gostei. Eu não gostava que os professores me chamavam chinesa porque sentia-me excluída... Mas antigamente, porque era mais pequenina, era a única chinesa, sentia-me excluída, mas agora não... Agora se alguém me chamasse chinesa ou chinoca eu mandava uma boca e saía. (Entrevista 26, feminino, China)

Apesar de, segundo a técnica de um projeto Escolhas, a questão da cor da pele ser muito presente em determinadas comunidades, fazendo com que, por vezes, estas não permitam uma aproximação “só porque uma pessoa tem a pele mais clara”, o facto é que quando se fala em discriminação, temos de ter em atenção que um negro, que se sente discriminado pela cor da pele, pode também ser homossexual ou muçulmano, e sentir-se discriminado devido à sua opção sexual ou

religiosa. Na opinião desta técnica, apesar dos aspetos religiosos estarem “muito diluídos” dentro dessas comunidades, evidencia-se um maior preconceito quanto às questões de orientação sexual, o que também se pode verificar em alguns dos jovens entrevistados:

Lá em Angola isso não é normal [...] Não tenho nada contra, mas também não tenho nada a favor. [...] É mais fácil ser lésbica, essas coisas, aqui em Portugal do que lá, porque aqui se gozas com uma pessoa dessas, podes chegar a nível de tribunal, lá não. (Entrevista 28, masculino, Angola)

Sobre ser *gay*... Não é que eu odeie ou, tipo, vá excomungá-lo, assim, entre aspas — eu tenho amigos *gays* também — mas o meu amigo fala que se somos felizes assim como somos, porque é que devemos, tipo, parar de ser felizes? E eu digo que desde o início foi criado uma mulher e um homem, e que não há isso de homem-homem. (Entrevista 32, masculino, Brasil)

Por outro lado, a técnica do projeto Escolhas também advertiu que: “quando estamos a falar de um contexto socioeconómico mais vulnerável, as oportunidades que têm, o acesso às oportunidades, não são iguais”. Por isso, é preciso trabalhar as “minorias dentro das minorias”, uma vez que a discriminação económica, de orientação sexual ou de outra natureza também incide sobre esses jovens.

### **Participação religiosa**

A relação entre a religião e a integração social dos imigrantes nem sempre é evidente. Contudo, as igrejas, enquanto instituições sociais, podem constituir locais importantes de interação e solidariedade étnicas, contribuindo para a integração social, cultural, económica e linguística dos imigrantes e dos seus filhos. Como refere Vilaça,

os lugares de culto, ao recriarem universos simbólicos assentes em identidades socio-culturais e ético-religiosas, produzem mecanismos emocionais de compensação ao desenraizamento familiar e afetivo, contribuindo para uma reconstrução das estruturas familiares e de espaços relacionais (2008: 15).

Esses espaços de culto podem, aliás, promover relações de solidariedade e de reforço de redes sociais, sobretudo entre aqueles indivíduos com menor capital social e com mais riscos de isolamento ou de discriminação devido a certas categorias (etnia, nacionalidade, competência linguística...). Ou seja, nos locais religiosos, pode existir uma interajuda entre os indivíduos imigrantes (e não imigrantes), no que se refere ao suporte da resolução de questões relacionadas com a residência legal e cidadania, habitação, educação, emprego, entre outros. Como tal, a análise da religião e dos espaços de culto enquanto potenciadores de integração social é um tema relevante e ainda pouco explorado em Portugal.

Entre os nossos entrevistados, a ideia de que a participação religiosa pode promover a integração social e o convívio intraétnico foi apoiada, sobretudo, na comunidade brasileira, cuja religião mais identificada foi a evangélica. Este foi o caso de uma das entrevistadas que nos revelou que a igreja que frequenta é, para ela, um espaço para conviver, conhecer pessoas e fazer amigos:

Eu conheci muitos brasileiros, fiz amigos lá [na igreja]. Não são muitas pessoas, porque a igreja é pequena, mas é... é, dá para... Tem pessoas de outras nacionalidades... Tem africanos... portugueses... Também levei pessoas da minha escola para lá. Lá também canto, às vezes. (Entrevista 25, feminino, Brasil)

Para outra brasileira entrevistada, a igreja ajudou a família a reunir informações sobre Portugal antes da emigração, uma vez que através dessa congregação conheceram pessoas que já residiam no país:

O pastor daqui era... já tinha ido lá [no Brasil], já tinha conversado com a gente, eles já tinham trocado contacto para conversar, para nos dar informações sobre aqui. Ele foi tranquilizando muito a gente sobre as mudanças, o que assustava mais era o clima, não é? Então... ele já foi mais tranquilizando a gente sobre o povo português, como eles são, essas coisas assim. Então, eles já... nos deram uma base. Então a gente já veio preparado. (Entrevista 30, feminino, Brasil)

Também neste caso, após a chegada a Portugal, a igreja tornou-se um local de convívio e socialização para esta jovem, que referiu:

no fim de semana, eu gosto muito de ir para a igreja, e eu tenho um convívio na igreja, que é uma célula, é um pequeno grupo, a gente se reúne na casa de alguém e a gente convive ali um pouquinho, todo o sábado. (*Idem*)

Além disso, trata-se de um local onde os pais procuram apoio social e outras indicações quando necessitam de algo:

foi numa igreja que a minha mãe estava, ela falou com uma mulher que ia começar a dar um curso (de inglês), só que ela ia dar o curso para adultos. E a minha mãe falou: "A minha filha não gosta de falar inglês, coloque esse interesse nela, por favor", e ela falou, "Traz ela para aqui". Minha mãe pagava para ela, acho que era 15 euros por mês, e eu ia todo o sábado, uma horinha, e ela em três meses me colocou para falar. (*Ibidem*)

Por fim, outro exemplo de como a igreja evangélica é uma fonte de suporte para os imigrantes da comunidade brasileira é ilustrado pelo caso de uma jovem descendente, cujo pai, um pastor evangélico no Brasil, veio para Portugal para implantar a sua igreja, e conheceu a mãe (também pastora evangélica). Como esta jovem, já nascida em Portugal, referiu:

Eu já nasci dentro da igreja. (Entrevista 33, feminino, Brasil)

Nesse sentido, ela conheceu a maioria dos seus amigos na igreja, uma vez que,

sextas à noite eu costumo ir à igreja, porque nós temos o nosso ensaio, eu canto na igreja, ensaio sexta-feira à noite. Sábado à noite temos o que nós chamamos “life groups”, que é o convívio dos jovens da igreja. E domingo temos os cultos, normalmente eu vou para os dois. (*Idem*)

Além disso, esta jovem faz parte de um movimento de jovens promovido pela igreja, através do qual já teve oportunidades para participar em conferências dentro e fora de Portugal.

Tendo em conta os casos de outros jovens entrevistados de diferentes origens, constatámos que as suas participações religiosas foram variadas, o que ilustra as distintas igrejas institucionalizadas nos seus países de origem (ou nos países de origem dos seus pais), como, aliás, é um fenómeno evidente entre imigração e a diversificação dos públicos religiosos (Tomás, 2017). Assim, a religião católica parece ser aquela predominante entre vários entrevistados com origem africana (sobretudo entre os cabo-verdianos), a religião ortodoxa entre os europeus de Leste (ucranianos, romenos), a igreja evangélica entre os brasileiros, a muçulmana entre os guineenses, testemunhas de Jeová entre angolanos, e a religião budista apareceu na entrevista da jovem chinesa.<sup>10</sup> Os entrevistados que afirmaram não terem nenhuma religião (10 no total) são de diversas origens. Contudo, e excetuando os últimos entrevistados, houve diferenças entre os que são praticantes (7) e não praticantes (16) de várias religiões. Mais especificamente, dois entrevistados declararam-se católicos praticantes e 10 católicos não praticantes; quatro disseram ser ortodoxos; sete evangélicos, dois testemunhas de Jeová, um muçulmano e uma budista.

Entre os jovens de origem imigrante nascidos em Portugal e aqueles nascidos no estrangeiro, não registamos diferenças quanto à frequência daqueles que são não praticantes e praticantes (seis e seis, respetivamente).<sup>11</sup> O grupo de jovens nascidos no estrangeiro, apesar de apresentar uma participação religiosa mais visível e ativa, não ilustra diferenças que possam ser consideradas expressivas (nove praticantes e sete não praticantes). Entre aqueles entrevistados que manifestaram não ter religião, prevalece o discurso de crença em algo superior, mas de descrença na igreja como instituição. Como revelou um dos entrevistados,

Eu acho que é importante nós acreditamos em algo e, portanto, a religião na minha perspetiva é isso, é acreditamos em algo e termos uma certeza de que o dia, ou a nossa vida, vai ter alguma paz e tranquilidade. É isso que a religião oferece. É o conforto na incerteza do futuro. (Entrevista 3, masculino, Guiné-Bissau)

10 A propósito da inserção de imigrantes do Leste Europeu em comunidade religiosas ortodoxas ou católicas de rito bizantino, ver o trabalho de Vilaça (2008).

11 Seria importante clarificar em estudos futuros se a participação na religião católica de jovens de origem imigrante (praticantes e não praticantes) está em sintonia com a participação religiosa de jovens de origem não imigrante. De facto, os estudos existentes nesta área em Portugal são praticamente inexistentes.

Eu comecei a desenvolver os meus pensamentos, comecei a pensar por mim mesmo, a questionar as coisas que acontecem, e a religião, p'ra mim, é o mal do mundo, é o mal do século... Para mim, as religiões, os nomes são diferentes, e algumas crenças ou alguns sacrifícios que têm de fazer são diferentes, mas depois o resto é tudo igual... As pessoas que seguem uma religião, por norma, em geral, são muito preconceituosas... Eu deixei de ir à missa por causa disso, porque eu sempre tive essa maneira diferente de estar, tipo, sempre pintei o cabelo, sempre fiz as minhas tranças, e eu quando ia a missa, quando era mais novo, as pessoas todas diziam: "Ah, se tu queres ir à igreja, não podes ter esse cabelo pintado", e eu, "porque é que eu não posso ter o cabelo pintado? A sério?" Tantas coisas no mundo para Deus se preocupar e vai-se preocupar com o meu cabelo? Não faz sentido! Eu até queria ser um dos, como é que se chama? Aqueles que estão no altar com o padre, até quis ser aquilo uns anos, mas depois vi que eu não me identificava. (Entrevista 17, masculino, Cabo Verde)

Além da informação obtida nos discursos dos jovens entrevistados, foi ainda possível entrevistar um líder religioso da comunidade muçulmana no concelho de Sintra. Esta entrevista foi importante, uma vez que permitiu entender melhor a forma como esta comunidade religiosa se posiciona no concelho perante, quer a comunidade imigrante (muçulmana ou não), quer a portuguesa. A associação que lidera este entrevistado, apesar de se localizar perto de uma mesquita e de ter objetivos de educação religiosa, vai além desses objetivos, uma vez que está aberta a toda a comunidade e tem também objetivos sociais, educativos e económicos, sobretudo dirigidos para a integração social dos imigrantes em várias vertentes. Por outras palavras, o papel desta associação vai mais além da sua função evangelizadora, assumindo também funções educativas e de solidariedade social. Como ele próprio refere,

Aqui na associação fazemos a alfabetização para adultos. Fazemos também informática para adultos, pessoas que nunca pegaram no computador, nunca souberam mexer em tecnologias. Aqui temos também apoio escolar... E depois temos aqui banco alimentar... Aqui 30... 33 famílias recebem aqui cabazes de alimento, à volta de 171 pessoas por mês. Temos aqui roupa também... Pessoa que necessita roupa, que não tem nada de roupa... Nós entregamos isso tudo. Aqui ajudamos as pessoas que acabaram de chegar legalmente em Portugal, nós ajudamos eles para poderem legalizar conforme a lei portuguesa... Respondemos a todas as necessidades de imigrantes aqui. Tudo... Portanto, por causa disso também, a relação que temos com a câmara municipal desde 2009 é muito boa... (Líder religioso 1)

Segundo este líder religioso, a associação tem atualmente 82 crianças nas aulas de cultura islâmica, e cerca de 40 crianças no apoio educativo e social. Esta complementaridade da educação religiosa e da educação e apoio escolar reforça e legitima o papel desta associação (e igreja) na integração social dos imigrantes no concelho de Sintra, enquanto espaço tolerante e aberto a toda a comunidade, independentemente das crenças religiosas de cada indivíduo. Como ele próprio relata,

Por causa disso conseguimos chegar muito longe. Nós não temos aqui discriminação... “tu és aquilo...”, aqui não há. Aqui entram todos... Todos são bem integrados... Não há aqui raça, não há religião. Cada um segue o que quiser... o nosso trabalho é esse. Tudo é igual... tudo é igual. (Líder religioso 1)

Ainda assim, é importante salientar que alguns jovens entrevistados apresentam discursos e crenças estigmatizantes sobre a religião muçulmana, evidenciando o que Araújo (2022) refere ser a construção simbólica do islamismo e dos muçulmanos no imaginário dos europeus:

Os muçulmanos têm um tipo de valores que, aquilo que nós vemos, no caso é o terrorismo, aos olhos de toda a gente, menos para eles, não são corretos. Matar pessoas não é correto, mas os valores que lhes passam é que aquilo é correto, porque é em nome de alguém (Alá)... E, por exemplo, no cristianismo isso não acontece. Os nossos valores são sermos boas pessoas, fazermos o bem, ajudarmos o outro, isso, para nós, é que são bons valores. (Entrevista 19, feminino, Moçambique)

O islamismo, por exemplo, eu vejo muita diferença neles... Eles são algo muito radical. Eu sei que tem as vertentes do islamismo, não posso também querer falar que todos são radicais, mas, por exemplo, a parte radical deles, eles não se importam muito com o próximo. [...] No cristianismo, no geral, eu vejo que nós ligamos para qualquer pessoa, independente se ele vai contra o que eu falo ou não, a gente não se preocupa com isso... (Entrevista 35, masculino, Brasil)

Assim, estes discursos ilustram formas subtis de islamofobia, isto é, representações sociais acerca dos muçulmanos marcadas pela imagem do seu “pré-modernismo” e radicalismo nos valores e comportamentos, demarcando uma distância clara em relação aos europeus e à sua civilização e modernidade. Segundo Araújo (2022: 48), a islamofobia é construída perante uma categoria de indivíduos que têm em comum não só a partilha de características culturais, linguísticas ou territoriais, mas sobretudo a sua construção racial como muçulmanos. Neste âmbito, um dos entrevistados, cuja mãe é católica, mas o padrasto é muçulmano, referiu que:

A religião muçulmana, a base é no Alcorão, e no Alcorão até tem coisas boas. Só que, como nós podemos ver no mundo todo, o islamismo é mau... Eu não estou a ser racista nem nada, é mau porque nos países deles as mulheres não têm direito a nada. Então... isso é mau porque eles, lá, estão a ensinar coisas totalmente erradas. (Entrevista 24, feminino, Angola e Guiné-Bissau)

O papel da religião para a integração social dos jovens descendentes de imigrantes é, como mencionámos atrás, extremamente relevante (apesar de ainda pouco analisado), uma vez que as várias igrejas e congregações, mais além de espaços de culto, são locais de encontro, convívio e entajuda entre os indivíduos de uma mesma origem nacional. Neste sentido, o reforço da coesão social nestes espaços tem uma função evidente para alguns dos nossos jovens entrevistados.

Por outro lado, e como se observa nos discursos dos últimos entrevistados, a convivialidade entre vários grupos de jovens de diferentes credos ou religiões pode também motivar a construção de estereótipos sobre outras religiões e culturas (em concreto, o islamismo), palco de possíveis tensões nas suas relações sociais.

### **Acesso e práticas desportivas**

O acesso a práticas desportivas destes jovens é bastante marcado por diferenças de género. No total, 18 entrevistados dizem que praticam desporto (incluindo a disciplina de Educação Física praticada na escola) e 20 referem que não praticam.

No entanto, das respostas obtidas, pode constatar-se que entre os entrevistados, os homens praticam muito mais desporto do que as mulheres (14 e quatro, respetivamente). Os homens que indicam não praticar nenhum desporto são apenas sete, em contraste com as mulheres (12 dizem não praticar). Essa diferença entre a participação de homens e mulheres pode estar relacionada, como explicou a técnica de um dos projetos Escolhas, com o facto de, sobretudo em contextos africanos e com jovens a partir dos 14 e 15 anos, “as raparigas assumirem responsabilidades em casa e os rapazes não. Ou seja, ambos têm responsabilidades em termos escolares, mas depois a rapariga fica com uma série de responsabilidades em termos de limpeza da casa, refeições, e fica muito mais sobrecarregada. Então, fica menos disponível para participar em projetos” e outras atividades como as desportivas e extracurriculares. Algumas das jovens entrevistadas confirmaram esta situação, referindo que quando têm irmãos do sexo masculino, normalmente as tarefas dentro de casa não são distribuídas de forma equitativa entre eles.

Por este motivo, os tipos de desporto mais realizados acabam por ser aqueles que os rapazes mais praticam, como o futebol ou futsal, a par de outros mais pontuais como o uso do ginásio, desportos radicais em bicicleta e voleibol. Assim, como referiu uma técnica de um projeto Escolhas, os espaços públicos para a prática de desporto acabam por ser, essencialmente, campos de futebol. No entanto, esta técnica também salientou que, alguns desses equipamentos não estão nas melhores condições, ou têm horários limitados para o uso: “Um dos campos de futebol, por exemplo, está esburacado, não tem rede nas balizas... ou seja, infraestruturas existem, mais a manutenção delas não”. Isto, portanto, pode demover os jovens a praticarem desporto. Como indicou um entrevistado:

No início, eles fazem um campo, e com o tempo vai desgastando, vai acabando, e quando o campo desgasta e já não dá para jogar, eles não arranjam... E aqueles jovens que passavam o dia a jogar, são os mesmos jovens que vão arranjar outra coisa para fazer, com as outras influências do bairro, se é que me estou a fazer entender... E há muita gente que se perde por causa dessas simples coisas, dizem que é uma coisa simples, mas não é muito simples... O futebol acho que é a única diversão do bairro. É o futebol.



Do resto não temos mais nada, não temos muito o que fazer. (Entrevista 17, masculino, Cabo Verde)

Além da falta de equipamentos e deterioração dos que existem, entre os motivos alegados pelos entrevistados para não praticarem desporto encontram-se a falta de tempo, falta de dinheiro para pagar as mensalidades em clubes desportivos e falta de interesse ou incentivo (já que aqueles que ainda não estão legalizados só podem frequentar clubes federados depois de se legalizarem). Como explicou uma entrevistada que disse que gostava de fazer natação:

Eu nunca fiz natação e eu gostava. Isso tudo começou na escola primária, quando eu passei para o segundo ano, não tinha entrado aquela lei que as crianças todas do primeiro tinham que fazer, era obrigatório terem a aula de natação nas atividades extra-curriculares. O problema é que eu passei para o segundo ano, essa lei foi só para os primeiros anos, eu passei o terceiro, e assim sucessivamente... Quando eu acabei o quarto ano, até os quartos anos iam e a minha turma nunca ia. Aí depois eu vim para aqui, a minha mãe disse que tinha aqui piscina, mas nós fomos depois ver e ficava muito caro... Eu para me inscrever para a natação sem algum apoio... ficava muito caro para a minha mãe estar a pagar todos os meses... (Entrevista 24, feminino, Angola e Guiné-Bissau)

Outra entrevistada, que chegou a jogar futebol, e disse ter sido convidada para treinar com o Futebol Clube do Porto, referiu ter deixado o futebol devido às dificuldades que teve durante o seu percurso de imigrante em Portugal:

Eu meio que desisti, não é? Porque foi uma coisa... foi uma vida difícil, foi uma vida difícil... (Entrevista 30, feminino, Brasil)

Outros motivos são referidos numa época em que os jogos e passatempos eletrónicos dominam sobre a cultura física:

Hoje em dia essas infraestruturas [os campos de jogos] caíram um bocado em desuso, não só pela falta de manutenção dos equipamentos, mas também eu penso que o facto desta geração, dos mais novos, ser mais à base da multimédia, também acaba por dificultar... (Entrevista 1, masculino, São Tomé)

Hoje em dia é mais fácil ficar em casa, a ver televisão e estar no computador, do que, propriamente, ir brincar para a rua... (Entrevista 19, feminino, Moçambique)

Também agora quase todo mundo está ligado ao telemóvel, tipo, o meu irmão, por exemplo, ao invés de jogar à bola na rua, joga ao telefone. (Entrevista 24, feminino, Angola e Guiné-Bissau)

## Participação cultural e associativa

A participação cívica dos jovens de origem imigrante não se esgota na sua participação política e eleitoral. O seu grau de participação e envolvimento com associações de cariz educativo e cultural é também um indicador de comportamentos de integração social, uma vez que muitas destas instituições contribuem para a defesa e salvaguarda dos interesses e direitos das comunidades de imigrantes (Albuquerque, 2008). Na realidade, a participação associativa de jovens descendentes promove os laços comunitários e de pertença social, a afirmação identitária, solidariedades e práticas de entreajuda, podendo ainda contribuir para o desenvolvimento de competências psicossociais e cívicas que potenciam uma melhor inclusão na sociedade envolvente (Beja Horta, 2010). Neste sentido, um estudo recente indica que os jovens descendentes que nelas participam fazem-no para socializar, para aprender e para reforçar as suas pertenças étnico-culturais (Jardim e Silva, 2022).

Os papéis desempenhados pelas associações de imigrantes são, pois, múltiplos, beneficiando não só as primeiras gerações de imigrantes, como também os seus descendentes. Este tema tem, contudo, como adverte Beja Horta (2010), sido pouco explorado nas ciências sociais. Estudos recentes sugerem que muitas destas associações apenas requerem uma participação informal e não institucional nas atividades que promovem, tendendo a substituir o papel de uma participação política mais formal por parte dos jovens (Jardim e Silva 2016, 2022). Com efeito, como apontam Jardim e Silva, “este envolvimento comunitário” revela uma preocupação social em agir para o bem comum, resgatando um sentido de possibilidade democrática que estimula formas não convencionais de participação cívica.”(2022: 53-4)

Contudo, o estudo de Beja Horta e colegas (2010: 156) revela que, no caso concreto do concelho de Sintra, existe uma baixa participação cívica (6,6%) da população imigrante em associações ou organizações étnicas, culturais, desportivas ou recreativas devido, sobretudo, a problemas associados a processos de integração social, a dinâmicas associativas étnicas frágeis, ou a dificuldades de acesso a recursos sociais e económicos necessários para aceder a estas associações. Esta distância entre as vantagens da participação associativa por parte de imigrantes e descendentes de imigrantes para a sua integração social e a sua efetiva baixa adesão (no caso do concelho de Sintra) representa um desafio comunitário a ultrapassar.

Neste contexto, a participação dos imigrantes e descendentes de imigrantes nos projetos Escolhas, tem resultado — no âmbito de uma avaliação qualitativa — positivo. Com efeito, e como já referimos, vários dos entrevistados neste estudo foram recrutados através de projetos do programa Escolhas ou através de outras associações educativas e culturais, ilustrando precisamente algum grau de participação associativa com estas instituições. Assim, existem muitas associações no concelho de Sintra que pretendem promover a participação cidadã de determinados grupos que, ainda hoje, se encontram à margem da sociedade. Tal como já mencionado em estudos anteriores (Jardim e Silva, 2022), entre estes grupos, destacam-se os jovens provenientes das comunidades imigrantes, que procuram nessas associações (1) fortalecerem as relações sociais no país de acolhimento e (2) informarem-se sobre os seus direitos e deveres. Nesse sentido, o papel da divulgação do

trabalho dessas associações torna-se fundamental para atrair o público a que se destina, e assim promover uma participação ativa dos principais interessados. Assim, importa saber se (1) as associações do concelho de Sintra têm conseguido, através de uma comunicação eficaz, divulgar o que oferecem e atrair o público-alvo; (2) e se, de facto, as atividades que desenvolvem têm conseguido a participação do público-alvo de uma forma ativa e eficaz.

Através de entrevistas realizadas a alguns jovens usuários de determinadas associações e projetos Escolhas, foi possível entender que tipo de atividades desenvolvem, qual a participação e o envolvimento destes jovens e de que forma eles tiveram (e têm) conhecimento sobre o trabalho destes locais. Uma dessas associações é a Casa Seis — Associação para o Desenvolvimento Comunitário, uma instituição particular de solidariedade social vocacionada para a intervenção social, e cujos fundadores foram técnicos das áreas da educação e serviço social. Esta associação desenvolve projetos à medida das necessidades que vai identificando no território, onde procura integrar o seu público-alvo (um dos projetos que essa associação é a entidade promotora e gestora é o projeto do programa Escolhas Desafios MS). Tem um carácter inclusivo e procurar incluir na sua direção alguns dos jovens destinatários.<sup>12</sup> De acordo com uma das jovens entrevistadas, a Casa Seis possui duas atividades nas quais ela está envolvida:

O GES, que tem a ver com atividades que a gente possa fazer no bairro. Agora vamos organizar uma festa de Halloween para os miúdos daqui... A gente já fez um festival... em que houve animação, música, vendas de algumas coisas... um festival solidário, que era para o pessoal ganhar uma quantia, para que o grupo possa fazer mais atividades ainda. (Entrevista 2, feminino, nasceu em Portugal e é descendente de cabo-verdianos)

Além disso, esta entrevistada também participa num clube de jovens promovido pela associação. Segundo essa jovem, que hoje tem 22 anos, mas participa na Casa Seis desde os 15 anos, a associação também ajuda alguns jovens a procurarem emprego e a regularizarem a autorização de residência em Portugal, bem como os pedidos para obter a nacionalidade portuguesa. Portanto, além de atividades que procuram promover uma maior socialização entre os cidadãos que vivem na

---

12 Outras associações no concelho de Sintra são, por exemplo, Associação dos Filhos e Amigos de Farim, que nasceu de interesses comuns de um conjunto de cidadãos estrangeiros e a Associação Luso-caboverdiana de Sintra (ACAS), que foi criada por um grupo de cidadãos portugueses de origem cabo-verdiana, que inicialmente partilhavam o interesse de desenvolver ações na área da cultura cabo-verdiana, mas que depois se direcionaram também para a intervenção social. A ACAS é uma associação vista pelos moradores como a "associação do seu bairro". Além disso, uma organização não governal (ONG), a Olho Vivo, desenvolve várias ações de intervenção social. Nos anos 1980 esta ONG esteve muito envolvida nas ações de defesa do património histórico e do ambiente, mas, desde os anos 1990, as questões da imigração têm sido centrais. De facto, esta associação tem integrado o Conselho da CICDR desde sempre, sendo também uma das entidades habitualmente consultadas pelo SEF e pela Assembleia da República nestas matérias. Alguns ativistas estrangeiros integram a sua direção.

comunidade, esta associação procura sensibilizar estes cidadãos para os seus direitos e deveres, de forma que eles exerçam o seu direito à cidadania.

Contudo, o alcance da Casa Seis acaba por restringir-se ao bairro onde está localizada, na freguesia de Mira-Sintra, com exceção de algumas atividades que são promovidas com associações de outras localidades, ou quando determinadas atividades são divulgadas além da comunidade circundante. Daí a importância de uma divulgação eficiente entre os potenciais utentes. Como explicou a entrevistada, aquando da realização do festival solidário, a divulgação foi realizada através de mensagens, *flyers*, cartazes, e através da página do Facebook e do Instagram da Casa Seis e do projeto Desafio MS. Com isso, conseguiu-se a participação de pessoas de “outros sítios”:

Houve um grupinho, assim, de pessoas que vieram da margem sul! Quando a gente começou a publicar, por acaso estávamos com medo que ninguém aparecesse, porque às vezes quando fazemos não aparece, assim, muita gente, ou quando aparecerem, não é assim como nós queríamos. (Entrevista 2, feminino, nasceu em Portugal e é descendente de cabo-verdianos)

Contudo, a divulgação realizada através das redes sociais *online* parece que conseguiu atrair pessoas de fora da comunidade, mostrando que a configuração e o fortalecimento de determinados grupos sociais pode ser reforçado através da informação divulgada através destas redes. Com efeito, todas as associações têm meios de comunicação digitais, além de disponibilizarem uma ferramenta mais eficaz, consolidada pelos muitos anos de trabalho e pelas relações de confiança estabelecidas entre os dirigentes e os utentes: *o passa-palavra*. Contudo, é óbvio que não conseguem chegar a toda a gente, sobretudo quando trabalham em aglomerados urbanos dispersos. No caso dos bairros sociais, todos sabem onde fica a associação, o centro comunitário ou a instituição a abordar para colmatar determinada necessidade. Como referiu outros dos jovens entrevistados:

Hoje em dia nós temos *internet* mas é preciso espalhar bem a informação. E para espalhar bem a informação, não basta pormos na nossa página e esperarmos que as pessoas vão lá. Tem que haver estímulos. É óbvio que quando temos uma publicidade paga nós conseguimos definir o público-alvo... E esta informação, embora paga, acaba por ir ao encontro desses jovens sem que esses jovens queiram ir atrás da informação. [Para este entrevistado, as associações e os equipamentos existem, mas muitas vezes os jovens não têm conhecimento porque falta publicidade:] A forma como chegam, ou como eles estimulam, se calhar não está a ser a melhor. (Entrevista 1, masculino, São Tomé)

Para outra entrevistada, apesar de haver muitas associações que trabalham em prol da comunidade, são poucos os membros que têm conhecimento sobre elas:

Ali na Tapada [das Mercês] mesmo tem uma... eu não sei o quê eles são, mas tem uma... é uma portazinha que a minha tia foi lá e eles têm o curso de inglês super

baratinho, e eles dão o curso de inglês, sabe? E tem pessoas disponíveis lá a toda a hora, só que não é uma coisa conhecida... Eu conheço um rapaz que mora ali há cinco anos e eu conversei com ele, "Você sabe como é que funciona?", e ele, "Nunca nem ouvi falar". (Entrevista 30, feminino, Brasil)

Ainda para esta entrevistada, hoje em dia, a melhor forma de divulgar seria através das redes sociais:

Tem que ser tudo *online*... É o nosso mundo. Às vezes, aqui na porta da escola, eles colocam cartazes, mas me pergunte quem é que para para ler cartaz? Ninguém... Agora, me pergunte quem é que para para ler um anúncio [*online*] de uma promoção de um açai novo que lançou não sei aonde? Todo o mundo sabe! (*Idem*)

Por isso, segundo ela, a melhor maneira de conhecer pessoas e socializar é hoje através dos grupos de *WhatsApp*:

A gente se junta só para se conhecer, por isso que eu estava... estou naquele grupo [do *WhatsApp*]. A gente tem o grupo dos roles e o grupo dos fluxos... A gente combina os lugares. Por exemplo, amanhã à noite tem uma balada lá em Lisboa. E aí todo mundo do grupo combina de se encontrar, uma hora antes, num lugar específico, para a gente se conhecer e conviver um pouquinho e ir para a balada todo o mundo junto. Para não ficar tipo "Sou brasileiro, não conheço ninguém aqui, então, vou para a balada curtir sozinho." Não, a gente se conhece, todo mundo assim, e vai todo o mundo junto. (*Idem*)

A divulgação no mundo virtual é cada vez mais importante, uma vez que os jovens costumam recorrer muito à *internet* para procurar informações sobre vários assuntos (Amaral, 2016). Nesse sentido, quando um jovem imigrante precisa, por exemplo, de tratar da sua legalização em Portugal, é mais provável que procure o que deverá fazer através da *internet*, como confirmou um dos jovens entrevistados:

Eu vou pela *internet*, é mais fácil. (Entrevista 15, masculino, Angola)

Deste modo, se as associações divulgarem o trabalho que prestam através de dispositivos *online*, talvez se consiga uma maior participação desses jovens, envolvendo-os numa causa que seja mais facilmente acessível através dos canais que utilizam. De facto, muitos desses jovens participam em projetos Escolhas que têm como entidades promotoras determinadas associações, mas não sabem quais as causas que essas associações defendem. Utilizam, portanto, os espaços desses projetos como uma espécie de "ateliês de tempos livres", sem se envolverem em causas e movimentos associativos. Este tipo de participação por parte de alguns jovens contrasta com as outras motivações de participação associativa encontradas por Jardim e Silva (2022), entre as quais se destacam o reforço da pertença étnico-linguística, a participação política e o voluntariado, ou ainda a aprendizagem dos códigos culturais do país de origem dos progenitores. Como referiu uma jovem,

Fazemos atividades, às vezes vamos aos passeios, às vezes convivemos aqui dentro... Jogamos cartas, conversamos, aconselhamo-nos... falamos sobre a escola... (Entrevista 23, feminino, Portugal)

Conforme explicou uma das coordenadoras de um projeto Escolhas, apesar das principais áreas de intervenção do projeto se prenderem com educação, formação e qualificação; dinamização e participação comunitária, e emprego e empreendedorismo, o que mais atrai a participação desses jovens são as atividades desportivas e artísticas. Estas motivações foram igualmente identificadas por Jardim e Silva (2021). Assim, ainda que o projeto tenha “uma oferta variada para promover a inclusão dos miúdos que são imigrantes e descendentes de imigrantes”, são atividades de carácter mais lúdico que conseguem envolver estes jovens. Desta forma, estes projetos acabam por ter mais dificuldade em envolver a participação das famílias, uma vez que estas também acabam por ver estes locais como ocupação dos tempos livres dos seus filhos, onde há pessoas que podem tomar conta deles e fazer algumas atividades.

Outros jovens, porém, não sabem da existência de determinadas associações, ou das causas para as quais elas trabalham (e que poderiam ser dos seus interesses) porque, normalmente, não procuram este tipo de ajuda e/ou serviço. O contacto com as associações ocorre, muitas vezes, através dos pais, que são aqueles que, normalmente, procuram as associações:

Ela [a mãe] disse: “vamos almoçar” ... ajudámos a levar as coisas e tal, e eu não sabia que era aquilo. Assim, depois, eu gostei... lá fiquei a conhecer uma comunidade africana, tinha quadros, tinha lá outras coisas, tinha músicas, tinha não sei o quê... ficámos lá, gostei de ficar lá e até agora estou... (Entrevista 15, masculino, Angola, sobre a Associação Estrela da Lusofonia)

Assim, alguns desses jovens reclamam a inexistência de serviços que, na realidade, já são oferecidos por determinadas associações ou projetos, porque eles próprios não têm conhecimento desta oferta. E tal sucede uma vez que: a) não procuram esses serviços (falta de interesse); b) as associações/projetos não estão a conseguir chegar a estes jovens (divulgação insuficiente que promove o desconhecimento das atividades existentes).

Como referiu uma coordenadora de projeto Escolhas,

Existe população que não trabalha e não estuda, de 20 e tal, 30 anos, que poderia integrar aqui estas atividades, mas não existe vontade para isso, ou seja, existe necessidade na freguesia de trabalhar essas áreas... No entanto, em termos práticos, temos tido dificuldade nisso... a maior parte dos mais velhos que nós acompanhamos, eles já estão connosco há mais tempo, portanto já existe trabalho feito...

Neste sentido, é preciso haver uma forma desses projetos e associações localizarem estes jovens através de uma divulgação mais eficiente, que abranja os canais de comunicação *online*; e que, de facto, ofereçam atividades que atraiam estes jovens. Apesar dos projetos Escolhas poderem trabalhar com jovens até aos 25 anos, na

realidade são poucos os jovens mais velhos que participam nestes projetos. Pelo lado dos jovens, estes referem a não existência de atividades que os atraiam (o que, como mencionado anteriormente, pode estar relacionado com uma falta de conhecimento do próprio jovem). Pelo lado dos projetos Escolhas, estes salientam a dificuldade em conseguirem chegar até estes jovens.

## Capítulo 5

### Orientações de futuro

#### Aspirações profissionais e de residência

Quando inquiridos sobre quais as suas aspirações profissionais de futuro, e em linha com estudos anteriores (Mateus, 2021), a primeira constatação que ressalta é a diversidade das áreas profissionais que estes jovens desejam prosseguir. Apesar disso, a maioria não pretende ir para a faculdade, e muitos dos que tencionam concluir o 12.<sup>o</sup> ano não sabem se irão trabalhar para as áreas nas quais estão a estudar. Esta indecisão relativamente à orientação profissional de futuro é comum a alguns grupos de jovens, independentemente da sua etnia ou percurso migratório. Uma breve análise aos seus discursos permite observar que, para alguns deles, a condição desejada para o trabalho é de “patrão”, verificando-se alguns discursos carregados de valores de empreendedorismo, através da criação da sua própria empresa (em setores como multimédia, fotografia, mecânica, diversão e tempos livres, restauração, estética, comércio e serviços) (para resultados convergentes, ver Mateus, 2021). Contudo, nenhum dos entrevistados tinha criado o seu próprio negócio devido, em parte, à sua idade e ao facto de a maioria se encontrar a estudar. Em linha com Mateus (2021), pudemos observar que, entre os jovens de origem africana, o desejo de empreendedorismo é mais notório nos seus discursos, tal como é referido um dos entrevistados:

Eu considero que isso que estudei acaba por ser uma base bastante boa para aquilo que eu sempre esperei, que é ter o meu negócio próprio... Eu acho que sou um bocado visionário e há de surgir algo que eu sinto que faça falta. E é muito à base disso, do que faz falta, é que eu pretendo investir. Não sei no quê ainda... Por acaso tenho um amigo que também está na área financeira como eu, e já ambicionamos, sei lá, um dia termos o nosso próprio negócio e abrimos uma empresa. Tenho um amigo que é muito ligado a multimédia e ao vídeo, que também temos trabalhado muito nesse aspeto. Como eu conheço muitas pessoas na área da música, eu tenho os meus contactos, faculto os contactos, e ele tem feito esse trabalho, acabamos por trabalhar também muito em conjunto nisso. Perspetivamos que um dia isso cresça... (Entrevista 1, masculino, São Tomé e Príncipe)

Por outro lado, uma outra aspiração profissional que sobressai dos seus discursos e projetos de futuro são as artes e o *design* (para uma análise mais aprofundada, ver



Gaspar e Iorio, 2022). Vários destes jovens referem ter expectativas profissionais em carreiras artísticas como *designers*, atores, músicos, guionistas, professores de dança ou produtores musicais. Como observámos nas entrevistas analisadas, vários deles foram contactados através de projetos Escolhas, e alguns destes projetos incluem atividades ligadas à área artística. Por exemplo, um dos jovens cabo-verdianos que despertou para o teatro através de um projeto Escolhas revelou o seguinte:

Faço teatro desde pequeno... Comecei na [associação] Casa Seis e em 2017 entrei para o Teatro Mosca [companhia de teatro com sede em Sintra]... Eu passei a minha infância sozinho em casa [porque a tia estava a trabalhar]. Ficava sozinho o dia todo, mas tinha a Casa Seis e também compensava. Por isso, sempre fiz lá teatro, desde novo. Participávamos [em festivais, concursos] no Teatro Mosca de Sintra, ganhamos muitas vezes... E depois, em 2017, trabalhamos numa peça com o Teatro Mosca... (Entrevista 17, masculino, Cabo Verde)

Outro dos entrevistados referiu as suas preferências futuras também na área do teatro:

Gostaria de tirar um curso de ator. Isso era um sonho! Na [escola] Rainha Dona Leonor tínhamos, às vezes, aulas, aquilo era EV — Educação Visual, artes, coisas assim, e depois nas horas livres tínhamos uma professora que gostava de fazer teatro. Então, como eu gosto dessas coisas, fazia às vezes, naquelas duas, três horas de almoço... Íamos para lá às quintas-feiras e fazíamos um teatro. Mas aquilo era tudo muito improvisado, aquilo era uma roda e depois a professora dava um tema, e nós naquele tema fazíamos tipo um teatro, às vezes mímica, coisas assim. Eu quero completar só até ao 12.º, porque também não quero seguir a área do curso onde estou [Técnico de Apoio à Gestão]. Eu quero fazer um curso que tenha a ver com algo de ator, coisas assim... (Entrevista 9, masculino, Cabo Verde)

O acesso ao meio artístico e a participação na arte por parte dos imigrantes é um tema ainda pouco explorado nas ciências sociais. A arte como forma de expressão cultural e étnica, e que contribui para a inclusão social de imigrantes em sociedades de acolhimento, só recentemente tem sido objeto de análise (Martiniello, 2015). No âmbito das migrações, as trajetórias ou percursos artísticos têm sido alvo de atenção crescente, uma vez que representam uma estratégia de ir mais além das (potenciais) barreiras étnico-raciais e culturais, através da partilha de narrativas de identidade e pertença ilustrativas da superdiversidade existente em muitos locais (Vertovec, 2007). Com efeito, a ideia de que as expressões artísticas podem promover o diálogo intercultural entre distintos grupos étnicos, facilitando a comunicação e o diálogo entre esses grupos e construindo uma cidadania partilhada em comunidades locais, é uma questão a explorar. Neste sentido, num texto recente (Gaspar e Iorio, 2022), procurámos explorar as motivações destes jovens no acesso a carreiras artísticas, e de que forma estas se entrecruzam com condicionalismos sociais e familiares que promovem — ou não — o acesso a essas mesmas carreiras. Com efeito, as narrativas dos

jovens entrevistados permitiram entender que, entre aqueles que expressam ter uma vocação artística, as escolhas individuais no acesso a estas carreiras são determinadas por vários condicionalismos étnico-raciais, origem nacional e meio socioeconómico, cujo entrecruzamento possibilita ou não a sua imersão em carreiras profissionais na arte. A decisão de enveredar por estes percursos profissionais é, contudo, equacionada tendo em conta certas lógicas estruturais laborais concretas. De facto, apesar de alguns destes jovens se encontrarem a iniciar atividades artísticas, reforçando certas competências dentro deste meio, a maioria não contempla abandonar a ocupação atual para se dedicar a uma carreira artística, devido às modalidades de trabalho flexível transversais a estas profissões, à instabilidade nos contratos de trabalho, baixa remuneração, existência de trabalho intermitente e multiassalariado (Gomes, 2014). Assim, as suas escolhas individuais e a sua vocação artística são secundarizadas frente à necessidade em continuar a desenvolver trabalhos instrumentais para ajudar a economia familiar. Por outro lado, nos casos daqueles jovens entrevistados que optam por seguir percursos artísticos, destaca-se o papel que têm as associações de imigrantes, enquanto espaços de iniciação ou promoção a esse meio. A importância de dotar estas associações com profissionais ligados à arte (Martinho, 2013) pode contribuir para dinamizar a educação artística nos percursos destes jovens. Este poderia ser um caminho utilizado para estimular o acesso a estas carreiras, visando canalizar e ampliar competências artísticas para o reforço da inclusão social de jovens descendentes.

Ainda dentro das aspirações profissionais futuras, outras profissões que se destacaram, embora de forma isolada, foram futebolista, político, contabilista, piloto de avião, pintor de automóveis, cozinheira, juíza, nutricionista, guarda da GNR, militar e relações públicas. Apenas um jovem não sabia o que desejava seguir no futuro. Como explicou uma entrevistada de origem brasileira,

Gostaria de ser juíza, gostaria de terminar os estudos, 12.º, depois a faculdade. Eu pretendo... entrar em curso de Direito para ir para juíza... A minha mãe estudou até ao 9.º ano, então, eu sei que isso não é bom para mim, pelo que eu estou vendo agora. E se eu quero ser juíza, eu acho que eu tenho que terminar os estudos, não seguir a minha mãe, pois eu acho que o que ela fez é errado. E eu acho que ela vê isso hoje. Mas ela não pensou isso antes. (Entrevista 25, feminino, Brasil)

Ainda em relação ao futuro, quando perguntámos onde estes jovens desejam viver (em Portugal, no seu país de origem, no país de origem dos pais, ou noutro país), constatamos o seguinte: a grande maioria diz que quer ficar a viver em Portugal (19), noutro país da Europa (cinco) ou fora da Europa ou noutro país qualquer (seis). Apenas seis entrevistados querem voltar para o país de origem (Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola). Por fim, apenas um jovem referiu não saber onde gostaria de morar no futuro, deixando em aberto essa possibilidade. Por exemplo, a entrevistada 6 referiu que pretendia continuar a viver em Portugal, apesar de pensar emigrar para Inglaterra durante uns tempos:

Neste momento, pretendo emigrar para Inglaterra, porque tenho uma irmã que vive lá, e porque o trabalho lá é fácil de arranjar. Contudo, gostaria de depois regressar a Portugal... Eu vou para Inglaterra, eu vou lá trabalhar e talvez também faça faculdade lá. Depois, eu queria viver cá, em Portugal, já me habituei aqui também... Mas eu quero antes fazer alguma poupança, assim quando chegar aqui já não venho de mãos a abanar, consigo um dinheirinho para casa, carro... (Entrevista 6, feminino, Angola e República do Congo)

Uma vez mais, vimos que as redes de contacto mantidas com familiares exercem uma grande influência no planeamento dos projetos de futuros desses jovens.

Os entrevistados ucranianos também disseram que pretendem continuar a viver em Portugal, devido ao estilo de vida ser melhor em comparação com o seu país de origem:

Quero continuar a viver em Portugal. Não tenho planos de voltar para a Ucrânia e nem de ir viver em outro país. Eu gosto muito da Ucrânia, é a minha terra, e eu já visitei três vezes, p'ra visitar as minhas amigas... Fui convidada p'ra uma festa de casamento da minha melhor amiga... Mas voltar a viver, não quero. Quero continuar a viver aqui, em Portugal. O país onde eu quero viver é Portugal, porque o estado económico aqui é melhor. Aqui em Portugal se o pessoal ganha o salário mínimo, tipo 600 euros mais ou menos, pode alugar um quarto, pode comprar comida, é suficiente. Na Ucrânia, se ganhas o salário mínimo, nem se vives na tua própria casa não tens como pagar a renda, é muito difícil, é quase impossível. (Entrevista 39, feminino, Ucrânia)

Não quero voltar para a Ucrânia, eu já tenho apartamento aqui. Pago para o meu pai o apartamento. Gosto do clima, gosto de pessoas mais calmas, gosto do trabalho que agora tenho, também é bom... Gosto da comida, cozido à portuguesa, feijão, feijoada, gosto de tudo. Não sei como explicar, gosto disso tudo. (Entrevista 34, masculino, Ucrânia)<sup>1</sup>

Contudo, alguns entrevistados pretendem emigrar para fora da Europa. Por exemplo, um jovem cabo-verdiano disse que quer estudar arquitetura e ir viver para os EUA:

Eu não me importo em não ter [a nacionalidade portuguesa] porque eu não quero ficar aqui a minha vida toda. Eu não sinto-me bem... Eu gosto das pessoas, mas eu não quero viver aqui em Portugal. Eu quero ir para Estados Unidos da América. Eu identifiquei-me muito com os afro-americanos e com a América. (Entrevista 8, masculino, Cabo Verde)

Outros entrevistados não souberam dizer onde desejariam viver, e apenas consideraram as oportunidades futuras que certos países lhes poderiam vir a reservar, profissionalmente:

---

1 Recordamos que as entrevistas foram realizadas antes das tensões entre a Rússia e a Ucrânia explodirem em 2022, com a invasão militar da Rússia na Ucrânia.

Eu não pertenço a nenhum país, vou onde tiver que ir... Eu acho que se Luanda fosse como Portugal, a nível de organização e segurança e tivesse alguma formação, eu acho que eu não saía de Luanda para vir para cá. No entanto, hoje, não gostaria de voltar a viver lá, mas daqui a 10 anos também não me imagino vivendo em Portugal. Gostaria de viver num outro país com mais oportunidade. (Entrevista 28, masculino, Angola)

Portanto, apesar de a maioria dos jovens ter referido a vontade de continuar a viver em Portugal, observamos que a possibilidade de emigrar para outros países da Europa, onde possuem redes familiares (como Inglaterra, França, Suíça e Luxemburgo), e que são destinos tradicionalmente de emigração portuguesa (Pena Pires *et al*, 2020), acaba também por ser uma escolha a considerar.



## Conclusões

O estudo no qual este livro se baseia constitui um esforço exploratório de analisar a integração social dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes no concelho de Sintra. A definição do conceito de integração social incluiu várias dimensões analíticas, que, devido à sua complexidade e à sua natureza multidimensional, apenas puderam ser aqui brevemente examinadas. As origens nacionais dos jovens incluídos neste estudo foram escolhidas tendo em conta os grupos de imigrantes mais representativos no concelho, isto é, aqueles indivíduos originários dos PALOP (Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), Brasil, Ucrânia, Roménia e China. Alguns destes grupos foram particularmente difíceis de localizar e de obter o seu consentimento informado para a realização de entrevistas, sobretudo os nacionais da Europa de Leste. Esta diversidade nas origens nacionais e na experiência ou in experiência migratória possibilitou a identificação de retratos de jovens descendentes de imigrantes heterogêneos, como aliás, já havia sido documentado por Mateus (2021).

Em primeiro lugar, o contexto familiar dos jovens de origem imigrante difere segundo a sua procedência social e origem nacional. Apesar de a nossa amostra não ter pretensões de representatividade, os jovens afrodescendentes entrevistados viviam em famílias monoparentais ou com uma estrutura que envolvia a convivência de várias gerações no mesmo agregado familiar. Segundo pudemos constatar, a procedência socioeconómica destes jovens é mais baixa, uma vez que parte dos seus progenitores realiza trabalhos menos qualificados (limpeza, construção civil), de acordo aliás, com as suas qualificações mais básicas. No caso dos jovens brasileiros, observa-se que os entrevistados procedem de agregados cujos pais têm qualificações mais diversas e algo mais elevadas, comparativamente aos pais dos jovens dos PALOP. O nível socioeconómico destes entrevistados é, por isso, um pouco mais elevado (classe média/média-baixa). Da Palma Alves, E. e J.C. Iorio (2021) também já haviam verificado, no casos dos estudantes do ensino superior provenientes do Brasil, Cabo Verde e Angola para Portugal, que apesar dos brasileiros e angolanos apresentarem antecedentes socioeconómicos mais vantajosos do que os cabo-verdianos; os jovens provenientes dos dois países africanos

demonstraram ter um perfil socioeconómico mais desfavorecido, já que, diferentemente dos brasileiros, precisavam trabalhar, por vezes em condições muito precárias, para pagarem os seus estudos. Finalmente, os jovens com origem no Leste Europeu são algo mais velhos e vivem em agregados familiares mais tradicionais (pais, ou só um dos progenitores) ou, também, vivem já com o seu companheiro/a sentimental. O nível socioeconómico destes jovens é mais elevado e entre os entrevistados, todos já possuem licenciatura ou cursos técnicos.

Em segundo lugar, e relativamente ao perfil educativo, a maioria destes jovens encontra-se a estudar no ensino secundário, o que nos dá mais pistas sobre as suas trajetórias escolares, em relação a estudos anteriores centrados na integração de descendentes no ensino básico (Seabra *et al.*, 2011; Seabra, 2010). Esta situação decorre, obviamente, do grupo etário que foi selecionado para este estudo (dos 15 aos 28 anos). Uma questão que ressalta da análise das narrativas dos jovens é o facto de estes tenderem a frequentar cursos técnico-profissionais por motivos logísticos e não de aspiração vocacional: a existência de cursos disponíveis no momento em que têm de optar por uma carreira, a proximidade da escola a sua casa, motivos económicos, etc. Deste modo, tal como investigações anteriores já avançaram (Seabra *et al.*, 2016), apesar de também nesta investigação termos identificado jovens que acedem à universidade, a maioria dos entrevistados já frequenta cursos técnico-profissionais a nível do secundário, reforçando dados já recolhidos em estudos passados (Abrantes e Roldão, 2019).

Esta investigação permite-nos, igualmente, apontar uma melhor integração escolar daqueles jovens que sempre viveram em Portugal, falam a língua portuguesa e cujas redes de sociabilidade são marcadamente nacionais — jovens de origem imigrante nascidos em Portugal —, comparativamente aos jovens de origem imigrante que nasceram no estrangeiro e vieram para o país no início da adolescência. Ainda em articulação com esta realidade, consideramos que os resultados obtidos permitem afirmar que no que concerne às competências e aprendizagem da língua portuguesa, destaca-se a dificuldade existente da geração de jovens que vieram para Portugal após terem iniciado a adolescência. Estes jovens, independentemente da sua origem nacional, revelam dificuldades iniciais na aprendizagem da língua portuguesa sempre que esta não seja a sua língua materna (isto é, no caso dos jovens dos PALOP que falam crioulo ou outros idiomas, ou dos jovens da Europa de Leste e da jovem chinesa). No caso dos brasileiros, a dificuldade prende-se, sobretudo, com o entendimento do sotaque e das gírias portuguesas, dificultando o seu processo de integração escolar.

Relativamente ao mercado laboral e nível de empreendedorismo, pudemos verificar que poucos jovens trabalham a tempo inteiro. Com efeito, apesar de a maioria estudar no ensino secundário, grande parte dos jovens afrodescendentes trabalham em *part-time* para ajudar as suas famílias. O nível de empreendedorismo observado é, também, inexistente devido à sua idade, apesar de muitos, no futuro, idealizarem empreender os seus próprios negócios.

Quanto ao tipo e acesso à habitação, destaca-se claramente a dificuldade atual em arrendar casa a preços razoáveis no concelho de Sintra. Esta dificuldade é descrita tanto pelos entrevistados que arrendam casa (a maioria deles), como por

dirigentes camarários e associativos. Esta situação conjuntural que se vive não só em Sintra, mas em toda Área Metropolitana de Lisboa, é fundamental para a integração social destes jovens e das suas famílias. De facto, existem casos problemáticos em que a perda da habitação ou a dificuldade no arrendamento de uma, em zonas muito afastadas da escola, dificultam severamente a prossecução dos estudos, o acesso ao trabalho, a estabilidade emocional e a integração social dos jovens. A conjuntura de escassez de habitação e do seu preço inflacionado que atravessa Portugal (incluindo Sintra) marcou de forma evidente esta preocupação no bem-estar e condições de vida dos jovens que participaram neste estudo.

Mesmo assim, constatámos a existência de sentimentos de identificação com o bairro onde viviam, apesar de algumas observações críticas referentes à inexistência de infraestruturas (parques, locais para convívio, centros desportivos...) ou às condições deficitárias em que se encontram os equipamentos já existentes. Estes jovens reconhecem ter havido melhorias, mas consideram que estas ainda estão aquém das suas necessidades.

Um outro tema que abordámos nesta investigação foi a participação política e eleitoral. No caso destes jovens essa participação revela-se bastante baixa. Os motivos que poderão residir neste afastamento em relação à vida política são vários: nalguns casos não têm idade para votar, noutros não têm autorização de residência, e ainda noutros a participação política dos seus pais e família é extremamente residual. Contudo, também não revelaram existir nenhum tipo de iniciativa, seja no âmbito escolar ou no âmbito de atividades desenvolvidas pelas associações do concelho, que os façam despertar esse interesse.

O acesso aos cuidados de saúde revela, igualmente, algumas tendências já observadas em estudos anteriores (Fonseca e Silva, 2010; Fonseca *et al.*, 2007). De um modo geral, e apesar de qualquer indivíduo poder aceder aos cuidados de saúde em Portugal, existem práticas de acesso desiguais entre aqueles jovens de origem imigrante nascidos em Portugal e aqueles jovens de origem imigrante nascidos no estrangeiro. Os primeiros têm, normalmente, mais médicos de família do que os do segundo grupo, facilitada por um provável maior tempo de vivência em certas freguesias. Por outro lado, o acesso ao centro de saúde é realizado, por estes jovens, de forma descontinuada ou esporádica, e apenas naqueles momentos em que é necessário ou “obrigatório” deslocarem-se a estes locais (vacinação, doença). Por fim, também se observam algumas dificuldades na relação médico-paciente, nalguns casos motivada por diferenças ou desconhecimento linguístico e/ou cultural de ambas as partes, e em outros casos motivada pelo não conhecimento dos direitos dos imigrantes, no que tange aos cuidados de saúde públicos em Portugal, também por parte de ambos (imigrantes e profissionais de saúde).

Quanto à perceção da discriminação étnica e racial dos entrevistados, a grande maioria considera que existe discriminação em Portugal. Estes comportamentos discriminatórios assumem, sobretudo, a forma de “microagressões” por parte de colegas, isto é, piadas, “bocas”, brincadeiras sobre algum aspeto do outro (raça, etnia, condição social), e que são, em vários casos, vividas (quase) quotidianamente pelos agredidos. Esta normalização é, no entanto, vivida como um ataque por parte destes jovens, que revelam um grau de consciencialização e necessidade de



denúncia cada vez mais explícito. Por outro lado, existe uma representação social generalizada por parte destes jovens da existência de um “racismo institucional”, presente nos comportamentos e representações sociais de alguns professores, auxiliares, polícias e sociedade em geral, sobretudo entre os jovens de origem africana.

A participação religiosa destes jovens segue, no geral, a participação dos jovens portugueses: são poucos os que seguem uma religião, e menos ainda os que a praticam com assiduidade. As religiões seguidas variam em função da sua origem nacional e das igrejas dominantes e institucionalizadas nos seus países. Assim, a religião católica prevalece entre os africanos, a ortodoxa entre os indivíduos de Leste Europeu, a evangélica entre os brasileiros, a muçulmana entre os guineenses, testemunha de Jeová entre angolanos, e a religião budista foi mencionada como o culto da jovem chinesa entrevistada.

Este estudo permitiu, além disso, examinar o acesso e práticas desportivas por parte destes jovens. Neste domínio verifica-se que existe uma diferença de género pronunciada entre aqueles que praticam e não praticam desporto: entre os rapazes, a participação é muito maior do que no caso das raparigas, sendo o tipo de desportos praticados aqueles normalmente considerados mais “masculinos” (futebol, sobretudo). No entanto, é de ressaltar que também foi referido não se praticar mais desporto por motivos financeiros (valor elevado das quotas mensais), falta de tempo, ou dificuldades logísticas (como a falta de documentos), falta de equipamentos desportivos (ou equipamentos sem condições) e falta de motivação ocasionada pelo consumo cada vez maior do mundo digital (Instagram, Facebook...).

Ainda decorrente dos tempos de lazer, a participação e acesso à cultura associativa revela-se, contudo, mais ativa. De facto, e porque vários destes jovens foram identificados através da sua participação em projetos Escolhas, pudemos verificar que a sua participação associativa prende-se, sobretudo, com várias motivações para os frequentar, como a ocupação dos tempos livres após a escola, a aquisição de direitos e deveres comunitários, a sociabilidade entre os pares, a procura de emprego e formação, e práticas desportivas e artísticas existentes no âmbito destes projetos. Contudo, essas atividades dirigem-se a jovens mais novos, sendo que os mais velhos reclamam não terem atividades desenhadas para eles, e muitas das vezes não terem conhecimento do que existe no concelho, devido à falta de divulgação, ou à forma como essa divulgação é realizada.

Por fim, no que respeita às expectativas e aspirações profissionais futuras, observa-se uma diversidade de profissões que estes jovens desejam realizar, apesar de muitos não a poderem fazer, devido à falta de recursos familiares, económicos e escolares para levarem a cabo essas ambições. Neste sentido, é útil aqui a reflexão de Mateus (2021: 168) sobre os jovens de origem imigrante:

consideram, mais do que os seus pares, um percurso profissionalizante no ensino secundário. Aspiram a profissões similares, embora revelem um grau mais elevado de idealismo. Do ponto de vista profissional, o espaço dos prováveis mostra-se, ora altamente qualificado, ora muito indefinido e incerto, não parecendo existir cedências relativamente a posicionamentos profissionais de prestígio moderado ou baixo.

Ainda neste domínio, um desejo de futuramente realizarem atividades com um certo grau de empreendedorismo é notório nos seus discursos, em que a ideia de “trabalhar para mim” e não para outros é evidente.

Dentro destes cenários de expectativas futuras, constata-se que a grande maioria destes jovens deseja continuar a viver em Portugal, quer por considerá-lo o seu país, quer pelo estilo e nível de vida ser mais atrativo em comparação com o seus países de origem. Assim, e apesar de alguns mencionarem o desejo de voltarem um dia mais tarde para o país de origem dos seus pais (e nalguns caso também os seus), ou emigrarem para outros países europeus (Reino Unido e Alemanha), continuar a viver em Portugal no futuro é, para quase todos, o desejável.

Como palavras finais, não é demais sublinhar o carácter exploratório deste estudo — agora em livro —, em que o conceito de integração social foi operacionalizado na sua multidimensionalidade e analisado num grupo social cuja presença é cada vez maior no concelho de Sintra: os jovens descendentes de imigrantes. Neste sentido, vários dos temas aqui abordados exigem uma continuidade analítica para examinarmos, mais aprofundadamente, certas especificidades inerentes à integração social de cada grupo nacional de jovens aqui identificados: brasileiros, africanos, europeus de Leste e asiáticos. De igual modo, seria importante no futuro, desenvolver estudos comparativos sobre a integração social entre estes jovens e outros sem trajetórias ou origem imigrante, para destacar — mais do que as suas diferenças — as suas semelhanças.



## Recomendações públicas

As recomendações apresentadas a seguir partem do princípio de que, ainda que a Câmara Municipal de Sintra (CMS) tenha respostas, medidas e iniciativas públicas em diversos setores que influenciam a integração de imigrantes e descendentes de imigrantes no concelho, observou-se que muitas destas medidas não são do conhecimento de grande parte dos jovens residentes entrevistados. Isso prende-se, em primeiro lugar, com a necessidade de uma maior e melhor divulgação das ações levadas a cabo em Sintra por parte da CMS; e, em segundo lugar, por uma falta de interesse dos próprios jovens em procurarem saber mais acerca dessas iniciativas.

Neste sentido, justifica-se, antes de mais, reforçar a divulgação de respostas e medidas já existentes em canais de comunicação que cheguem diretamente a esses jovens como, por exemplo, fazendo essa divulgação através das páginas da *internet* que esses jovens costumam aceder. O que observámos nos discursos dos jovens é que não é suficiente divulgar apenas através de redes sociais institucionais, uma vez que muitos dos jovens entrevistados admitiram não consultar estas redes. Por isso, apesar de se reconhecer que a CMS, as juntas de freguesia, as associações e projetos Escolhas fazem a divulgação que julgam pertinente através das suas páginas nas redes sociais, é necessário reforçar essa divulgação também através de outras fontes. Recomenda-se, por isso, parcerias com páginas a que os jovens acedem, identificando/localizando “personalidades-chave” das comunidades imigrantes (*influencers, youtubers, bloggers, etc.*), além de se fazer essa divulgação em várias línguas (crioulo, chinês, ucraniano, etc.) e publicitar através de diversas plataformas digitais (Instagram, Facebook, etc.).

### Educação

Observou-se que, ao nível educativo, as escolas oferecem aulas de português como língua não materna para os seus estudantes imigrantes e descendentes de imigrantes (sobretudo os de origem africana, e os oriundos dos países falantes de outra língua, que não o português). No entanto, os programas de aprendizagem de línguas

estrangeiras para jovens ficam-se, sobretudo, pela aprendizagem da língua inglesa (quanto muito, pelo francês e espanhol). Tendo em conta as nacionalidades com maior representatividade no concelho de Sintra, recomendamos que, a fim de promover uma maior inclusão entre nativos e migrantes/descendentes de migrantes, as línguas destes (crioulo, romeno, ucraniano, chinês, etc.) sejam incluídas em programas de aprendizagem de línguas estrangeiras.

Neste sentido, as escolas poderiam ter mediadores que falassem essas línguas (professores ou alunos em regime de estágio) e que, desta forma, ajudassem na integração daqueles que não dominam a língua portuguesa. Foi recorrente ouvirmos dos jovens ucranianos, romeno e chinês que na altura da sua entrada na escola em Portugal não entendiam nada do que se passava dentro da sala de aula, por não falarem português.

Portanto, considerando os discursos dos jovens, mas também dos professores entrevistados, parece-nos fundamental que mais ações de sensibilização/formação sejam oferecidas aos professores do ensino básico e secundário, para que estes tenham um maior conhecimento das dificuldades que os seus alunos imigrantes e descendentes enfrentam em relação não só à aprendizagem da língua portuguesa, mas também no que toca aos conteúdos ministrados. Uma vez que as escolas aceitam estudantes provenientes de outros países, cujas línguas e sistemas de ensino são diferentes, conhecer a língua, mas também a cultura e o sistema de ensino desses outros países pode facilitar o acolhimento e a integração desses jovens no sistema de ensino português.

Apesar de algumas dessas ações terem de partir do Ministério da Educação, outras podem ser geridas localmente. É o caso, por exemplo, das reuniões de pais. Muitas escolas promovem reuniões em horários incompatíveis com os trabalhos dos pais desses jovens. Este é um problema transversal à comunidade portuguesa que vive em condições precárias e possui diversos trabalhos (como é o caso de muitas das famílias dos jovens que foram entrevistados neste estudo) e, por isso, é fundamental que haja um reforço na aproximação entre os encarregados de educação e os familiares destes jovens.

Uma forma de possibilitar essa aproximação, seriam estas reuniões, além de eventos para os jovens e suas famílias, serem realizados também em plataformas digitais (via *Zoom*, *Skype*, etc.). Ainda que exista uma grande iliteracia digital em Portugal, e que muitos destes agregados familiares se sintam excluídos, esta seria também uma forma de promover uma maior inclusão. Promover a utilização dos computadores nos projetos Escolhas (inclusive com cursos de literacia digital para pais e filhos), e ajudar os pais a participarem em reuniões a partir do telemóvel, pode criar uma maior proximidade entre pais, professores e alunos, e contribuir para um maior acompanhamento desses jovens, ainda que de forma remota.

### **Carreira/profissão**

Ao nível profissional, observou-se que a maioria destes jovens tem uma inclinação para a carreira artística, apesar de muitos não poderem seguir os seus “sonhos”,

devido às responsabilidades financeiras que têm dentro de casa; e também porque desconhecem formas gratuitas de acederem ao conhecimento que precisam para alavancarem as suas carreiras na arte.

Desta forma, ainda que existam cursos de formação profissional nestas áreas (teatro, por exemplo), muitos optam por tirar outros cursos, pois consideram que estes terão mais saídas profissionais. Da mesma forma, ainda que existam cursos gratuitos, muitas vezes promovidos por projetos Escolhas, muitos jovens não têm conhecimentos destes cursos. Portanto, uma vez mais, o problema prende-se com a divulgação da informação, ou com uma divulgação mais eficaz.

Tal como as carreiras artísticas, o desporto é outra área profissional muito almejada por estes jovens (sobretudo o futebol), mas também com pouco acesso pelos mesmos. Por um lado, como também as carreiras desportivas não oferecem grandes oportunidades no mercado de trabalho, estes jovens veem-se “obrigados” a dedicar-se, em simultâneo, à procura de outras saídas profissionais. Por outro lado, a falta de documentação (autorização de residência ou nacionalidade portuguesa) por parte de alguns jovens imigrantes e descendentes de imigrantes faz com que estes não possam participar em clubes federados e, portanto, que não se possam profissionalizar. Foi reclamado, por parte de alguns jovens, que a burocracia necessária para efetuarem a sua legalização em Portugal muitas vezes faz com que eles percam boas oportunidades, sobretudo enquanto futebolistas.

Nesse sentido, não só a oferta/criação de mais cursos nas áreas artísticas e desportivas (sobretudo gratuitos, ou com possibilidade de bolsas), mas também uma maior e melhor divulgação dos mesmos, já provou ser necessária. Além disso, para que estes jovens não desistam dos seus “sonhos”, mais oportunidades de trabalhos/bolsas/estágios remunerados nestas áreas, bem como menos burocracia para aceder a eles, também poderiam servir de estímulo. Por fim, estimular o empreendedorismo jovem, não só através de cursos, mas também de apoios financeiros, também contribuiria para apoiá-los em negócios ou profissões inovadoras e por eles desejadas.

Por outro lado, a criação de espaços de convívio dedicados aos jovens, onde estes pudessem socializar, além de promover a integração e a troca de ideias entre eles, poderia promover o aparecimento de ideias empreendedoras. Apesar dos projetos Escolhas também serem um espaço de convívio, muitos destes projetos dedicam-se a atividades voltadas para jovens mais novos, sendo que estes, com o avançar da idade, deixam de ver nestes projetos o espaço de convivência que viam antes. Por isso mesmo, jovens de um desses projetos, no âmbito do Orçamento Participativo Jovem, apresentaram uma ideia para a criação de um espaço público, onde poderiam conviver enquanto grupo social e etário. Uma vez que os projetos Escolhas, além de terem um horário fixo de funcionamento, não conseguem chegar a muitos jovens (sobretudo os mais velhos), terem um espaço de convívio, fora desses projetos, foi uma das necessidades mais referidas.

Mesmo os parques infantis, muitos dos quais já foram reabilitados em zonas geográficas de integração social prioritária (como os bairros sociais), acabam por deixar de ser utilizados conforme os jovens desses bairros vão crescendo. Neste sentido, e tendo em conta que, além de campos de futebol, pouco destes parques são utilizados por jovens mais velhos, se houvesse mais espaços onde estes pudessem

explorar as suas veias artísticas, como pequenos estúdios onde pudessem gravar as músicas que compõem, por exemplo (mesmo que tivessem de pagar, mas a preços reduzidos); estes seriam mais um espaço de socialização para esses jovens. É certo que algumas associações e projetos Escolhas já possuem esses espaços (como é o caso da Casa Seis, do Projeto Viv@idades, do Projeto Raízes, etc.). No entanto, além de alguns jovens não saberem da existência desses estúdios, outros referiram que já têm uma idade que não lhes permite frequentar estes projetos. Portanto, no caso dos projetos Escolhas, o limite da idade não devia ser considerado para quem quisesse participar, ou então, esse limite etário deveria ser ampliado. Nesse sentido, seria importante que estes projetos passassem a estimular as competências artísticas de uma forma mais regular, e não só com a existências de “estúdios comunitários”, independentemente da idade dos seus utentes.

É importante ressaltar que fomentar concursos nas áreas da escrita, pintura, escultura e música, além de festas/eventos culturais e inter-religiosos, que envolvam a participação direta dos jovens, e a articulação entre várias freguesias do concelho de Sintra, também seria uma mais-valia na promoção da integração social desses jovens. É certo que já existem festas promovidas pela autarquia, associações, projetos Escolhas e algumas igrejas, nas quais os jovens podem participar. Contudo, e uma vez mais, muitas vezes estes jovens não têm conhecimento da sua existência, ou não se sentem suficientemente atraídos para garantirem a sua participação.

Verificámos, portanto, que se por um lado os jovens reclamam melhorias nos equipamentos desportivos (melhoramento de balizas, construção de ciclovias, bebedouros, etc.) nas várias freguesias do concelho, por outro lado, na realidade não utilizam muito estas estruturas, pois preferem atividades mais voltadas ao ambiente digital.

## Vida social

Ao nível social, a questão da discriminação, sobretudo económica, torna-se evidente quando estes jovens vivem, maioritariamente, em bairros pouco servidos de transportes públicos, e, portanto, têm as suas saídas do bairro condicionadas pelo acesso a esses transportes (por exemplo, entre a Portela de Sintra e Montelavar; ou entre o Bairro 1.º de Maio e a estação de comboio de Monte Abraão).

Apesar de praticamente todos os jovens gostarem do local onde vivem, a reclamação acerca da falta de alguns serviços e o difícil acesso a alguns bairros foi a questão mais apontada por eles.

A convivência dentro dos bairros, normalmente dá-se de forma positiva. Nesse sentido, qualquer ação que se promova, como as de conservação da natureza (limpeza da Tapada de Rio de Mouro, por exemplo, separação do lixo, compostagem, etc.) ou a criação de hortas urbanas/comunitárias nos espaços verdes de cada freguesia tendem a ser bem acolhidas por eles.

Assim, pensamos que o aumento de programas de voluntariado para jovens no concelho e uma boa divulgação destas iniciativas teria uma boa adesão por partes destes jovens.

Ainda no encaço das ações que promovam o empreendedorismo, a existência de espaços para a criação de uma loja comunitária, e a potencialização de *workshops* voltados para estes jovens, também seria uma mais-valia ao estímulo da sua socialização e integração na comunidade.

## Saúde

Ao nível da saúde, observámos que estes jovens acabam por padecer dos mesmos problemas que os nativos portugueses. Ou seja, eles têm acesso ao Serviço Nacional de Saúde, mas, muitas vezes, o serviço prestado deixa a desejar (segundo a sua opinião). Seria importante, no entanto, haver uma maior uniformização na qualidade do atendimento dos diversos centros de saúde do concelho, uma vez que o atendimento não é igual em todos (alguns centros de saúde contam, por exemplo, com um médico de nacionalidade de Leste, mas outros não). Nesse sentido, na impossibilidade de haver médicos de outras nacionalidades em todos os centros de saúde, seria importante que a existência de ações de formação/sensibilização sobre as especificidades culturais das várias populações de imigrantes fossem dirigidas aos demais médicos, enfermeiros, auxiliares e outros profissionais que trabalham nos centros de saúde e no Hospital Amadora-Sintra. Se não for possível desenvolver estas ações em todos os estabelecimentos de saúde, seria importante dar a possibilidade a estes centros que tenham estas ações de sensibilização de receberem utentes de outras freguesias. Por exemplo, o Hospital Dona Estefânia, em Lisboa, tem *workshops* permanentes sobre as especificidades culturais das populações imigrantes dirigidos a profissionais de saúde desse hospital. De igual modo, seria muito importante que se pudessem também organizar nos estabelecimentos de saúde do concelho de Sintra este tipo de formações.

Observou-se também que, como os jovens não costumam fazer um acompanhamento regular com os seus médicos de família (quando os têm), seria importante desenvolver campanhas e programas que estimulassem os jovens a procurarem, com mais frequência, os cuidados de saúde, como forma ativa de saúde preventiva. O programa Sorri Jovem, implementado na Unidade de Cuidados na Comunidade Cruzeiro, na freguesia de Algueirão-Mem Martins, é um exemplo de boas práticas a desenvolver e a ser reproduzido noutros centros de saúde do concelho de Sintra.





## **Anexos**

### **Guião da entrevista**

*Guião de entrevista a jovens imigrantes e descendentes de imigrantes*

#### *1. Perfil do entrevistado*

Vamos começar por falar um pouco de ti:

- 1.1. Quantos anos tens?
- 1.2. Onde nasceste? (Naturalidade)
- 1.3. Tens cartão de residência (permanente ou temporário)? (Estatuto Legal — Visto/Autorização de Residência). E a nacionalidade portuguesa?
- 1.4. Quando vieste para Portugal? (Data da chegada em Portugal — mais recente e se já tinha estado outras vezes anteriormente)
- 1.5. Para onde foste viver? (localidade)
- 1.6. Como é que vieste? Ao abrigo de reagrupamento familiar, com visto de estudante, entrou ilegal, etc.)

#### *2. Trajetória migratória familiar*

- 2.1. E os teus pais, onde nasceram? (naturalidade dos pais)
- 2.2. Há quanto tempo é que os teus pais estão em Portugal?
- 2.3. Conheceram-se cá ou no estrangeiro?
- 2.4. Como foi a vinda deles para Portugal? Porque vieram?
- 2.5. Achas que foi uma experiência boa?
- 2.6. Achas que foi fácil?
- 2.7. Já tinham familiares ou amigos em Portugal?
- 2.8. Com quem vives neste momento?
- 2.9. Descreve a tua família (com quantas pessoas vives, que relação de parentesco tens com elas)?

## Dimensões de Integração

*(Inclusão Social; Educação/Qualificação; Emprego/ Trabalho; Participação Cívica)*

### 3. *Inclusão Social*

#### 3.1. Habitação

3.1.1. Onde moras? Descreve o teu bairro.

3.1.2. Há quanto tempo aí moras?

3.1.3. Para além da cidade onde nasceste, viveste em outros lugares, dentro ou fora do teu país, antes de vir para Portugal? (experiência migratória – interna/externa – anterior?)

3.1.4. Em que outros sítios viveste? Onde gostaste mais e menos de morar? Porquê?

3.1.5. Qual é a melhor coisa do teu bairro? E a pior?

3.1.6. Se pudesses, o que mudavas no teu bairro?

3.1.7. Tens amigos no sítio onde vives? Onde mora a maioria dos teus amigos?

3.1.8. Sais com frequência do sítio onde vives? Se sim, para onde vais fora do local onde vives?

3.1.9. Gostarias de viver noutra local? Onde e porquê?

#### 3.2. Práticas culturais e de sociabilidade

Sobre o teu dia-a-dia:

3.2.1. Descreve o teu dia-a-dia – o que costumavas fazer? Depois da escola, ao fim de semana...? Depois da escola, costumavas ficar com os teus amigos ou vais logo para casa? Com quem convives normalmente?

3.2.2.(Se for menor de idade) E em casa, ficas sozinho?

3.2.3. Tens obrigações em casa? Quais são? [Se existirem irmãos] As obrigações dos teus irmãos são muito diferentes das tuas? Porquê? (género, idade, personalidade...)

3.2.4. O que mais gostas de fazer nos tempos livres? E o que menos gostas de fazer?

3.2.5. Passas a maior parte dos teus tempos livres no Concelho de Sintra? Se não, onde?

3.2.6. Que atividades costumavas fazer fora da escola/universidade/trabalho? Pertences a alguma associação ou grupo? De que tipo? Há quanto tempo? Porquê [iniciativa dos pais ou própria]?

3.2.7. Como e com quem vais às atividades que praticas?

3.2.8. Que atividades não praticas, mas que gostarias de praticar? Porque é que não as fazes?

3.2.9. Já participaste em alguma sessão informativa – ações de esclarecimento – levada a cabo por alguma associação ou projeto? Sobre o quê? (Lei da Nacionalidade, Fórum Emprego, etc.)

3.2.10. E de outras atividades como: debates, conferências, workshops, ateliês, ações de formação, etc.? E sobre o quê?

3.2.11. E de outros eventos comunitários (festas, feiras, festivais, exposições, tertúlias, encontros, visitas, atividades comemorativas, etc.)?

- 3.2.12. Descreve os teus melhores amigos (rapazes/ raparigas?) Onde e como os conheceste? São da escola/trabalho ou do bairro onde moras? Onde vivem? Também têm pais estrangeiros, como tu, ou não?
- 3.2.13. Costumas encontrar-te com os teus amigos quantas vezes por semana? O que é que costumam fazer juntos?
- 3.2.14. Já alguma vez falaste com os teus amigos sobre o futuro? O que é que eles querem ser no futuro? Até quando querem estudar? Que profissões querem ter?
- 3.2.15. A tua família deixa-te escolher os amigos que queres? Se não, porquê?
- 3.3. Desporto
- 3.3.1. Praticas algum desporto? Se sim, qual?
- 3.3.2. Onde praticas desporto? E com que frequência?
- 3.3.3. Tens algum campo desportivo (de futebol, basquete, piscina) perto de tua casa? Costumas utilizar as piscinas municipais? Com que frequência?
- 3.3.4. Já participaste de torneios desportivos (de que modalidade?) ou frequentaste *workshops* (de dança, por exemplo)? Onde?
- 3.4. Saúde
- 3.4.1. Já foste ao centro de saúde? Se sim, com que frequência vais? Se não, onde vais quando precisas de ir ao médico?
- 3.4.2. Se já foste ao centro de saúde, foste bem atendido?
- 3.4.3. Consideras ser preciso melhorar os serviços de saúde?
- 3.4.4. Já participaste em algum rastreio de saúde? Porquê?

#### 4. Educação/ Qualificação

- 4.1. Experiência escolar
- Agora sobre a escola/universidade (adaptar segundo o caso em questão):  
[Caso não tenha nascido em Portugal]
- Grau de escolaridade (quando iniciou e se já concluiu os estudos):
- 4.1.1. Quando entraste para a escola (em que ano?) Isso foi no teu país de origem ou em Portugal?
- 4.1.2. Se foi no teu país de origem, como era a escola lá, ainda te lembras? Era muito diferente? O que gostavas mais e menos?
- 4.1.3. E em Portugal, como foi? O que foi mais fácil e mais difícil na tua adaptação?  
[Para todos]
- 4.1.4. Gostas de estudar? Como te descreverias como aluno?
- 4.1.5. Na tua opinião, o que é ser bom aluno? O que é necessário para ser bom aluno?
- 4.1.6. Qual é a disciplina/UC de que gostas mais e aquela de que gostas menos? Porquê?
- 4.1.7. Como têm sido as tuas notas? Achas que podes melhorar as tuas notas? Na tua opinião, o que explica as notas que tens?
- 4.1.8. Como te costumavas comportar nas aulas?
- 4.1.9. Como é, em geral, a tua relação com os professores? Que tipo de apoio te têm dado? Ajudam-te a resolver os teus problemas? Falas ou gostas de algum em

especial? Porquê?

4.1.10. Como é, em geral, a tua relação com os colegas de turma? E gostas da tua turma? Porquê?

4.1.11. Como é, em geral, a tua relação com as funcionárias?

4.1.12. Estudar é importante? Para quê?

4.1.13. Gostas da tua escola/universidade? O que é que gostas mais e menos na tua escola/universidade? Se pudesses, o que mudarias na tua escola/universidade? Porquê?

4.1.14. Participas (ou participaste) em atividades extracurriculares dentro ou fora da escola? Quais? O que gostaste mais e o que gostaste menos? Porquê?

4.2. Aspirações e expectativas escolares e profissionais

Agora vamos falar sobre o teu futuro:

4.2.1. Até quando é que tu gostarias de estudar? Porquê? E até quando é que achas que vais conseguir estudar? Porquê?

[se optar por continuar para o ensino secundário/universidade]

4.2.2. Que opção vais escolher no ensino secundário/universidade? Porquê? Quem te ajudou a escolher essa opção?

4.2.3. Já falaste com alguém sobre essa opção? Conheces alguém que esteja a frequentar essa opção?

4.2.4. Para que escola/universidade vais? Porquê? Existem mais colegas teus que vão para a mesma escola/universidade?

[Para todos]

4.2.5. Que profissão gostarias de ter no futuro? Porquê? Achas que vais conseguir? Porquê?

4.2.6. Conheces alguém com essa profissão? Quem?

4.2.7. Sabes o que é que é necessário fazer (estudar, onde ir, etc.) para ter essa profissão?

4.2.8. Já alguma vez falaste com alguém sobre a profissão que gostarias de ter? Quem?

4.3. Língua

Agora sobre as línguas que falamos:

4.3.1. Que línguas entendes? E quais consegues falar? E escrever? Onde as aprendeste?

4.3.2. Em casa, que língua costumavas falar? E na escola/universidade/trabalho? E no bairro? E com os teus amigos?

4.3.3. A tua mãe sabe ler português? E escrever? E o teu pai? Em que medida o fazem bem? Já alguma vez os tiveste de ajudar a comunicar ou escrever? Como foi?

4.3.4. Há alguma ocasião em que os teus pais falem contigo em português ou em língua estrangeira? Por exemplo, quando se chateiam contigo, em que língua te falam?

4.3.5. Já participaste em algum *workshop* ou ação de formação em língua, tipo o Português como Língua Não Materna (PLNM) ou o Português para Todos? Como é que ficaste a saber desses cursos? Achas que o curso foi bom?

4.3.6. Conheces a Plataforma de Português Online?

- 4.3.7. Tiveste algum curso de língua portuguesa no teu país de origem antes de vires para Portugal?
- 4.4. Modelo familiar e estratégias educativas
- Sobre a tua família:
- 4.4.1. Como é a tua relação com a tua família? O que costumam fazer juntos?
- 4.4.2. Qual é a melhor coisa que tem a tua família? E a pior? Se pudesses, o que mudavas na tua família?
- (Para aqueles que estão a estudar no ensino básico/secundário)
- 4.4.3. Em relação aos trabalhos de casa, a tua família costuma perguntar se já os fizeste? Quando tens dificuldades nos trabalhos de casa, costumavas pedir ajuda a quem?
- 4.4.4. Alguém da tua família costuma ir às reuniões da escola? Com que frequência?
- 4.4.5. A tua família preocupa-se com as tuas notas? Costumam castigar-te se não tens boas notas? E recompensar-te se tens boas notas? Os castigos e as recompensas são diferentes entre ti e os teus irmãos? Porquê? (género, idade, personalidade...)
- 4.4.6. Que profissão é que a tua família gostaria que tivesses? Que profissão é que os teus pais não gostariam que tivesses por ser rapariga/rapaz?
- 4.5. Heranças e práticas religiosas
- Ainda sobre a tua família:
- 4.5.1. Alguém da tua família tem uma religião? Qual? E tu, tens alguma religião? Costumas ir à missa ou a outro local de culto?
- 4.5.2. Para ti é importante ter uma religião? Porquê? O que é que a religião te ensina sobre a tua vida e de que modo influencia os teus planos de futuro? Quais são as principais diferenças entre a tua religião e as outras que conheces?

## 5. Emprego/ Trabalho

- 5.1. Antes de vires para Portugal, o que fazias? (Só estudava, trabalhava?)
- 5.2. Experiência profissional (para os que estão a estudar no ensino básico/secundário ou no ensino superior)
- 5.2.1. Em Portugal, já alguma vez desempenhaste alguma tarefa paga? Qual? Por quanto tempo? Porquê? E o que é que fizeste com o dinheiro que ganhaste?
- 5.2.2. Gostaste (de todas, quando há mais do que uma)? O que gostaste mais e menos (em cada uma, quando há mais do que uma)?
- 5.2.3. O que pensam os teus pais sobre essa(s) experiência(s)?
- 5.2.4. O que gostarias de fazer profissionalmente na vida? Porquê?
- 5.3. Experiência profissional (para os que só trabalham ou trabalham e estudam)
- 5.3.1. Em que é que trabalhas? Desde quando?
- 5.3.2. Gostas do teu trabalho? O que gostas mais e o que gostas menos?
- 5.3.3. Estás a pensar em continuar no mesmo trabalho? Ou pensas em mudar? Para que outro trabalho?
- 5.3.4. O teu salário permite-te viver?
- 5.3.5. O teu trabalho é muito longe de onde vives?

- 5.4. Para os que não estudam nem trabalham
  - 5.4.1. Porque é que não estudas? Quando deixaste de estudar? Os teus pais apoiaram-te nessa decisão? E os teus amigos?
  - 5.4.2. Porque é que não trabalhas? Estás à procura de emprego? Onde é que procuras emprego (centro de emprego, através de amigos, associações, *social media*, etc.)?
  - 5.4.3. O que dizem os teus pais sobre a tua situação? E os teus amigos?
- 5.5. Universos profissionais de referência
  - 5.5.1. Grau de escolaridade e profissão dos pais/ avós — Até quando estudou a tua mãe e o teu pai? Os teus pais trabalham, estão desempregados ou em que situação se encontram? E que profissões têm? E os teus avós?
  - 5.5.2. Quem trabalha no teu agregado familiar?
  - 5.5.3. Quais são os principais meios de vida, de sustento económico, da casa onde vives?
  - 5.5.4. O que achas sobre as profissões que eles têm? O que é que gostas mais e menos nas profissões que eles têm?
  - 5.5.5. E os teus irmãos, até quando estudaram/ estudam? E que profissão têm/ querem ter?
  - 5.5.6. Os adultos que conheces, amigos dos teus pais, ou teus vizinhos, que profissões têm?

## 6. Participação cívica

- 6.1. Filiações identitárias
  - Disseste-me que nasceste em [naturalidade], que os teus pais vieram de [país de origem], e que a tua nacionalidade é [nacionalidade]
  - 6.1.1. Com que país te identificas mais? A que país(es) sentes que pertences?
  - 6.1.2. Em que medida te sentes português? O que é “ser português”? O que é melhor e pior no “ser português”?
  - 6.1.3. E do [país de origem do próprio ou dos pais]? O que é ser [país de origem do próprio ou dos pais]? O que é melhor e pior de ser [país de origem do próprio ou dos pais]?
  - 6.1.4. E em que situações te sentes mais uma coisa ou outra?  
[para os que têm nacionalidade portuguesa]
  - 6.1.5. É importante para ti ter nacionalidade portuguesa? Porquê? O que é melhor e pior de ter nacionalidade portuguesa? Que oportunidades ganhas por ter nacionalidade portuguesa?
  - 6.1.6. Perdes alguma coisa por teres nacionalidade portuguesa?
  - 6.1.7. Gostarias de ter nacionalidade [nacionalidade do país de origem dos pais]? Seria importante para ti? Que ganharias por ser considerado [nacionalidade do país de origem dos pais]? E o que perderias?  
[para os que têm nacionalidade estrangeira]
  - 6.1.8. É importante para ti seres [nacionalidade]? Porquê? O que é melhor e pior de ter [nacionalidade]? O que ganhas por ter a nacionalidade [nacionalidade]? Perdes alguma coisa por teres a nacionalidade [nacionalidade]?

- 6.1.9. Gostarias de ter nacionalidade portuguesa? Era importante para ti? Porquê?  
Que ganharias por ter nacionalidade portuguesa? E o que perderias?  
[para todos]
- 6.1.10. Costumas contactar com outras pessoas que tenham vindo de [país de origem do próprio ou dos pais]? Em que medida são essas pessoas diferentes dos portugueses que sempre viveram em Portugal?
- 6.1.11. Costumas ir a festas ou encontros do [país de origem do próprio ou dos pais]? Onde? Como são?
- 6.1.12. Conheces o país de origem dos teus pais/ teu país de origem? Como o descreverias? Se não conheces, gostavas de conhecer? Gostarias de viver lá?
- 6.1.13. Achas que és diferente dos outros alunos que não têm pais estrangeiros? Porquê? Essas diferenças são boas ou más? Porquê?
- 6.2. Processos de estigmatização e discriminação  
Agora sobre uma coisa completamente diferente:
- 6.2.1. Achas que existe discriminação em Portugal? Porquê?
- 6.2.2. Alguma vez viste alguém ser vítima de discriminação? Como foi?
- 6.2.3. E tu, alguma vez foste vítima de discriminação? Como foi? E já alguma vez discriminaste alguém? Como foi?
- 6.3. Participação política (para os maiores de 18 anos)
- 6.3.1. Costumas votar nas eleições? Se sim, em quais? (Autárquicas, legislativas, presidenciais, europeias)
- 6.3.2. Pertences a algum partido político? Se sim, qual?
- 6.3.3. Sentes-te identificado/representado por algum deles?
- 6.4. Necessidades e problemas do concelho e relações com a autarquia
- 6.4.1. Que interesse tens pelo que se passa na tua freguesia ou no concelho?
- 6.4.2. Que necessidades e problemas identificas no sítio onde vives?
- 6.4.3. Que necessidades e problemas identificas na freguesia e concelho onde vives?
- 6.4.4. Na tua opinião, qual é a importância da junta de freguesia e da câmara municipal na resolução dos problemas que identificaste?
- 6.4.5. Julgas que eles estão a fazer o que é preciso, ou possível, ou há assuntos a que não dedicam a atenção que mereciam?
- 6.5. Políticas públicas de juventude a desenvolver pelo município
- 6.5.1. Achas que a Câmara Municipal de Sintra, ou as juntas de freguesia, fazem aquilo que deve ser feito a favor e para apoiar os jovens?
- 6.5.2. Conheces ou usas os espaços municipais dirigidos aos jovens? Quais e porquê?
- 6.5.3. O que gostarias de encontrar nesses espaços municipais?
- 6.5.4. Conheces ou usas outros espaços no concelho? Quais e porquê?

## 7. *Para acabar:*

- 7.1. Na tua vida, até agora, quais foram os acontecimentos mais importantes, que mais te marcaram? De que forma (positiva ou negativa)? E à tua família?
- 7.2. Como é que te imaginas daqui a 10 anos? Como vai ser a tua vida? Onde vais



viver (em Portugal, no mesmo bairro onde vives agora, no estrangeiro), e com quem? Vais estar casado? Vais ter filhos?

7.3. Achas que vais ter uma vida melhor ou pior que os teus pais? Porquê?

7.4 O que achas que é mais importante para teres sucesso no futuro?

*8. Identificação do entrevistado:*

8.1. Número de questionário

8.2. Data da entrevista

8.3. Nome

8.4. Data de nascimento

8.5. Sexo M F

8.6. Local da entrevista

8.7. Turma

8.8. Escola

## Referências bibliográficas

- Abrantes, P. e C. Roldão (2019), "The (mis)education of African descendants in Portugal: towards vocational traps?", *Portuguese Journal of Social Science*, 18 (1), pp. 27-55.
- Albuquerque, R. de L. De S. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade – Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*, tese de doutoramento.
- Amaral, I, B. Reis, P. Lopes, e C. Quintas (2017), "Práticas e consumos dos jovens portugueses em ambientes digitais", *Estudos em Comunicação*, 24, pp. 107-131.
- Amaral, I. (2016), *Redes Sociais na Internet: Sociabilidades Emergentes*, Covilhã, LabCom.
- Arango, J. (2012), "Early starters and latecomers. Comparing countries of immigration and immigration regimes in Europe," em M. Okolsky (ed.), *European Inmigrations. Trends, Structures and Policy Implications*, Amsterdão, Amsterdam University Press/IMISCOE.
- Araújo, M. (2022), "Islamophobia in Portugal, beyond the national register", *ReOrient*, 7 (1), pp. 46-71.
- Araújo, M. (2016), "A very 'prudent integration': white flight, school segregation and the depoliticization of (anti-)racism", *Race Ethnicity and Education*, 19 (2), pp. 300-23.
- Azevedo, J. (2014), "Ensino profissional em Portugal, 1989-2014: viagem da periferia para o centro das políticas educativas", em M. de L. Rodrigues (ed.), *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal*, Lisboa, Almedina, pp. 411-68.
- Bagno, M. (2007), *Preconceito Linguístico – o Que É, como Se Faz*, São Paulo, Loyola.
- Beja Horta, A. P. (coord.) (2011), *Diagnóstico da População Imigrante no Concelho de Sintra – Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local*, Coleção Portugal Imigrante, ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Beja Horta, A. P. (2010), "Associativismo imigrante", *Revista Migrações*, número temático.
- Blanchet, Philippe (2017), *Discriminations: Combattre la Glottophobie*, Paris, Textuel.
- Bourdieu, Pierre (1996), *A Economia das Trocas Lingüísticas*, São Paulo, Edusp.
- Cachado, R. Á e S. Frangella (2019), "House and mobility: Portuguese Hindus and Brazilians in Lisbon in face of housing constraints", *Archivio antropologico mediterraneo*, 21 (2), online.
- Cachado, Rita Ávila (2013), "O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social", *Análise Social*, XLVIII (206), pp. 134 -152.

- Cardoso, N. M. N. (1998), "The colonialist view of the African-origin 'other' in Portuguese society and its education system", *Race, Ethnicity and Education*, 1 (2), pp. 191-206.
- Carling, J., M. E. Bivand, e R. Ezzati (2014), "Beyond the insider-outsider divide in migration research", *Migration Studies*, 2 (1), pp. 36-54.
- Cebolla-Boado, H. e C. Finotelli (2015), "Is there a North-South divide in integration outcomes? A comparison of the integration outcomes of immigrants in Southern and Northern Europe", *European Journal of Population*, 31, pp. 77-102.
- Chintoan-Uta, C. (2014), *Integração Escolar e Discriminação de Alunos Estrangeiros em Portugal e na Romênia, no Ensino Universitário*, tese de mestrado.
- Câmara Municipal de Lisboa (2018), *Plano Municipal para Integração de Imigrantes de Lisboa 2015-2017*, Lisboa.
- Câmara Municipal de Sintra (2015), *Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes em Sintra 2015-2017 — Relatório de Execução Final*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra.
- Câmara Municipal de Sintra (2018), *Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Sintra 2018-2020 — Diagnóstico*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra.
- Crul, M. e H. Vermeulen (2003), "The second generation in Europe", *International Migration Review*, 37 (4), pp. 965-986.
- Da Palma Alves, E., e J. C. Iorio (2021), "Da mobilidade estudantil à mobilidade social: os estudantes angolanos, brasileiros e cabo-verdianos em Portugal", *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 56 (118), pp. 221-239.
- Ferreira, V. S. (2018), "Youth and generations in times of crisis: Portugal in the global situation", em Marina Costa Lobo, Filipe Carreira da Silva e José Pedro Zúquete (eds.), *Changing Societies: Legacies and Challenges. Vol. II. Citizenship in Crisis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 135-161.
- Fonseca, M. L. e S. Silva (2010), *Saúde e Imigração: Utentes e Serviços na Área de Influência do Centro de Saúde da Graça*, Observatório da Imigração, ACIDI.
- Fonseca, M. L., A. Esteves, A., J. McGarrigle, e S. Silva (2007), "Saúde e integração dos imigrantes em Portugal: uma perspectiva geográfica e política", em Sónia Dias (org.), *Revista Migrações — Número Temático Imigração e Saúde*, Lisboa, ACIDI, pp. 27-52.
- Fonseca, M. L., J. McGarrigle, e D. Possidónio (2007), *Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*, ACIDI/OIM.
- Gaspar, Sofia e Juliana Iorio (2022), "Percursos intermitentes no acesso a carreiras artísticas de jovens descendentes de imigrantes", *Práxis Educativa*, 17, pp. 1-16.
- Gaspar, S. (2019a), "Descendants of Immigrants in Portugal", *Portuguese Journal of Social Sciences*, 18 (1), 3-8.
- Gaspar, S. (2019b), "Chinese descendants' professional pathways: moving to new businesses?", *Portuguese Journal of Social Sciences*, 18 (1), pp. 91-108.
- Gaspar, S. (2018), "Percursos migratórios e trajetórias de vida de descendentes de imigrantes chineses", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 87, pp. 109-127.
- Gomes, N. (2014), *Trajetórias Profissionais de Imigrantes nas Artes Performativas em Portugal*, tese de mestrado, Lisboa, ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa.

- Harrison, Colin, e Kimberly. D. Tanner (2018), "Language matters: considering microaggressions in science". *CBE Life Sciences Education*. 17, (1), pp. 1-8.
- Hortas, M. J. (2018) "The intersection of school, diversity and intercultural dialogues: second generation Brazilians and Cape Verdeans in the Lisbon metropolitan area", *Intercultural Education*, 29 (4), pp. 495-513.
- Hortas, M. J., C. Martins, e A. Dias (2014), "Escola, comunidade e território: dinâmicas educativas locais na integração de populações imigrantes na área metropolitana de Lisboa", *Interações*, 29, pp. 8-36.
- Iorio, J. C. (2018), *Trajétórias de Mobilidade Estudantil Internacional: Estudantes Brasileiros no Ensino Superior em Portugal*, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Iorio, J. C. e S. G. Nogueira (2019), "O acolhimento de estudantes internacionais: brasileiros e timorenses em Portugal", *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. 27 (56), pp. 197-215.
- Iorio, J. e Fonseca, M. L. (2018), "Estudantes brasileiros no ensino superior português: construção do projeto migratório e intenções de mobilidade futura", *Finisterra*, 109, pp. 3-20.
- Jardim, C. e S. M. da Silva (2022), "Formas de participação de jovens com origem imigrante em associações em Portugal", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 98, pp. 51-70
- Jardim, Carolina e Sofia Marques da Silva, (2016), "Experiências de jovens no Serviço Voluntário Europeu", *Educação Sociedade e Culturas*, 49, pp. 73-92.
- Landecker, W. S. (1951), "Types of integration and their measurement", *American Journal of Sociology*, 56 (4), pp. 332-340.
- Li, Yao-Tai (2019), "'It's not discrimination': Chinese migrant workers' perceptions of and reactions to racial microaggressions in Australia", *Sociological Perspectives*, 62 (4), pp. 1-18.
- Linares, R. M. P. (2011), *Desempenho Escolar de Alunos de Origem Imigrante: os Jovens da Europa de Leste, em Duas Escolas da Região de Lisboa*, tese de mestrado.
- Machado, F. L. (2007), "Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal", em António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*, Fórum Gulbenkian Imigração, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 169-197.
- Machado, F. L. e A. R. Matias (2006), *Bibliografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000-2006)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Machado, F. L., A. R. Matias, e Leal, S. (2005), "Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos", *Análise Social*, 40 (176), pp. 695-714.
- Machado, F. L. (1994), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Marques, M. M., M. J. Valente Rosa, e J. Lopes (2007), "School and diversity in a weak state: the Portuguese case", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33 (7), pp. 1145-1168.
- Martiniello, M. (2015), "Immigrants, ethnicized minorities and the arts: a relatively neglected research area", *Ethnic and Racial Studies*, 38 (8), pp. 1229-1235.

- Martinho, T. (2013), “Mediadores culturais em Portugal: perfis e trajetórias de um novo grupo ocupacional”, *Análise Social*, 207 (48), pp. 422-444.
- Mateus, S. (2021), *Futuros Desiguais? Sonhos e Projetos de Filhos de Imigrantes em Portugal*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Mateus, S. (2020), “Educação”, em R. P. Mamede e P. Adão e Silva (coord), *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2020 – Valorizar as Políticas Públicas*, IPPS-ISCTE – Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, pp. 17-24.
- Mateus, S. (2014), *Futuros Convergentes? Processos, Dinâmicas e Perfis de Construção das Orientações Escolares e Profissionais de Jovens Descendentes de Imigrantes em Portugal*, Lisboa, ISCTE-IUL, tese de doutoramento.
- Moura, S. e M. Martins (2019), “Determinants of Tetanus vaccination among adult immigrants: findings from the Portuguese National Health Survey 2014”, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16 (1619), pp. 1-10.
- Nogueira, S. e J. Iorio (2019), “A educação na diáspora: problemáticas e oportunidades. vamos falar de acolhimento? A perceção de brasileiros e timorenses no ensino superior em Portugal”, em F. P. Coutinho, M. J. Carapêto, e E. de Oliveira (coords.), *Educação de Qualidade e Desenvolvimento na Lusofonia*, Ed. Universidade Nova de Lisboa – CEDIS, Lisboa, Portugal, pp. 173-191.
- Oliveira, C. R. (2021), *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual*, Imigração em Números, Observatório das Migrações, Lisboa, Alto Comissariado para as Migrações.
- Oliveira, C. R. e N. Gomes (2018), *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2018*, Imigração em Números – Relatórios Anuais 3.
- Oliveira, C. R. (2012), “Monitoring immigrant integration in Portugal: managing the gap between available data and implemented policy”, em *Measuring and Monitoring Immigrant Integration in Europe*, Haia, The Netherlands Institute for Social Research (SCP), pp. 291-312.
- Pena Pires, R., C. Pereira, J. Azevedo, I. Vidigal, e C. Moura Veiga (2020), “A emigração portuguesa no século XXI”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 94, pp. 9-38.
- Pires, C. (2016), “‘A integração faz-se a nível local’. O processo de conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes”, *Migrações*, 13, pp. 45-66.
- Pires, S. (2009), *A Segunda Geração de Imigrantes em Portugal e a Diferenciação do Percurso Escolar – Jovens de Origem Hindu-indiana*, Coleção Teses, 23, Observatório da Imigração/ACIDI.
- Portes, A. (1996), *The New Second Generation*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation.
- Portes, A. e R. Rumbaut (2001), *Legacies: the Story of the Immigrant Second Generation*, Berkeley, University of California Press.
- Raposo, O., A. Alves, P. Varela, e C. Roldão (2019), “Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 119, pp. 5-28.
- Raposo, V. e T. Violante (2021), “Access to health care by migrants with precarious status during a health crisis: some insights from Portugal”, *Human Rights Review*, 22 (4), pp. 459-482.

- Rodrigues, M. de L. (2010), *A Escola Pública Pode Fazer a Diferença*, Coimbra, Almedina.
- Roldão, C. (2015), *Fatores e Perfis de Sucesso Escolar "Inesperado": Trajetos de Contratendência de Jovens das Classes Populares e de Origem Africana*, Lisboa, ISCTE-IUL, tese de doutoramento.
- Rumbaut, R. G. e A. Portes (2001), *Ethnicities: Children of Immigrants in America*, Berkeley, Califórnia, University of California Press e Russell Sage Foundation.
- Sánchez, S. (2009), "Perfil de la integración en el extranjero", em S. Sánchez (coord.) *La Integración de los Extranjeros. Un Análisis Transversal en Andalucía*, Barcelona, Atelier, pp. 31-64.
- Santos, G. dos (2019), "Gltofobia: da discriminação linguística ao racismo pelo sotaque", *Memoirs Newsletter*, 60, pp. 1-3.
- Santos, M. e J. Cardoso (2019), *Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes em Sintra 2015-2017 – Relatório de Execução Final*, Divisão de Saúde e Ação Social, Departamento de Solidariedade e Inovação Social, Câmara Municipal de Sintra.
- Santos, M. e J. Cardoso (2018), *Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes em Sintra – Diagnóstico*, Divisão de Saúde e Ação Social, Departamento de Solidariedade e Inovação Social, Câmara Municipal de Sintra.
- Seabra, T. (coord.), C. Roldão, S. Mateus, e A. Albuquerque (2016), *Caminhos Escolares de Jovens Africanos (PALOP) Que Acedem ao Ensino Superior*, Observatório das Migrações, ACM.
- Seabra, T. (coord.), S. Mateus, E. Rodrigues, e M. Nico (2011), *Trajetos e Projetos de Jovens Descendentes de Imigrantes à Saída da Escolaridade Básica*, Estudos OI, ACM, pp. 46.
- Seabra, T. (2010), *Adaptação e Adversidade – O Desempenho Escolar dos Alunos de Origem Indiana e Cabo-Verdiana no Ensino Básico*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Sivak, T. (2014), *Os Ucrânicos em Portugal – Impacto da Crise na Interculturalidade*, dissertação de mestrado em línguas e relações empresariais, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Sue, Derald W., et al. (2007), "Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice", *American Psychologist*, 62 (4), pp. 271-86.
- Tankwanchi, A., B. Bowman, M. Garrison, H. Larson e C. WiysongeI (2021), "Vaccine hesitancy in migrant communities: a rapid review of latest evidence", *Current Opinion in Immunology*, 71, pp. 62-68.
- Thomson, M. e M. Crul (2007), "The second generation in Europe and the United States: how is the transatlantic debate relevant for further research on the European second generation?", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33 (7), pp. 1025-1041.
- Togni, P. C. (2014), *A Europa É o Cacém. Mobilidades, Gênero e Sexualidade nos Deslocamentos de Jovens Brasileiros para Portugal*, tese de doutoramento, Lisboa, Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa.
- Tomás, M. I. (2017), "Pluralidade religiosa, fluxos migratórios e cidadania", *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 20, pp. 469-482.
- Vala, J., D. Lopes, e M. Lima (2008), "Black immigrants in Portugal: luso-tropicalism and prejudice", *Journal of Social Issues*, 64 (2), pp. 287-302.
- Vertovec, S. (2007) "Super-diversity and its implications", *Ethnic and Racial Studies*, 29 (6), pp.1024-1054.
- Vilaça, H. (2008), *Imigração, Etnicidade e Religião – O Papel das Comunidades Religiosas na Integração dos Imigrantes da Europa de Leste*, Estudos OI, 30, Lisboa, ACM.

- Wiesbrock, A. (2011), "The integration of immigrants in Sweden: a model for the European Union?", *International Migration*, 49 (4), pp. 48-57.
- Zapata, Claudia (2018), "Hablemos de racismo", *El Mostrador*, disponível em <https://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2018/03/06/hablemos-de-racismo>.

# Integração Social de Descendentes e Jovens Imigrantes

Este estudo tem como objetivo analisar, a título exploratório, a integração social dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes no concelho de Sintra, recorrendo a uma abordagem multidimensional do conceito de integração. Procurámos entender como várias dimensões do percurso de vida destes jovens - educação e qualificações, aprendizagem da língua portuguesa, mercado de trabalho, condições de habitação, acesso à saúde, discriminação de base racial e étnica, participação eleitoral, participação religiosa, acesso a práticas desportivas e participação cultural e associativa são por eles vivenciadas. Por este motivo, apesar de termos enquadrado quantitativamente algumas de estas dimensões foi, sobretudo, uma abordagem qualitativa que privilegiamos. Os capítulos do livro apresentam uma reflexão analítica e expositiva sobre os resultados obtidos nos discursos dos jovens entrevistados, nomeadamente as suas experiências e visões sobre o contexto social, escolar, associativo e local do território onde vivem e onde crescem. Por fim, procurámos, igualmente, refletir sobre as suas aspirações e orientações futuras, nomeadamente as profissionais e de residência, com o objetivo de esboçar o cenário futuro que projetam para as suas vidas.

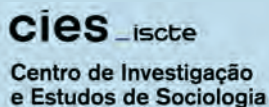
## Sofia Gaspar

é doutorada em Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid e investigadora auxiliar do CIES-Iscte. É especialista na área das migrações, e tem coordenado vários projetos sobre integração de imigrantes e famílias transnacionais.

## Juliana Iori

é doutorada em Geografia Humana — Migrações pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, IGOT-ULisboa e investigadora colaboradora no grupo Migrare Migrações, Espaços e Sociedades (Centro de Estudos Geográficos, IGOT-ULisboa).

## Financiado por



ISBN 978-989-8536-84-6

